

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Memória e Discurso nas narrativas sobre Antonio  
Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de  
Salvador (1876-1897)**

**Joaquim Antonio de Novais Filho**

Vitória da Conquista  
Fevereiro de 2012

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Memória e Discurso nas narrativas sobre Antonio  
Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de  
Salvador (1876-1897)**

**Joaquim Antonio de Novais Filho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Edvania Gomes da Silva  
Co-orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva

Vitória da Conquista

Fevereiro de 2012

Novais Filho, Joaquim Antonio.  
 N8567m Memória e Discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a  
 “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897).  
 Joaquim Antonio de Novais Filho ; orientadora Edvania Gomes da  
 Silva; co-orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva - Vitória da  
 Conquista, 2011. 109 f.

Dissertação (mestrado - Programa de Pós Graduação em Memória:  
 Linguagem e Sociedade).  
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012.

1. Discurso 2. “Guerra” de Canudos 3. Imprensa. 4.  
 Memória 5. Nação. I. Silva, Edvania Gomes da. II. Fonseca-Silva,  
 Maria da Conceição. III. Universidade Estadual do Sudoeste da  
 Bahia. IV. Título.

Título em inglês: Memory and Discourse in the narratives on the Antonio Conselheiro and  
 “war” of Canudos: the press of Salvador-Bahia (1876-1897).

Palavras-chaves em inglês: Discourse. Memory. Nation. Press. “War” of Canudos.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.


Banca Examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (orientadora); Profa. Dra. Maria da  
 Conceição Fonseca-Silva (co-orientadora); Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa  
 (membro titular); Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado (membro titular); Prof. Dr. Jorge  
 Viana Santos (suplente); Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto (suplente).

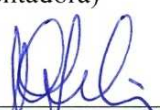
Data da Defesa: 09 de fevereiro de 2012

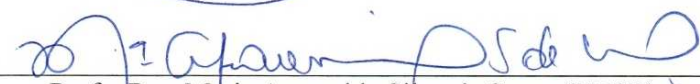
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e  
 Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)  
(Co-orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa (UESB)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado (UNEB)

**Suplentes**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jorge Viana Santos (UESB)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto (UNEB)

Local e Data da Defesa de Dissertação: Vitória da Conquista, 09/02/2012

Resultado: Aprovado

*Guerra é um só momento.  
Depois da guerra,  
Vem o esquecimento...*  
(BEN JOR, 1969).

## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Edvania Gomes da Silva, orientadora desta pesquisa, pela seriedade, dedicação e sagacidade com que encara o seu trabalho. Verdadeira mestra.

À Professora Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, co-orientadora desta pesquisa.

À FAPESB, pela concessão de bolsa de estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e a seu corpo docente.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Aos professores membros da Banca de Qualificação: à Professora Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa e ao Prof. Dr. Nilton Milanez, pelas preciosas e precisas sugestões.

Aos membros da Banca de Defesa: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa, Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado e aos membros suplentes: Prof. Dr. Jorge Viana Santos e Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto.

Aos funcionários do Programa em Memória: Linguagem e Sociedade, especialmente à Lídia Mara.

Aos colegas do curso de mestrado, especialmente à Cecília, Fabíola, Glauber, Luis Claudio e Ana Luisa, pela amizade cultivada em Campinas. Agradeço também à Carla, pela contribuição na tradução do *abstract*.

Aos funcionários dos arquivos, bibliotecas e centros de estudos, onde coletei as fontes para essa pesquisa, em especial a José Carlos Pinheiro, pelo acesso ao conjunto de documentos microfilmados e digitalizados do acervo do Centro de Estudos Euclides da Cunha – Uneb, em Salvador.

Aos amigos, Tadeu Botelho e Leandro Aquino, pelas conversas sobre esse sertão rebelde.

À minha companheira, Sara, pela paciência e dedicação à nossa relação.

## RESUMO

Esta dissertação objetiva investigar a articulação entre memória e discurso na cobertura da “guerra” de Canudos (1896-1897) e, antes, nas notícias veiculadas sobre Antonio Conselheiro, por jornais publicados na Bahia, entre os anos de 1876 e 1897. A imprensa periódica participou da referida guerra de maneira efetiva, registrando os insucessos e os sucessos das expedições militares. Nesse sentido, a imprensa baiana, em particular, constituiu-se como um lugar privilegiado onde circularam discursos sobre Antonio Conselheiro e seus seguidores, desde os tempos de peregrinação do líder religioso (1874-1893) e da fundação do arraial do Bello Monte (1893). Abordaremos esse acontecimento a partir de três questões: 1) Quais os discursos materializados na imprensa baiana sobre a “guerra” de Canudos, durante o ano de 1897 e em que medida se apropriam de um passado para atribuir a Antonio Conselheiro e seus seguidores o papel de inimigo da República e do Progresso? ; 2) De que forma se dá a relação entre tais discursos e certa memória discursiva? ; 3) Como se articulavam, nesses discursos sobre a “guerra” de Canudos, as relações com o discurso sobre a República e sobre a Nação no Brasil?

## PALAVRAS-CHAVE

Discurso. “Guerra” de Canudos. Imprensa. Memória. Nação.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to investigate the relationship between memory and discourse in the coverage of "war" of Canudos (1896-1897) and previously published news on Antonio Conselheiro, by Bahia's newspapers, between the years 1876 and 1897. The periodical press that attended the named war effectively, recording the successes and failures of military expeditions. In this sense, the Bahian press in particular established itself as a privileged place where circulated discourses about Antonio Conselheiro and his followers, since the time of pilgrimage of the religious leader (1874-1893) and the founding of the village of Bello Monte (1893 ). We will cover this event from three questions: 1) What are materialized in the Bahian press discourses on the "war" of Canudos, during the years of 1897 and to what extent they appropriate a past to assign to Antonio Conselheiro and his followers the role enemy of the Republic and Progress?, 2) How to give the relationship between these discourses and some discursive memory?, 3) How in the speech about the "war" of Canudos, the relations with the discourse on Republic and the Nation in Brazil are articulated?

## **KEYWORDS**

Discourse. Memory. Nation. Press. "War" of Canudos.



## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b>	9
1.1 Relação entre memória e discurso	9
1.2 Sobre a construção do <i>corpus</i> e o percurso metodológico	13
1.3 Disposição dos capítulos	19
<b>2 Antonio Conselheiro na mira da imprensa periódica (1876 – 1896)</b>	21
2.1 No rastro de Antonio Conselheiro	23
2.2 O “choque de Masseté” e a fundação do arraial do Bello Monte	33
2.3 A missão capuchinha	42
<b>3 A “guerra” de Canudos nos jornais de Salvador (1896-1897)</b>	48
3.1 O Combate de Uauá	49
3.2 A segunda expedição militar	59
3.3 A expedição Moreira Cezar e a emergência do discurso de conspiração monárquica	68
<b>4 Memória, Imprensa e Republicanismo nos jornais de Salvador</b>	77
4.1 Memória, Nação e República: aproximações...	78
4.2 A “solidariedade patriótica” entre os “órgãos da opinião publica da capital baiana”	81
<b>5 Considerações finais</b>	100
<b>Referências</b>	106

## 1 Introdução

Esta dissertação objetiva investigar a articulação entre memória e discurso na cobertura da “guerra”<sup>1</sup> de Canudos (1896-1897) e, antes, nas notícias veiculadas sobre Antonio Conselheiro, por jornais publicados na capital da Bahia, entre os anos de 1876 e 1897. Durante o conflito militar, sucedido nos sertões do norte da Bahia entre novembro de 1896 e outubro de 1897, a imprensa periódica interviu de maneira efetiva. Nesse sentido, a imprensa constituiu-se como um lugar privilegiado, onde circularam discursos sobre Antonio Conselheiro e seus seguidores, desde os tempos de peregrinação do líder religioso (1874?-1893) e da fundação do arraial do Bello Monte (1893) até durante o conflito militar entre novembro de 1896 e outubro de 1897.

Antes de iniciar a análise do *corpus* desta pesquisa, esboçaremos algumas ponderações acerca da relação entre memória e discurso. Essas reflexões preliminares contribuirão para delinear o problema central desta pesquisa.

### 1.1 Relação entre memória e discurso

Da obra de Foucault, especificamente *A Arqueologia do Saber* (2010), extrairemos inicialmente dois conceitos: *discurso* e *acontecimento discursivo*. Com base nesses dois conceitos, vamos operar uma aproximação com a categoria memória. Essa aproximação será feita a partir das definições de *lugares de memória* e *memória discursiva*, respectivamente apresentadas por Nora (1993), e Courtine (2006). Outra importante contribuição de que faremos uso é a apresentada a partir do deslocamento teórico operado por Fonseca-Silva (2007). Tal deslocamento, que explicitaremos adiante, dará conta de precisar o conceito *lugares de memória discursiva*. A definição desses conceitos contribuiu para a delimitação do problema central desta pesquisa. Qual seja: *De que forma a atuação da imprensa baiana contribuiu na emergência, reprodução e divulgação do acontecimento discursivo “guerra” de Canudos?*

---

<sup>1</sup> A motivação para que mantivéssemos a palavra “guerra” entre aspas diz respeito ao fato de o *corpus* que constituímos para a análise nesta pesquisa não empregar este vocábulo. Nas páginas dos jornais que analisamos geralmente o conflito entre as forças oficiais e os conselheiristas é referido pelos termos “campanha” ou “expedição”. Apesar disso, o conflito no sertão da Bahia será configurado discursivamente, a partir da derrota da expedição Moreira Cezar, como uma espécie de “guerra”. Isso porque Canudos será encarado como um aliado dos monarquistas e, dessa maneira, combatido pelo exército republicano.

Assim como Foucault (2010), compreendemos o discurso como um conjunto de “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2010, p.55). Em relação à definição de discurso, o filósofo francês escreve ainda:

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2010, p.55. Grifos nossos).

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, [...] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo. (FOUCAULT, 2010, 132-3. Grifos nossos).

Os discursos mobilizados para enquadrar a conduta de Antonio Conselheiro e a de seus seguidores – conduta considerada anormal, incomum, incompreensível – também “fazem mais que utilizar esses signos”. Registrados, repetidos, postos em circulação, esses discursos acabam por constituir uma memória discursiva. Entretanto, a perseguição sofrida por Antonio Conselheiro e seus seguidores não passa de um capítulo da longa história de choque entre indivíduos considerados anormais, perigosos, infames e o poder normalizador e disciplinar.

Não se trata, quando se fala de discurso a partir de Foucault (2010), de um conjunto ilimitado de enunciados que se repetiriam indefinidamente. Ao contrário. Seria possível definir então um conjunto de “condições de existência” sem, contudo, atribuir uma explicação através de uma mecânica relação causa e efeito. Nesse sentido, as “condições de existência” se relacionam à dimensão histórica do discurso, ao seu caráter temporal e espacial.

A partir dessas considerações devemos nos questionar acerca das “condições de existência” do *corpus* analisado nessa pesquisa. No que diz respeito ao momento histórico em que emerge os discursos que analisamos, acerca de Antonio Conselheiro e de seus seguidores, podemos dizer que é marcado pela predominância do paradigma racial e pela crença partilhada no que se convencionou chamar de “ideologia do progresso”, ambos típicos desse final do século XIX. A preocupação das elites em

projetar uma identidade nacional brasileira vai apresentar a mestiçagem como problema e, posteriormente, mobilizará esforços no sentido de elaborar uma interpretação para essa situação. Momento de transição política, o período em que emerge o acontecimento discursivo “guerra” de Canudos apresenta um horizonte de transformações, instabilidades e rivalidades entre setores da classe dominante que disputavam lugar no espaço político. E é através do jornal, o meio de comunicação melhor organizado nesse final do século XIX, que rastreamos esses discursos que tratam da atuação de Antonio Conselheiro e da “guerra” de Canudos.

Uma primeira aproximação da noção de *acontecimento discursivo* pode ser feita a partir da questão apresentada por Foucault (2010) acerca da descrição desses acontecimentos. De acordo com o filósofo, a questão que se impõe a partir da descrição de acontecimentos discursivos pode ser formulada nos seguintes termos: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2010, p. 30). Antes disso, porém, ele indica que o “campo dos acontecimentos discursivos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas” (FOUCAULT, 2010, p. 30). De acordo com essa definição, poderíamos encarar a série de discursos sobre Antonio Conselheiro e Canudos como um acontecimento discursivo.

Outra noção que nos permite trilhar um caminho para discutir a relação entre memória e discurso é a de *lugares de memória*. Para Nora (1993), os lugares de memória são “lugares, com efeito nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.” (1993, p. 21). O autor observa ainda que mesmo “um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p.21). Ainda de acordo com Nora, o que constitui os *lugares de memória* “é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter “vontade de memória”” (1993, p.22). Diante dessa definição, questionamos: em que medida os jornais que circulavam na Bahia na ocasião da “guerra” de Canudos podem ser considerados “lugares de memória”?

Ora, entre os jornais publicados na capital da Bahia nessa época, seria possível identificar uma espécie de “vontade de memória”? O registro impresso dos eventos de Canudos, e mesmo da trajetória de Antonio Conselheiro, são frequentemente lembrados e remetidos à ocasião em que haviam sido publicados anteriormente. Sendo assim, não é

incomum, como veremos adiante, que os jornais funcionem como um “lugar de memória”. Esses jornais contribuem, então, para a constituição de uma memória discursiva, a partir da circulação de estereótipos acerca do líder religioso Antonio Conselheiro e de seus seguidores.

Ao abordar a relação entre “lugares de memória” e “mídia”, Fonseca-Silva (2007) observa que as mídias “sedimentam e legitimam práticas sociais concretas, pois dão a ver um mundo social do qual elas próprias emergem” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 25). Analisando anúncios publicitários, a autora sugere que é possível tomá-los “como espaço simbólico de significação e, conseqüentemente, como lugares de memória discursiva e social de modos de pensar sobre a mulher” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 25. Grifo nosso).

Outra possibilidade de pensarmos os jornais como lugares de memória discursiva é a partir da linguagem. Nesse sentido, as reflexões de Courtine (2006) acerca da relação entre memória e discurso são sugestivas. O autor expõe essa articulação assinalando que “a linguagem é o tecido da memória” (COURTINE, 2006, p.9). Se levarmos em conta que a abordagem feita pelos jornais baianos acerca de Antonio Conselheiro e Canudos registrou e fez circular uma linguagem na qual o termo “fanatismo” predomina, podemos identificar aí o funcionamento de uma memória discursiva. Uma memória que se constitui pela repetição de uma série de considerações acerca de Antonio Conselheiro e de seus seguidores.

Após essa exposição preliminar acerca de algumas noções teóricas as quais recorreremos aqui, é preciso indicar qual será o *corpus* de nossa análise. Esse *corpus* é constituído por jornais do final do século XIX. Sendo assim, é importante pensarmos que a linguagem das manifestações materializadas nesses jornais se diferencia da que circula nas mídias atuais. Entretanto, o jornalismo na Bahia já tinha nesse momento uma trajetória que remontava, pelo menos, ao início do século XIX, pois a instalação da imprensa oficial na Bahia data de 1811, três anos depois da instalação, no Rio de Janeiro, da imprensa régia. Há indicações de que nesse mesmo ano foi publicado o primeiro jornal em terras da Bahia: a *Idade d'Ouro do Brazil* (CARVALHO, 1899, p.400; CARVALHO, 1923, p. 42). Ainda que a cobertura da “guerra” de Canudos tenha inovado com o envio de correspondentes especiais ao campo de batalha o jornalismo na Bahia já havia sido, em outros momentos, protagonista de alguns processos políticos marcantes como as lutas pela independência na Bahia, a propaganda abolicionista e republicana (CARVALHO, 1923, p.42).

De qualquer forma, aos olhares de hoje, o número de jornais que circulavam em Salvador no momento da “guerra” de Canudos pode impressionar. Para termos uma ideia, no ano de 1897, em Salvador, eram publicados pelo menos oito jornais para uma população de duzentos mil habitantes (CARVALHO, 1923, p.42). Por conseguinte, a configuração de Canudos como um marco no processo de construção da identidade nacional pode ser rastreada nos registros da “guerra” feitos pelos jornais baianos.

Sendo assim, a compreensão das condições de produção do discurso contemporâneo ao acontecimento “guerra” de Canudos – mais especificamente aquele materializado nos jornais baianos – surge como problema central para nossa pesquisa. Abordaremos esse acontecimento a partir de três questões: 1) Quais os discursos materializados na imprensa baiana sobre a “guerra” de Canudos, durante o ano de 1897 e em que medida se apropriam de um passado para atribuir a Antonio Conselheiro e seus seguidores o papel de inimigo da República e do Progresso? ; 2) De que forma se dá a relação entre tais discursos e certa memória discursiva? ; 3) Como se articulava, nesse discurso sobre a “guerra” de Canudos, as relações com o discurso sobre a República e sobre a Nação no Brasil?

## **1.2 Sobre a construção do *corpus* e o percurso metodológico**

Nesse tópico, faremos uma sumária descrição dos periódicos que servirão de base para nossa análise. Tomaremos como principal fonte as informações que os próprios jornais fornecem, acerca dos próprios ou de seus “collegas da imprensa”<sup>2</sup>.

Começamos pelo jornal *Cidade do Salvador*. Fundado em 1896, sabemos que era redigido por membros da Igreja Católica. Sobre ele, o *Correio de Notícias* publica, na edição de 13 de dezembro de 1897, editorial em homenagem ao seu primeiro ano de existência. Nesse texto, o jornal *Cidade do Salvador* é apresentado como “jornal religioso e dedicado á defesa da Igreja Catholica”. Ressalta-se, entretanto, que apesar disso “jamais deixou [...] de cuidar com solicitude e patriotismo das questões que se têm sugerido no paiz, neste período de extremes e continuas agitações sociaes e políticas”. E, sobre a relação da igreja católica com a República, escreve o seguinte:

---

<sup>2</sup> Expressão comumente encontrada nos jornais que fazem parte do *corpus* desta pesquisa. A referida expressão é usada no tratamento mútuo entre esses órgãos da imprensa.

Pondo-se ao lado da lei e da Republica o apreciado jornal catholico tem demonstrado no seu modo de agir sempre sensato, que o novo regimen não é inimigo da Religião e que pelo contrário, deixando-lhe á máxima liberdade de acção, com ella deve existir, porque ella é a moral; enquanto o governo é a lei. (*Correio de Noticias*, 13 de dezembro de 1897).

Ainda sobre a “nova folha”, intitulada *Cidade do Salvador*, o *Jornal de Noticias* publicara nota, em 5 de dezembro de 1896, anunciando os seguintes nomes como seus redatores: monsenhor Clarindo de Souza Aranha, cônego Manfredo Alves de Lima, cônego Antonio Elizyario Machado e padre Miguel Valverde.

Sobre o *Jornal de Noticias*, informações colhidas nas edições do mesmo dão conta de que foi fundado em 1879 “e reformado em 1886 por Carlos de Moraes & Carvalho”. Nas edições consultadas, também podemos identificar, na parte superior esquerda, a seguinte epígrafe “A folha de maior circulação do Estado”. Em relação aos seus proprietários, há uma informação, que também aparece estampada na primeira página, centralizada na parte superior, de que esses são: “Aloysio de Carvalho e irmãos”. À direita, na parte superior, indica-se o endereço da redação, seguido da informação de que o jornal dispõe de “correspondentes exclusivos em Paris, para annuncios e reclamos, os Srs. Mayence, Favre & C.”, e a indicação de que se trata de um vespertino, além do valor do exemplar: “Folha da tarde, número do dia, 100 réis”.

Sobre o *Correio de Noticias*, sabemos que sua redação era chefiada, na época da campanha militar, pelo senador Severino Vieira, político em ascensão que, entre 1898 e 1900, comandou o Ministério da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas e, logo depois, foi eleito governador da Bahia (1900 e 1904). Fundado em 1892, o *Correio de Noticias* funcionava em 1896-7, período da campanha de Canudos, como uma espécie de órgão oficial do governo Luis Vianna, do Partido Republicano Federalista<sup>3</sup>.

Dos jornais analisados, nesta dissertação, consultamos coleções encadernadas, digitalizadas e/ou microfilmadas, e pastas de recortes nos seguintes arquivos: Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), da Universidade do Estado da Bahia; Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB); Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas; e Núcleo Sertão, do Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia. No acervo da bicentenária BPEB – bastante precário, diga-se de passagem – consultamos volumes encadernados do *Jornal de Noticias* dos

---

<sup>3</sup> Dos outros jornais que fazem parte do corpus dessa pesquisa, apresentaremos informações na medida em que forem abordados.

anos de 1896 e 1897 e de alguns meses do *Correio de Noticias*, além de outros jornais que não entraram no *corpus*. No CEEC, acessamos CD com imagens digitalizadas da primeira página do *Correio de Noticias* de quase todo o ano de 1897. No acervo do Núcleo Sertão, encontramos recortes de edições sobre alguns momentos da “guerra” de Canudos. Finalmente, no acervo do AEL, tivemos acesso à coleção microfilmada do segundo semestre de 1897 do jornal *Cidade do Salvador*. Do período anterior à “guerra”, nos servimos basicamente de fontes transcritas em artigos e livros. Desses, destacamos o livro “Humor e Sátira na guerra de Canudos”, de Lizir Arcanjo Alves (1997), que traz em anexo a transcrição de correspondências publicadas no *Jornal de Noticias* e *Diario de Noticias* em meados de 1893. Do ano de 1876, nos valemos das transcrições anexas aos artigos de José Calasans (1988; 1996). Dito isto, esclarecemos a proveniência do *corpus* jornalístico aqui analisado e justificamos as lacunas no material compulsado.

Para esboçarmos um entendimento acerca da dimensão alcançada pela campanha de Canudos nos jornais contemporâneos ao conflito, comentaremos brevemente alguns trabalhos que fizeram largo uso dos jornais da época para construir sua análise.

Um “mosaico desordenado e policromo”. É por meio da referida expressão, que Walnice Galvão arremata sua descrição do jornal brasileiro do ano de 1897. A autora reuniu em livro uma série de reportagens, publicadas pelos principais jornais brasileiros contemporâneos, que tratavam da quarta expedição contra Canudos. Publicada em 1974, com o título “No calor da hora”, a obra foi apresentada como tese de livre-docência na USP, em 1972. Na primeira parte do livro, ao tratar das reportagens referentes à quarta expedição, a autora propõe uma síntese em três tipos básicos de representação jornalística. Uma representação “galhofeira”, em que a guerra de Canudos “foi pretexto para sátira política”; a representação “sensacionalista”, que explorava principalmente a ideia de conspiração monárquica e difundia outros boatos; e por fim, podendo “ser contada nos dedos das mãos”, a representação “ponderada”, que buscava restaurar o bom senso, desmentindo boatos em torno de Antônio Conselheiro e do conflito no sertão baiano (GALVÃO, 1977). Na segunda parte do livro, a autora transcreve as reportagens dos correspondentes enviados ao sertão baiano por sete jornais: *Diario de Noticias* e *Jornal de Noticias* (Bahia), *Gazeta de Noticias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *A Noticia* e *O País* (Rio de Janeiro). Ainda segundo Galvão, o vínculo com a instituição militar era o que havia de comum entre a maioria dos correspondentes, como é o caso de Euclides da Cunha, tenente reformado; Manoel Benicio, capitão; Manuel



Figueiredo, major; e Fávila Nunes, coronel. À exceção de Manoel Benicio, correspondente do *Jornal do Comercio*, os demais “informam diretamente apenas sobre a parte final da campanha, pois só estarão em Canudos em setembro, no último mês da guerra” (GALVÃO, 1977, p. 109).

Outra contribuição que se propõe a analisar as fontes jornalísticas sobre a campanha de Canudos é o trabalho de Lizir Arcanjo Alves: “Humor e Sátira na guerra de Canudos”. Analisando jornais de todo o Brasil, a pesquisadora mostra como o episódio da guerra possibilitou uma inversão dos valores na sátira, na medida em que, de sua utilização contra os opressores, ela passou, na ocasião, a servir de instrumento do “próprio governo, no intuito de formar a consciência das camadas populares” (ALVES, 1997, p. 14). A autora identifica um deslocamento da atitude dos cronistas e poetas satíricos em relação ao Conselheiro e a Canudos. Se num primeiro momento a sátira era usada como instrumento para instruir o povo a evitar o fanatismo, carnavalizando o conflito militar e fazendo gozações com a figura do Conselheiro; após a derrota fragorosa da expedição Moreira Cezar, os sertanejos passaram a ser tratados como inimigos do progresso, atribuindo a Antonio Conselheiro uma imagem de guerrilheiro em contraponto à de santo, que predominava antes de março de 1897.

Uma análise da cobertura do evento Canudos na imprensa internacional é feita por Berthold Zilly (1997). O autor mapeia a produção jornalística sobre Canudos na imprensa europeia, propondo que a guerra de Canudos tivesse se tornado notícia internacional por conta da expansão do telégrafo. Sua análise concentra-se em três grandes jornais europeus: *Vossische Zeitung* (Berlim), *Le Temps* (Paris) e *The Times* (Londres). Zilly observa que o interesse pela guerra de Canudos já existia esporadicamente em janeiro e fevereiro, tornando-se constante a partir da derrota da expedição Moreira Cezar, anunciada em 3 de março de 1897. Usando a tipologia de Walnice Galvão (1977), o autor indica a predominância da representação moderada nesses jornais. De acordo com o pesquisador, mais do que a imprensa brasileira, o noticiário estrangeiro relaciona Canudos “a outras perturbações da ordem pública, a sedições e golpes, a deficiências administrativas, à corrupção, a problemas econômicos e financeiros, à dívida interna e externa, sem que, no entanto, seja representada uma visão catastrófica do Brasil” (ZILLY, 1997, p. 66). Outro aspecto do noticiário europeu sobre Canudos é a aceitação, sem contestação, das afirmações oficiais do governo brasileiro, “torcendo claramente pela vitória das armas legais” (ZILLY, 1997, p. 66-67).

José Calasans, um dos maiores estudiosos de Canudos, também fez largo uso das fontes jornalísticas em seu trabalho. Dispersa em inúmeros artigos, ensaios e comentários, a contribuição da obra de Calasans para os estudos sobre Antonio Conselheiro e Canudos é de suma importância. Desta obra vasta e dispersa, destacaremos três pequenos artigos nos quais o autor sergipano faz largo uso dos jornais para tratar do assunto.

Em “Aparecimento e prisão de um messias” (1988), Calasans comenta sobre a formação do séquito de Antonio Conselheiro, em 1874, e sobre a prisão do líder religioso, no interior da Bahia, em 1876. Nesse pequeno artigo, Calasans apresenta o que seriam “as primeiras notas à biografia do depois famoso líder carismático, Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha, também chamado irmão Antonio, Santo Antonio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro [...]” (1988, p.33). Rastreado correspondências eclesiásticas, documentos oficiais e jornais baianos, Calasans informa-nos sobre a situação que desemboca na “prisão do messias”, no ano de 1876. Desse acontecimento, o autor indica que a “imprensa soteropolitana noticiou largamente a prisão e a chegada de Antonio Conselheiro, bem assim sua partida para Fortaleza após rápida passagem por Salvador” (CALASANS, 1988, p.39).

Em “Canudos não euclidiano” (1996), Calasans destaca três importantes momentos da historiografia relativa a Antônio Conselheiro. A primeira, entre 1874 e 1902, iria desde o aparecimento do peregrino cearense nos sertões das províncias de Sergipe e da Bahia até a publicação de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. A segunda fase seria a da hegemonia da interpretação euclidiana, que se prolonga até a década de 1950. Por último, houve a fase das “pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica”, que iniciaram uma revisão do tema (CALASANS, 1996, p.11). Nessa última fase estão inseridas as pesquisas do próprio Calasans, que fez uso, em suas pesquisas, de uma pluralidade de fontes, incluindo entrevistas com sobreviventes do conflito que ainda estavam vivos na década de 1950. Nessa direção, Calasans prossegue o seu ensaio indicando que sua análise vai se fundamentar em “fontes anteriores ao período da guerra”. O autor percorre então uma série de notícias sobre a atuação de Antonio Conselheiro nos sertões das províncias de Sergipe e da Bahia nas décadas de 1870 e 1880. A partir de notícias publicadas em jornais desses dois estados, reconstrói a trajetória de Antonio Conselheiro. Trajetória que inclui a peregrinação e a construção de igrejas, muros de cemitérios, açudes e a prática dos conselhos, que ocorriam no final da tarde. Alguns fatos proporcionaram o

registro do nome de Antonio Conselheiro nos jornais da época. Em 1876, sua prisão ressoa em jornais baianos, sergipanos e cearenses. Até 1893, ano da fundação do Arraial do Bello Monte, seu nome apareceria ocasionalmente na imprensa desses estados. Calasans faz assim um breve inventário das notícias sobre Antonio Conselheiro e Canudos.

Em “Euclides da Cunha nos jornais da Bahia” (1993), Calasans agrupa “as notas de várias origens, perdidas nos noticiários de guerra nos jornais baianos, assinalando [a presença de Euclides da Cunha] na velha Província [da Bahia]” (1993, p.129). Registra assim as menções ao “moço engenheiro, tenente reformado do Exército” que acompanhara as tropas enviadas ao sertão baiano na qualidade de correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*. Dessa maneira, o pesquisador registra referências da chegada à Bahia do “estado maior do [ministro da guerra] marechal Bittencourt”, no qual servia Euclides da Cunha. Em pequenas notas, publicadas entre 2 de agosto e 29 de outubro de 1897, os jornais baianos *Diário de Notícias*, *Correio de Notícias*, *Diário da Bahia*, *A Bahia*, *Jornal de Notícias* registram a presença de Euclides da Cunha. Chegam inclusive a comentar a intenção do correspondente d’*O Estado de São Paulo* de publicar um livro sobre a Campanha de Canudos.

A partir dessas contribuições – destacadas de uma extensa bibliografia acerca do tema – pretendemos fornecer um panorama das pesquisas sobre a atuação da imprensa na “guerra” de Canudos. Isso não significa, contudo, que somente esses trabalhos recorreram às fontes jornalísticas.

Na relação com esses estudos anteriores e com as perguntas de pesquisa apresentadas acima, propomos uma análise circunscrita aos jornais baianos do ano de 1897. Alguns traços do jornalismo praticado na Bahia no ano de 1897 colaboram para que selecionássemos especificamente esse *corpus*. A maioria dos jornais estava de alguma forma envolvida com interesses políticos de setores da elite baiana. Por exemplo, dos jornais que analisamos nesta pesquisa, o *Correio de Notícias* era o que mostrava de maneira mais evidente sua vinculação com um grupo político. Dessa forma, no decorrer da campanha militar contra Canudos, esse órgão se manteve fiel ao governo de Luis Vianna, seja publicando documentos oficiais ou liderando manifestações em defesa da Bahia. Postura parecida era a do *Jornal de Notícias*, que, apesar da propalada neutralidade, mantinha-se na linha governista. No jornal *Cidade do Salvador*, o que pudemos verificar foi certo distanciamento em relação a essas disputas oligárquicas. De

qualquer forma, o referido jornal manifestava um profundo apoio ao governo baiano, oferecendo solidariedade na defesa do “nome da Bahia”.

A descrição dos jornais baianos que noticiaram a atuação de Antonio Conselheiro entre 1876 e 1896 – período anterior à “guerra” de Canudos – será feita na medida em que tratarmos de cada um deles no decorrer da dissertação.

### 1.3 Disposição dos capítulos

Com o propósito de analisar a relação entre memória e discurso na cobertura da campanha de Canudos pela imprensa da capital baiana, desenvolvemos entre os capítulos 2 e 4 dessa dissertação a análise de materiais publicados em jornais de Salvador entre os anos de 1876 e 1897.

No *capítulo 2*, investigamos a constituição de uma memória discursiva através das notícias publicadas sobre o líder sertanejo e seus seguidores nos jornais baianos no decorrer de vinte anos (1876 até 1896). Nesse capítulo, verificamos de que forma as expressões referenciais que foram atribuídas ao Conselheiro contribuíram para a construção de um personagem que foi apresentado como perigo para a República recém-instaurada no Brasil. Inicialmente, referindo-se aos seguidores do Conselheiro pelos rótulos de “fanatismo” e “ignorância” e exigindo pronta ação das autoridades oficiais para impedir a mobilização operada pelo líder sertanejo, a imprensa baiana registrou, no decorrer dessas duas décadas, uma série de manifestações que incluíam também enquadramentos psiquiátricos e criminais do líder religioso.

No *capítulo 3*, analisamos enunciados – materializados nos jornais que compõem o *corpus* dessa pesquisa – acerca de Antonio Conselheiro e de seus seguidores no ano da “guerra” de Canudos. As estratégias da imprensa baiana no intuito de explorar Canudos de acordo com suas simpatias partidárias dão pistas da rede de intrigas que potencializou o conflito nos sertões da Bahia, elevando Canudos a questão nacional e, conseqüentemente, colocando em pauta o problema da identidade nacional.

No *capítulo 4*, abordamos questões relacionadas à problemática da relação entre memória, imprensa, República e Nação, por ocasião da “guerra” de Canudos. Para tanto, analisamos uma série de manifestações materializadas nos jornais baianos durante a quarta expedição. Demos ênfase, no entanto, a dois momentos em que a imprensa baiana se manifesta em conjunto. O primeiro momento, em março de 1897, quando os

órgãos de imprensa da capital baiana se reúnem em defesa da Bahia contra as acusações de que o Estado seria um reduto monarquista. O segundo momento, por ocasião da passagem do general Arthur Oscar, comandante da quarta expedição, pela cidade de Salvador, a qual se encontrava em festa pela definitiva vitória contra o Arraial de Canudos.

Por fim apresentamos, nas *considerações finais*, algumas reflexões sobre a análise dos jornais baianos empreendida nos capítulos anteriores. Além disso, tecemos algumas considerações no sentido de fazer um balanço da atuação da imprensa na circulação e na constituição de uma memória discursiva acerca da “guerra” de Canudos.

Salientamos ainda que, no decorrer dos capítulos, à medida que o *corpus* for analisado, inserimos parte da discussão teórica e retomamos algumas das definições discutidas nesta introdução.

## 2 Antonio Conselheiro na mira da imprensa periódica (1876 – 1896)

*... E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão em que se apóia o passo tardo dos peregrinos... (CUNHA, 2009, p. 266-7).*

Quando, em 14 de fevereiro de 1897, Machado de Assis, em crônica semanal publicada no diário carioca *Gazeta de Notícias*, expunha sua surpresa com a crescente celebridade do cearense Antonio Conselheiro e prenunciou o potencial literário do conflito que havia sido deflagrado alguns meses antes, a longa trajetória do nome do líder sertanejo pelas folhas impressas encontrou um ponto de emergência no cenário nacional (ASSIS, 1962, p.412-418). Desde 1874/1876, no entanto, sabe-se da circulação de seu nome esporadicamente em jornais das províncias de Sergipe e Bahia<sup>4</sup>. Nesse ínterim, algumas eventualidades despertaram interesse da imprensa periódica por Antonio Conselheiro: seu “aparecimento” entre os sertões de Sergipe e da Bahia, em 1874; a prisão e o envio à sua terra natal – a província do Ceará, em junho de 1876; o embate entre seus seguidores e a força policial baiana na localidade de Masseté, em meados de 1893, e a fundação do Arraial do Bello Monte, em Canudos; a malograda missão capuchinha, em maio de 1895, com o intuito de dispersar a população do arraial; e, no final de 1896, os boatos de invasão da cidade de Juazeiro – situada na margem do Rio São Francisco – e o primeiro ataque da força pública (que, no dizer dos conselheiristas, expôs “a fraqueza do governo”).

Ao examinar o contexto em que essas representações emergiram, é possível identificar discursos que, graças à imprensa periódica da época, projetava e registrava informações sobre o líder religioso Antonio Conselheiro bem antes da crônica de Machado de Assis. Nos primeiros anos militaristas da República, mas também no tempo do Império, a fama de Antonio Conselheiro foi se consolidando por meio de notícias que eventualmente deram repercussão ao seu nome nas páginas dos jornais. Acreditamos que esses registros na imprensa periódica da época, particularmente a da

---

<sup>4</sup> A primeira notícia sobre Antonio Conselheiro apareceu impressa provavelmente em 22 de novembro de 1874 no semanário sergipano *O Rabudo*. Antes de apresentar a figura do Conselheiro, o artigo introduz uma referência impessoal sobre aqueles que, “abusando do espírito pacífico dos encarregados do poder” se aproveitam da inocência e “tacanhesa de espírito da plebe”. (CALASANS. 1997. p. 11-12)

Bahia, contribuíram para a constituição de uma memória discursiva<sup>5</sup> acerca de Antonio Conselheiro e de seus seguidores. Consideramos importante pensar: “em que medida a memória determina a ordem do enunciável?” (COURTINE, 2006, p.10). Pois como observaremos neste capítulo, desde o ano de 1876 já circulavam, materializados em jornais da Bahia, discursos sobre Antonio Conselheiro. No período que corresponde a duas décadas, uma série de notícias vão fazer circular a fama do líder religioso. O que constituirá uma memória incontornável para os que escreverão sobre o conflito militar no ano de 1896-1897. Memória discursiva reconfigurada, retomada e atualizada.

Dito isto, o objetivo deste capítulo é analisar o processo pelo qual Antonio Conselheiro tornou-se matéria de interesse de jornais publicados na cidade de Salvador entre os anos de 1876 e 1896. Nessa época, na Bahia, a maior parte dos jornais pertencia a grupos políticos<sup>6</sup>. Praticava-se, geralmente, um jornalismo opinativo, porta-voz de grupos oligárquicos e comprometidos com os partidos políticos. Diante desse *corpus* – constituído pelos diferentes registros sobre Antonio Conselheiro publicados nesses jornais – buscamos então identificar em que medida essas notícias contribuíram para a constituição de uma memória discursiva acerca de Antonio Conselheiro e dos seus seguidores.

Propomos fazer aqui uma genealogia, que inclui uma reflexão sobre a dimensão discursiva do acontecimento “guerra” de Canudos. Partimos então do pressuposto genealógico que, conforme Foucault (2008a, p.260), se opõe à “pesquisa da origem”. Nesse sentido, não buscamos a “essência exata da coisa”, mas rastreamos as notícias publicadas nos jornais encarando-as como a “entrada em cena das forças”, que caracteriza a emergência dos acontecimentos (FOUCAULT, 2008a, p.261 e 269). Pois, ainda segundo Foucault, a “genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não absolutamente a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (FOUCAULT, 2008a, p.268). Com base nessas reflexões teóricas preliminares, analisaremos, neste capítulo, alguns registros da imprensa baiana que informaram sobre Antonio Conselheiro entre 1876 e 1896. Ou seja, no período anterior à “guerra” de Canudos.

---

<sup>5</sup> Noção discutida na introdução deste trabalho.

<sup>6</sup> Em artigo de 1960, Aloísio de Carvalho Filho observa que há “exceções” nesse quadro do jornalismo baiano desse final do século XIX. Por exemplo: o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* assumem, já nesse período, um caráter mais preocupado em promover “melhoramentos materiais” e “enriquec[er] o quadro de redatores e de colaboradores” do que comprometido com interesses de partidos políticos (CARVALHO FILHO, 1960, p. 85).

A propagação do nome *Antonio Conselheiro* entre os leitores da capital baiana esteve associada à circulação de certos discursos acerca do líder religioso. Podemos dizer que através dessas notícias foi se constituindo uma memória discursiva que seria ativada em formulações diversas no decorrer do conflito entre as autoridades e os conselheiristas.

## 2.1 No rastro de Antonio Conselheiro

O registro mais antigo na imprensa periódica da Bahia sobre Antonio Vicente Mendes Maciel – que ficaria famoso como Antonio Conselheiro – aparece em meados de 1876, ao que indicam os registros que tivemos acesso. A prisão do “missionário” na vila de Itapicuru, no sertão baiano, repercutiu em alguns jornais de Salvador. Esse episódio foi abordado de maneiras diversas pela imprensa soteropolitana da época ganhando espaço nos jornais *Diario da Bahia*, *Jornal da Bahia*, *Correio da Bahia* e *Diario de Noticias*, entre o final de junho e início de agosto de 1876.

O *Diário da Bahia*, na ocasião um jornal que defendia a política liberal contra os conservadores no poder, publicou duas notícias a respeito desse episódio. A primeira, datada de 29 de junho de 1876, apresenta uma descrição do peregrino e alerta para o seu crescente prestígio. Informa sobre a prisão e a reação de seus seguidores, aos quais atribui o rótulo de “ignorância e simplicidade”. A nota assevera ainda que Antonio Conselheiro “não passa de um fanático”. Veremos como essas expressões (“fanático”, “ignorância” e “simplicidade”) vão, juntamente com outras, constituir uma memória discursiva na qual Antonio Conselheiro e seus seguidores serão insistentemente enquadrados no decorrer das duas décadas seguintes.

Em *Os Sertões*, obra-prima de Euclides da Cunha, encontramos registros da circulação dessas notícias. Publicada em 1902, a obra apresenta menções explícitas aos jornais da época. O próprio Euclides da Cunha foi enviado ao sertão baiano pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para cobrir a campanha militar. No livro, um trecho significativo da nota publicada no *Diário da Bahia* na ocasião da prisão do Conselheiro é citado para comprovar o “grande renome” alcançado pelo líder religioso (CUNHA, 2009, p. 269).



Entretanto, a notícia publicada no *Diário da Bahia* aparece como sendo publicada na *Folhinha Laemmert*<sup>7</sup>, no Rio de Janeiro.

(Ex.1)

Antonio Conselheiro

Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um indivíduo que se diz chamar-se Antonio Maciel e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponêses.

Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia.

Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne onde lhe permitem os párocos e movendo sentimentos religiosos vai arrebanhando o povo e guiando a seu gosto.

Revela-se homem inteligente mas sem cultura. [...] (*Diário da Bahia*, 29 jun. 1876).

As expressões grifadas mostram que Antonio Conselheiro é apresentado, inicialmente, como “um indivíduo”. Essa primeira expressão referencial pouco diz sobre a pessoa de Antonio Conselheiro. Seguem-se outras expressões, que, apesar de não se referirem especificamente à pessoa do Conselheiro, também o definem, uma vez que descrevem alguns traços de seu caráter. É o caso das expressões “seu exterior misterioso” e “costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponêses”. Tal descrição caracteriza Antonio Conselheiro como um homem incomum, pois apresenta traços de personalidade que são discursivizados no jornal como sendo anormais. Essa caracterização de seus traços psicológicos é reforçada pela descrição de alguns traços físicos, como podemos verificar no seguinte período: “Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia”. Esse período descreve, portanto, o visual esquálido de Antonio Conselheiro e produz um efeito de sentido que o apresenta como uma figura estranha, esquisita. Por meio do efeito de sentido criado no/pelo termo “múmia” é sugerido também um aspecto monstruoso.

Nesses termos, os discursos materializados no jornal se constituem como ligados a um procedimento de controle, de normalização. Pois, na medida em que descrevem a conduta incomum e a figura monstruosa de Antonio Conselheiro estabelecem um

<sup>7</sup> Em nota a edição crítica de *Os Sertões*, Leopoldo Bernucci indica que esta “nota biográfica não se encontra na Folhinha de 1877. Provavelmente, Euclides estaria citando o artigo publicado no Diário da Bahia de 29.6.1876” (CUNHA, 2009, p. 269-270).

campo de normalidade do qual o líder sertanejo estaria fora. Fora da ordem, Antonio Conselheiro é então descrito como uma espécie de monstro moral<sup>8</sup>. Inscrito tanto como potencialmente perigoso para a sociedade, quanto como uma aberração – pelo menos do ponto de vista expresso pelos jornais publicados na capital baiana. Argumento reforçado pelo trecho final, que sugere uma espécie de dupla inscrição de Antonio Conselheiro: “inteligente mas sem cultura”. Entre a civilização e o “estado de natureza” o indivíduo Antonio Conselheiro é apresentado como uma ameaça à ordem das coisas. Daí, a contribuição para uma estratégia normalizadora registrada no discurso que circula na imprensa.

Essa notícia é também um indício da celebridade de Antonio Conselheiro entre a população sertaneja. É o que compreendemos a partir das expressões “grande influência no espírito das classes populares” e “vai arrebanhando o povo e guiando a seu gosto”. Essa nota é, entretanto, emblemática no que diz respeito à descrição física e à conduta de Antonio Conselheiro. A barba e os cabelos longos, a túnica de azulão, seus hábitos alimentares, o costume de “rezar terços e ladainhas [...] e dar conselhos às multidões” serão aspectos repetidos em registros posteriores e contribuirão para tramar uma memória acerca do líder sertanejo. A nota prossegue informando sobre a proveniência de Antonio Conselheiro e sobre sua prisão na cidade de Itapicuru:

(Ex.2)

[...] Esse misterioso, que dizem viera do Ceará e tem percorrido nosso centro, acaba de ser preso pelo delegado de polícia de Itapicuru e é aqui esperado nestes dias, pois foi uma escolta para conduzi-lo. Teve do delegado de polícia ordem de prisão em nome do chefe de polícia e donde se achava veio por si acompanhado do povo, que o ouve e atende, recolher-se à prisão e se achará na cadeia de Itapicuru, onde pelo delegado foi posto incomunicável. Se Antonio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tartufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura. (*Diario da Bahia*, 29 jun. 1876).

As expressões destacadas neste trecho persistem na descrição de Antonio Conselheiro como um ser “misterioso” e investem no levantamento de suspeitas em relação a sua conduta. Sem indicar os motivos pelos quais a polícia teria efetuado a prisão de Conselheiro, a notícia do *Diario da Bahia* especula que ele seja um “grande

---

<sup>8</sup> Para uma definição de monstro moral, ver FOUCAULT, 2010a, p. 64 e 69-78.

hipócrita”, um “tartufo de nova espécie”. Essas expressões insinuem o caráter de falsidade, hipocrisia, charlatanismo da conduta religiosa de Antonio Conselheiro.

Na passagem acima, um movimento que inicia com a atribuição de falsidade ao peregrino – através da expressão “grande hipócrita” – é reforçada com a ideia de que se trata de um falso devoto e impostor, contida no termo “tartufo<sup>9</sup>”, e termina com a suspeita de que Antonio Conselheiro “não passa de um fanático”. Quanto a esse último termo, aplicado para designar uma pessoa que defende com ardor uma determinada doutrina ou que crê estar inspirado pela divindade, será, no decorrer dos anos, insistentemente associado à figura de Antonio Conselheiro e de seus seguidores e justificará a perseguição que culminará na mobilização do exército brasileiro no ano de 1897.

Entre acusações de hipocrisia, tartufice e fanatismo – que não implicavam legalmente uma conduta criminoso – a notícia publicada no *Diario da Bahia* deixa para a polícia baiana a resposta da questão sobre se Antonio Conselheiro “Será um criminoso?”. Verifica-se, portanto, a materialização de um discurso segundo o qual Antonio Conselheiro além de ser caracterizado como um indivíduo não socialmente aceito, pois possui características que o associam a um ser assustador, é também apresentado como um arrebatador de multidões e, finalmente, como um “fanático”. É, portanto, um indivíduo que não se enquadra no padrão social esperado pelo jornal soteropolitano. Em outras palavras, sua imagem não condiz com o que é visto como aceitável por uma parcela da sociedade, a qual corrobora o(s) discurso(s) materializado(s) no referido jornal.

Em 06 de julho de 1876, pouco mais de uma semana após a notícia da prisão, o *Diário de Noticias*<sup>10</sup> informa sobre a chegada de Antonio Conselheiro na cidade de Salvador:

---

<sup>9</sup> Escrita em 1664, por Molière, a comédia *O Tartufo* despertou a hostilidade de autoridades religiosas e até mesmo a oposição do rei. O personagem que dá nome à peça era um falso devoto que havia conquistado a confiança de um rico burguês, tornando-se uma espécie de diretor espiritual desse último. O nome Tartufo já parecia significar, antes da peça, mentiroso e charlatão. Também se associa esse nome a palavra arcaica *truffer* (enganar). Entretanto, é a fama alcançada pela comédia de Molière que impulsiona a circulação do termo, empregado como sinônimo de impostor, hipócrita, enganador ou, mais especificamente, falso devoto (MOLIÈRE, 1983).

<sup>10</sup> Fundado em 1875, o *Diario de Noticias* é considerado “criador da imprensa barata, da imprensa popular no Brasil” (CARVALHO, 1923, p.51). Outra característica desse órgão, conforme Aloysio de Carvalho seria o alheamento em relação às disputas entre liberais e conservadores em torno da política imperial na Bahia.

(Ex. 3)

Prisão de um missionário.

Entre soldados da policia atravessaram hontem as ruas d'esta cidade, vindos de Alagoinhas, Antonio Conselheiro, o Santo, e quatro dos seus acólitos, presos ultimamente em Itapicuru.

Tocado da luz divina, pregava elle aos pobres tabareos uns sermões de sua lavra, cujos fins não abonavam muito a sua boa fé para com seus irmãos em Cristo.

Tanto deram na vista suas missões, que a policia convidou-o a vir prega-los aos presos, da casa de detenção. (Diario de Noticias, 06 julho de 1876. Grifos nossos).

As expressões que grifamos apontam para alguns traços da conduta atribuída a Antonio Conselheiro e para detalhes da sua prisão registrados pelo jornal. Já no título, o termo “missionário” traz implicações que se desdobram no decorrer da curta notícia. O texto tem um leve tom de ironia e descreve a conduta de Antonio Conselheiro a partir de um vocabulário relacionado a práticas religiosas. A expressão: “tocado da luz divina”, remonta à notícia publicada anteriormente pelo *Diario da Bahia*. Pois remete, por um lado, à insinuação de impostura de Antonio Conselheiro e, por outro, ao fanatismo das suas práticas. Por sua vez, a expressão: “pobres tabareos” atribui ingenuidade aos adeptos do Conselheiro. Este aparece como “santo” e seus seguidores como “acólitos”. O termo “acólito”, sinônimo de ajudante / assistente, designa também uma das ordens menores, na Igreja Católica, que dá o poder de servir ao subdiácono na missa, acender os círios, preparar e oferecer o vinho e a água. Outro indício da conduta religiosa de Antonio Conselheiro aparece na menção aos “sermões de sua lavra”. Assim, a nota em questão é atravessada por uma estratégia de associação da figura de Antonio Conselheiro a um indivíduo que se apropriava indevidamente das funções sagradas atribuídas aos sacerdotes da Igreja. No conjunto do texto, as palavras: “santo”, “acólito”, “missionário”, além do caráter religioso de Antonio Conselheiro, insinuam a falsidade das atitudes do pregador leigo e indicam a quebra do monopólio da palavra sagrada, que pertenceria de direito aos sacerdotes católicos<sup>11</sup>.

Ouvidas por um número crescente de sertanejos, as palavras de Antonio Conselheiro incomodavam às autoridades e membros poderosos da sociedade e do clero católico sertanejo. Nos jornais de Salvador, materializam-se então discursos que se

<sup>11</sup> Por volta da década de 1870 a Igreja Católica no Brasil, orientada pela Santa Sé, irá combater um “quadro religioso do catolicismo popular – marcadamente heterodoxo, leigo, e privado”. “Tal movimento inscreve-se no que ficou conhecido por romanização católica, e “tem por objetivo moldar o catolicismo brasileiro conforme o modelo romano” expresso pelo Concílio Vaticano I – 1869-70 – presidido pelo Papa Pio IX”. (WANDERLEY, 2008, p.5)

encontram dispersos em setores da sociedade baiana. A esse propósito se cristaliza a atribuição de fanatismo à figura de Antonio Conselheiro. Porém, em outro momento, emergirá um discurso baseado na patologização do movimento conselheirista. É nesse sentido que entra em circulação discursos que consistem no enquadramento psiquiátrico da conduta de Antonio Conselheiro. Discursos que associam loucura e crime, mas acabam por enfatizar um ou outro, atribuindo um caráter perigoso ou inofensivo à conduta de Antonio Conselheiro.

Nessas primeiras notícias impressas nos jornais baianos, verificamos a atribuição de fanatismo ao Conselheiro associada à estratégia de criminalizar sua conduta. Notamos isso nas notícias publicadas no dia 07 de julho de 1876, ainda por ocasião da passagem de Antonio Conselheiro como prisioneiro pela capital baiana. No *Jornal da Bahia*, órgão do partido conservador e, na ocasião, aliado do governo, a notícia chega a considerar o chefe de polícia “digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar”:

(Ex. 4)

Antonio Conselheiro

No [navio] Pernambuco seguiu ontem para a Província do Ceará, a fim de ser ali presente ao sr. Chefe de Policia o indivíduo Antonio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antonio Conselheiro, que apareceu em diversos lugares do interior desta província e ultimamente na Missão da Saúde, termo de Itapicuru, dizendo-se enviado de Cristo e afetando grandes virtudes, com os pés descalços, os cabelos da cabeça e da barba extremamente crescidos e vestido com uma túnica azul.

Esse indivíduo conseguiu insinuar-se no ânimo da população e adquiriu fanáticos adeptos pelas doutrinas supersticiosas que pregava.

S. Exa. Revdma, o sr. vigário capitular, requisitou ao sr. dr. Chefe da Polícia a prisão deste hipócrita, por haver as mais fundadas suspeitas de ser ele um dos célebres foragidos do terrível morticínio que deu-se no Ceará em novembro de 1872 e cuja prisão foi recomendada pelo dr. Chefe de Polícia daquela província.

Antonio Conselheiro recusou obstinadamente responder ao interrogatório que lhe foi feito na Secretaria de Policia, sendo por isso enviado para o Ceará a fim de ser ali processado.

O sr. dr. Chefe de Polícia é digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar. (*Jornal da Bahia*, 07 jul. 1876. Grifos nossos).

Aqui, destacamos o trecho “dizendo-se enviado de Cristo e afetando grandes virtudes”, no qual o verbo *discendi* (verbo de dizer) marca um distanciamento do locutor do texto em relação ao dizer do Conselheiro. Dessa forma, a expressão produz um efeito de sentido de dúvida em relação a esse dizer, pois mostra que é o próprio Conselheiro que se diz enviado de Cristo, o que não garante a veracidade de tal

afirmação. Destacamos ainda a expressão “fanáticos adeptos”, que se refere aos seguidores do Conselheiro, e que mostra a materialização de um discurso segundo o qual os adeptos das ideias do Conselheiro são “fanáticos”. Essa expressão remete, assim como ocorre com a descrição psicológica feita do Conselheiro, ao lugar da falta de razão, da loucura. Logo, os seguidores de Antonio Conselheiro são, assim como ele, segregados por meio do rótulo de loucos. Há, por fim, a repetição da expressão “hipócrita”, que já havia aparecido na notícia publicada em 29 de junho de 1876. Nesse caso, como dito anteriormente, Antonio Conselheiro é tratado como um falso profeta, que engana as pessoas que o seguem.

No *Correio da Bahia*, a notícia adverte para o perigo que o Conselheiro representa. Acrescenta, contudo, uma referência ao movimento dos *Muckers*<sup>12</sup> ocorrido no Rio Grande do Sul entre 1868 e 1874, retomando assim um caso comparável à mobilização liderada pelo Conselheiro. Podemos perceber então a circulação de uma memória acerca de um episódio de mobilização das classes populares em torno de uma liderança religiosa que resultou na intervenção armada por parte das autoridades preocupadas em estabelecer a ordem.

(Ex. 5)

Antonio Conselheiro

Seguiu ontem no vapor nacional Pernambuco, a fim de ser apresentado ao sr. Chefe de Polícia do Ceará, o indivíduo Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antonio Conselheiro, e de quem já se ocupou a imprensa desta terra.

Este indivíduo apareceu em diversos lugares desta província e ultimamente na Missão da Saúde, no termo do Itapicuru, dizendo-se um enviado de Cristo e afetando, com a maior hipocrisia, grandes virtudes, com os cabelos crescidos sobre os ombros e as barbas longas, metido em uma túnica azul, de pés descalços; insinuando-se no ânimo da população daquela localidade, pregando doutrinas errôneas e supersticiosas com o que adquiria fanáticos adeptos e desmoralizando em suas prédicas as autoridades e até os vigários.

[...]

Antonio Conselheiro, chegado à secretaria de polícia, negou-se obstinadamente a responder o interrogatório que lhe foi feito.

---

<sup>12</sup> Movimento de inspiração anabatista e liderado pelo jovem casal Jacobina Mentz e João Jorge Maurer na antiga colônia alemã de São Leopoldo. Em 1874, depois que incêndios e outros crimes foram atribuídos a eles, a polícia solicitou o apoio do exército e, juntos, perseguiram os colonos envolvidos, que na época eram cerca de 150 pessoas. O conflito com aqueles que apoiavam o movimento iniciou em 25 de junho de 1874 e foi chamado de Revolta dos Muckers, o ataque final do exército matou todos aqueles que não haviam conseguido fugir, inclusive a própria Jacobina. Cf. REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/almanaque/almanaque-junho-2011>).

Quem não se tiver esquecido do célebre Maurer, que como Antonio Conselheiro apareceu dizendo-se Messias, quem lembrar-se de que está quente o sangue das vítimas de que foi causa este perturbador da ordem pública na província do Rio Grande do Sul, certamente não poderá deixar de reconhecer o acerto da providência tomada pelo digno chefe de polícia desta Província. (Correio da Bahia, 07 jul. 1876. Grifos nossos).

Atentamos, inicialmente, para a expressão “com a maior hipocrisia”, que aparece como aposto de “dizendo-se um enviado de Cristo”. Nesse caso, fica claro o distanciamento do locutor do texto em relação ao dizer do Conselheiro, pois a expressão “com a maior hipocrisia” retoma e avalia a formulação “dizendo-se um enviado de Cristo”. Observamos também um processo de sedimentação de uma memória discursiva, baseada até aqui nos registros da imprensa da capital baiana. Como temos visto, os jornais publicavam títulos, expressões, falas e dizeres, que contribuíam – através da repetição – para a cristalização de um discurso sobre o líder sertanejo e seus seguidores; e serviam, conseqüentemente, como justificativa para a sua perseguição. Tais repetições estão relacionadas a uma memória discursiva que começa a funcionar aqui como um repositório de lugares-comuns e estereótipos, atribuídos ao peregrino e seus seguidores e revelam a circulação de um discurso anticonselheirista por parte da imprensa baiana.

Esse discurso anticonselheirista mantém em distância os dizeres, as falas de Antonio Conselheiro e de seus seguidores. As menções a esse possível discurso conselheirista nos chegam através desses meios de comunicação que registram, e fazem questão de assumir, uma postura discriminatória do discurso do Conselheiro. As declarações de Antonio Conselheiro são expostas geralmente para conformar um desarranjo do qual o líder é produto. Como podemos observar numa nota que registra a repercussão da notícia da prisão de Antonio Conselheiro fora da província da Bahia.

(Ex. 6)

Antonio Conselheiro

Lê-se no Jornal do Recife de 29 de julho:

“Sobre este homem, de quem os nossos leitores já tiveram notícia quando por aqui passou dizem as folhas do Ceará que, sendo interrogado pelo dr. chefe de polícia dali, declarou ser natural de Quixeramobim, para onde desejava ser ardentemente remetido. Disse que sendo casado e não podendo viver em harmonia com a mulher, resolvera seguir uma vida de martyrio, e o seu fim único era aconselhar o povo, tendo já erguido muitas igrejas e construído alguns cemitérios”.

Já fora remetido para Quixeramobim.” (Diário da Bahia, 02 ago 1876. Grifo nosso).

Além de registrar a circulação do nome de Antonio Conselheiro na imprensa de outros estados, a nota, republicada no *Diário da Bahia*, acrescenta outras informações acerca do líder religioso. É nesse sentido que a passagem destacada expõe um aspecto da vida do peregrino. Aspecto revelado pelo próprio indivíduo que, interrogado pela polícia, tenta esclarecer sua conduta. Elemento que revela o funcionamento da maquinaria penal, que exige do réu “uma confissão, um exame de consciência, uma explicação de si, um esclarecimento daquilo que se é” (FOUCAULT, 2008, p. 2). Essas informações, fornecidas pelo próprio Conselheiro, alimentam a narrativa que tem por base a sua trajetória conturbada. E que mais adiante explicará, teleologicamente, a sua vida peregrina e sua conduta religiosa.

Ao chegar à sua terra natal, a cidade cearense de Quixeramobim, Antonio Conselheiro foi posto em liberdade após ser reconhecida a improcedência das acusações que pesavam contra ele. No mesmo ano de 1876, ele reaparece nos sertões da Bahia, onde discípulos o aguardavam, e volta às suas atividades de construtor de igrejas, capelas, muros de cemitérios e açudes. De acordo com a historiadora Mônica Dantas, a região de Itapicuru, área de atuação de Antonio Conselheiro até meados de 1893, apresentava, no século XIX:

[...] uma grande diversidade social e econômica. Ao lado das antigas aldeias de franciscanos e jesuítas, conviviam engenhos de açúcar estrategicamente localizados ao longo dos rios e riachos, fazendas de gado de diferentes tamanhos, engenhocas de rapadura, casas de farinha e uma série de rocinhas de subsistência. O trabalho nas diversas propriedades, posses e também os ofícios especializados eram realizados, ao menos até meados do século, por livres, libertos e também escravos. (DANTAS, 2011, p. 317)

Acerca da região de Itapicuru, a historiadora observa ainda que nas últimas décadas do século XIX ocorrera um aumento do controle das áreas mais férteis por parte dos grandes fazendeiros. O que contribuiu para tornar mais árdua a vida da população pobre dessa região (DANTAS, 2011, p. 352-6). É diante dessa dinâmica, marcada pelo agravamento das dificuldades enfrentadas pela população pobre, que vai se desenrolar a atuação de Antonio Conselheiro.

No ano de 1882 aparece, no relato do coronel da polícia baiana Durval Vieira de Aguiar, uma notícia impressa que trata de Antonio Conselheiro. A partir de viagens ao interior da província a serviço de sua corporação, Aguiar apresenta, em 1888, um livro



reunindo relatos publicados anteriormente no *Diário da Bahia*. De passagem pelo Cumbe – povoação circunscrita à Vila de Monte Santo – havia registrado, em 1882, sobre Antonio Conselheiro o que se lê a seguir:

(Ex. 7)

Quando por ali passamos achava-se na povoação um célebre *Conselheiro*, sujeito baixo, moreno acaboclado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em desmobiada casa, onde se apinhavam as beatas e afluíam os presentes, com os quais se alimentava.

Este sujeito é mais fanático ignorante do que um anacoreta, e a sua ocupação consiste em pregar uma incompleta moral, ensinar rezas, fazer prédicas banais, rezar terços e ladainhas com o povo; servindo-se para isso das igrejas, onde, diante do viajante civilizado, se dá a um irrisório espetáculo, especialmente quando recita um latinório que nem os ouvintes entendem. [...] Nessa ocasião havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Mucambo, e estava construindo uma excelente igreja no Cumbe, onde a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz. (AGUIAR, 1979, p.83. Grifos nossos).

Como se pode verificar na primeira das passagens grifadas, o relato repete registros que já haviam sido materializadas nos jornais baianos em meados de 1876. Nesse sentido, Aguiar descreve o Conselheiro como um “sujeito baixo, moreno acaboclado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul”. Duas expressões chamam atenção para uma tentativa de enquadramento do Conselheiro em uma conduta religiosa desviante da instituída pela Igreja. Trata-se dos termos: “fanático” e “anacoreta”. Entretanto, por meio de uma relação argumentativa em que um termo é escolhido em detrimento de outro, o termo anacoreta, que designa o indivíduo religioso dedicado à vida contemplativa e ao isolamento, é descartado e o locutor “escolhe” o termo “fanático ignorante”. Como temos visto até aqui, esta preferência implica numa desvalorização da prática religiosa de Antonio Conselheiro e justifica a sua perseguição.

No registro, são expostas ainda algumas observações a respeito das prédicas de Antonio Conselheiro. Essas são descritas como “um latinório que nem os ouvintes entendem” e que aparentam um “irrisório espetáculo” diante do “viajante civilizado”. A expressão “latinório” registra o mau uso da língua pelo Conselheiro. Insinua assim uma inconsistência no falar do Conselheiro, que usa abusivamente uma língua que certamente só é conhecida corretamente na ocasião pelo “viajante civilizado”. Duplo enquadramento que insinua loucura e falta de civilização por parte de Antonio

Conselheiro. Pois, se de um lado o uso indecoroso da língua litúrgica indica uma zona de incompreensão, característica da (des)razão, por outro, esse mesmo mau uso indica uma atitude bárbara, atributo do que fala mal a língua do civilizado. No final do trecho, o autor anota a construção de duas igrejas pelo Conselheiro. Consideradas “elegante[s]” e “excelente[s]” edificações. Aguiar reconhece também a manutenção de “admirável paz” na mobilização liderada pelo Conselheiro na localidade do Cumbe.

Nos anos restantes da década de 1880 até o confronto com a polícia baiana em Masseté, no ano de 1893, não encontramos registros de notícias impressas nos jornais baianos acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Entretanto, nesse ínterim, a conduta de Antonio Conselheiro continua a incomodar as autoridades, sobretudo as eclesiásticas, como se pode concluir pela intensa troca de cartas entre vigários da zona sertaneja e o arcebispado da Bahia. De acordo com Otten (1990), o confronto entre Conselheiro e a Igreja foi gerado pelo fato de o líder sertanejo reivindicar o direito da prédica: “Ele se vê enviado por Cristo a pregar aos povos e não larga este dever por preço algum: nem por poder construir igrejas, esmolar ou rezar terços” (OTTEN, 1990, p. 157).

Nesse ínterim, também ocorre um evento que terá um desdobramento importante no conflito entre Antonio Conselheiro e as forças oficiais. Trata-se da Proclamação da República em novembro de 1889. Professando uma mensagem de teor religioso, o líder sertanejo vai criticar publicamente a República, e encontrará eco na insatisfação de parte das classes populares com algumas medidas adotadas pelo novo regime como, por exemplo, o aumento da cobrança de impostos.

## **2.2 O “choque de Masseté” e a fundação do Arraial do Bello Monte**

Instalada a República no Brasil no ano de 1889, o conflito entre as autoridades e Antonio Conselheiro é agravado. O peregrino continuou reformando e construindo igrejas e cemitérios tendo, a cada dia, mais seguidores e consolidando a sua liderança religiosa (VILLA, 1997, p.52). Entretanto, algumas medidas implantadas pelo regime republicano, como a instituição do casamento civil e a criação de novos impostos contribuíram para que o líder religioso se pronunciasse contra a República.

A atitude do peregrino encontra repercussão na população menos favorecida. Fossem livres, ex-escravos e mesmo índios, essa população demonstrava disposição a

reagir, se necessário com violência, contra situações que lhes eram desfavoráveis ou ameaçadoras. Desde os últimos anos do Império, um quadro de problemas era enfrentado por essa população do sertão baiano. A cobrança de impostos se somava a outros problemas vividos pela população dessa região nas últimas décadas do século XIX: secas; concentração fundiária; dificuldades ligadas à questão de mão de obra (DANTAS, 2011, p. 363).

Concomitante às alterações do regime político no Brasil, alguns elementos contribuíram para tornar a situação na região de Itapicuru ainda mais tensa. Em 1888, a população da região enfrentou um período de estiagem. Nesse mesmo ano os grandes fazendeiros da região foram afetados por outro acontecimento que alterou profundamente suas atividades, a Abolição da Escravatura. A coincidência desses acontecimentos contribuiu para o agravamento das condições de sobrevivência da população que não tinha acesso à terra. A seca que “dificultava a migração para áreas mais distantes (menos controladas, embora mais afeitas à falta de chuvas)” e colocava os homens livres pobres ou libertos “na dependência de grandes fazendeiros, alguns deles com canaviais e engenhos, sedentos em substituir a mão de obra eventualmente perdida.” (DANTAS, 2011, p. 357).

É nesse quadro de problemas, agravados pela cobrança de impostos que, em meados de 1893, o peregrino volta a ser notícia nos jornais baianos. O motivo? O embate entre seus seguidores e a força policial baiana em Masseté, localidade de Tucano. A destruição e o incêndio das tabuletas contendo leis e orçamentos municipais foram imputados aos seguidores do peregrino e legitimaram, por alegação de distúrbio da ordem, a remessa da força policial.

Derrotada a polícia, o líder sertanejo e grande número de adeptos rumaram em direção a Canudos, onde se fixaram no dia de Santo Antonio, 13 de junho, rebatizando o lugar com o nome de *Bello Monte*. O arraial fundado pelo peregrino “passou a constituir preocupação dos jornais baianos [e os] correspondentes interioranos frequentemente enviavam suas notícias, muitas vezes transformadas em apelos ao governo para adotar providências” (CALASANS, 1997, p. 17). Temiam principalmente o crescimento do arraial, onde as autoridades republicanas não eram respeitadas.

O apelo dos correspondentes interioranos registra em suas formulações a permanência de uma memória discursiva acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Numa série de artigos enviados ao *Diário de Notícias* pelo correspondente localizado em Monte Santo – cidade próxima a Canudos – verifica-se o empenho em

difundir um discurso anticonselheirista, rotulando Antonio Conselheiro como “fanático”, “subversivo”, “monarquista”, “pernicioso” e “cruel”, e exigindo urgência do governo no emprego da força. É o caso do artigo publicado em 31 de maio de 1893, do qual, a seguir, transcrevemos parte substancial:

(Ex. 8)

Graves acontecimentos

O célebre fanático, conhecido, entre as turbas que o acompanham, por *Conselheiro*, tem levantado uma cruzada contra o pagamento de impostos, incutindo no ânimo dos seus ouvintes as mais subversivas teorias.

Rodeado de grande massa popular, vai aquele individuo se constituindo o terror das autoridades, que não dispõem de meios para o cumprimento da lei.

Dizem-nos que há poucos dias deu-se nas imediações do Bom Conselho um encontro entre cerca de 50 soldados de policia e mil e tantos adeptos do *Conselheiro*, sendo os soldados completamente derrotados.

Para que se avalie a gravidade desse acontecimento, basta-nos observar que seguem brevemente para o lugar do conflito 100 praças de linha.

[...]

Se as informações que temos são efetivamente exatas, urge que o governo empregue toda a energia, a fim de evitarem-se cenas de maior gravidade.

O *Conselheiro* é um individuo perigoso, é um elemento de desordem, desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio entre as populações, às quais ilude com práticas religiosas. [...] (Diário de Notícias, 31 maio 1893. Grifos nossos).

As expressões destacadas são incisivas na caracterização de Antonio Conselheiro como perigo para a ordem estabelecida. O texto retoma a atribuição de fanatismo e reconhece a celebridade do Conselheiro, visível na “grande massa popular” que o acompanha. A notícia acrescenta, no entanto, elementos que propagam o medo. Nesse sentido, as expressões “terror das autoridades”, “individuo perigoso”, “elemento de desordem” contribuem para assinalar o peregrino como um criminoso. O correspondente indica, entretanto, que “desde o tempo do império” a conduta do Conselheiro já era considerada pernicioso pelas autoridades. A principal acusação, levantada pelo correspondente contra Antonio Conselheiro, é a de liderar uma “cruzada contra o pagamento de impostos”. Esse teria sido o motivo do embate entre os seguidores do peregrino e a polícia baiana. O correspondente observa, entretanto, que as autoridades não tinham meios suficientes para fazer cumprir a lei.

O embate entre a força policial e os “adeptos do *Conselheiro*” é um dos elementos que justificam a preocupação do correspondente com os “graves acontecimentos”. De acordo com a notícia, os conselheiristas teriam vencido cerca de 50 soldados de polícia. Sem mais detalhes acerca do embate, o correspondente informa que o governo enviaria 100 soldados para o local do conflito. Cinco dias depois, o correspondente, instalado em Monte Santo, volta a se manifestar a respeito do ocorrido e apresenta alguns detalhes acerca do embate entre os conselheiristas e a força pública.

(Ex. 9)

Graves acontecimentos

Não nos enganamos, quando classificamos de graves os acontecimentos de que tem sido teatro o interior deste Estado.

Hoje temos informações seguras sobre o encontro que dissemos ter-se dado entre a força pública e uma enorme multidão de adeptos do célebre Antonio Vicente da Cunha [sic] Maciel, muito conhecido no interior pela alcunha de *Conselheiro*.

Foi na noite de 26 do passado.

Uma força de policia, sob o comando do digno sr. tenente Virgilio de Almeida, composta de 52 praças, seguira da cidade do Tucano, com o fim de garantir a ordem pública, que se dizia estar sendo alterada nas localidades por onde ia passando o famigerado Conselheiro.

Às 7 horas da noite, a força, aproximando-se da fazenda Masseté, cerca de 8 léguas distante do Tucano, notou que ali se achava o tal Conselheiro com a multidão que o segue em suas peregrinações sediciosas.

Mal foram pressentidos os soldados, uma onda de populares assaltou-os, sendo, na mesma ocasião, disparados muitos tiros. (Diário de Notícias, 05 jun. 1893. Grifos nossos).

Alertando para a gravidade da situação no interior do Estado, o correspondente insiste na descrição de Antonio Conselheiro como agente de desordem. Desta notícia, destacamos expressões que caracterizam, do ponto de vista do correspondente, a conduta do “tal Conselheiro”, classificado como “famigerado”. As andanças do Conselheiro são referidas como “peregrinações sediciosas”. Notamos que, a partir daqui, começa a pesar sobre Antonio Conselheiro a acusação de subversão não somente no plano religioso, mas também na ordem política. É o que podemos constatar na formulação que articula os termos peregrinação – que se liga a uma atitude religiosa – e sedição – que implica um gesto de insubmissão política.

Diferentemente do *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* publica uma série de correspondências que consideram Antonio Conselheiro um indivíduo inofensivo. Uma das cartas – assinada *Obscuris Civis*, de Santa Luzia e publicada em 10 de junho com o

título: “O célebre fanático ‘Antonio Conselheiro’” – informa sobre o “avultado número de pessoas” que seguem o “missionário *sui generis*”. Contra os relatos divulgados no *Diário de Noticias*, os missivistas defendem que o Conselheiro é um homem altruísta, abnegado e extremamente humanitário. Entretanto, corroboram as manifestações anteriores ao considerarem o Conselheiro um “fanático”.

(Ex. 10)

O célebre fanático “Antonio Conselheiro”

S. Luzia, 3 de junho de 1893.

Estas linhas eu escrevo em parte como retificação e em parte como aditamento a um artigo ultimamente publicado pela ilustrada redação do Diário de Noticias acerca dos tristes acontecimentos que se estão desdobrando em diversas localidades do norte deste estado. A fim de se evitarem bárbaros morticínios em toda a zona aludida, é imprescindível que sobre esses fatos se projete em toda sua intensidade a luz da verdade.

Só assim poderão as autoridades superiores proceder com a circunspeção que o caso reclama. Tenho conversado com diversas pessoas vindas da Natuba, do Tucano e do Raso e todas são acordes em afirmar que é desoladora a situação daquelas e de algumas localidades. Famílias inteiras abandonaram seus lares para acompanhar a Antonio Conselheiro em peregrinação religiosa.

Cerca de três mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, formam atualmente o séquito, que cada dia se engrossa, do missionário *sui generis*.

Muitos desses peregrinos deixaram em completo abandono os bens que possuíam, outros venderam-nos por pouco mais que nada. É, entretanto, admirável e muito honroso para o caráter do povo baiano: – essa gente, da noite para o dia, vem arrancada ao trabalho pela crença religiosa, ainda não se manchou com o latrocínio e nem mesmo com o furto; alimenta-se à custa dos próprios haveres e com as esmolas que de toda a parte recebem em profusão.

Não impele aos romeiros nenhum pensamento político, como impatrioticamente informaram; domina-os, sim, o fanatismo religioso, o pior de todos os fanatismos. Chegam a atribuir ao *Conselheiro* o dom do milagre.

À vista do exposto, penso que o governo deve envidar todos os esforços possíveis a fim de dispersar a multidão de romeiros, conforme o exigem os interesses da agricultura, do comércio e da civilização; mas penso igualmente e tenho a coragem de dizê-lo, que para a realização desse nobre *desideratum* deve ele recorrer antes a meios pacíficos do que aos belicosos, os quais poderão talvez trazer como conseqüência uma conflagração geral em todo o estado, se houver homem sagaz que se apresente a explorar a credence popular.

Pelo que me têm informado a respeito do *Conselheiro*, estou compenetrado de que ele não é um perverso, um homem de maus instintos; é, pelo contrário, um homem em extremo humanitário – todo abnegação, todo altruísmo.

Tem sido ultimamente causa indireta de grandes males, é verdade; mas suas intenções são boas. Traz iludida grande parte do povo, porém, ele próprio é o primeiro dupe; tanto assim que se entrega a

jejuns contínuos e rigorosos, a macerações e só corresponde às saudações de qualquer pessoa, se elas forem expressas pelo clássico – Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

O Conselheiro é, nada mais nada menos, do que um doente de monomania religiosa.

Não aconselha ao povo que deixe de pagar imposto, como informaram à ilustrada redação do *Diario*; aconselhou, sim, num dos lugares por onde passou, que não pagassem os impostos municipais por serem excessivamente vexativos, o que é coisa muito diversa. Dizem que no município em que isto se deu, os impostos eram tão gravosos que tendo uma pobre cabocla vendido umas esteiras à razão de mil e duzentos, o procurador da Câmara cobrara por cada uma delas a *insignificância* de um mil réis! - *Obscuris Civis* (Jornal de Noticias 10 de junho de 1893. Grifos nossos).

Das expressões destacadas, as que se referem diretamente à figura do Conselheiro revelam uma abordagem parcialmente diferente das manifestações anteriores. Ao se referir a Antonio Conselheiro como um “missionário *sui generis*”, o missivista registra a peculiaridade da ação do peregrino cearense e demonstra certa simpatia por ele. Entretanto, o cidadão de Santa Luzia emprega, da mesma forma que nas outras manifestações vistas até aqui, o termo “fanatismo” para caracterizar a ação do peregrino. Ressalva ainda que o fanatismo do Conselheiro é o pior de todos, pois se trata de “fanatismo religioso”. Porém, assevera que o líder religioso “não é um perverso”, mas sim um “homem em extremo humanitário”. Quanto ao termo *dupe* – que pode ser traduzido do francês, por joguete – aplicado a Antonio Conselheiro, sugere que o “missionário”, além de iludir “grande parte do povo”, se engana ao entregar-se a penitências contínuas e só responder às saudações se “forem expressas pelo clássico – Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”. O mais curioso na manifestação desse correspondente sertanejo é o emprego de um vocabulário psiquiátrico na descrição de Antonio Conselheiro, que é diagnosticado como “doente de monomania religiosa”. Traço do discurso de patologização que encontraria seu clímax na interpretação do médico psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues<sup>13</sup>. De acordo com Foucault (2008), a noção de monomania foi significativamente importante para a psiquiatria do século XIX:

essa loucura, que pode ser de uma intensidade extraordinária, pode permanecer invisível até o momento em que eclode; portanto, ninguém pode prevê-la, exceto aquele que tem um olhar adestrado, uma longa experiência, um saber bem armado. Em suma, apenas um

<sup>13</sup> “A loucura epidêmica de Canudos”, publicado na Revista Brasileira, III Ano, tomo XII, pág. 69, de 01 de novembro de 1897 e nos Annales médico-psychologiques de Paris, 1898, maio-junho; “A loucura das multidões”; nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil, publicado nos Annales médico-psychologiques, janeiro-agosto de 1901 (RODRIGUES, N. 2006, p. 13-4).

médico especialista pode perceber a monomania (eis por que, de uma maneira que só é contraditória aparentemente, os alienistas definiram a monomania como uma doença que apenas se manifesta no crime, reservando-se, no entanto, o poder de determinar seus sinais premonitórios, suas condições predisponentes). (FOUCAULT, 2008, p.10).

Definida também como uma espécie de alienação mental, em que uma ideia fixa parece absorver e determinar o pensamento e a ação do indivíduo, a monomania se insere aqui no discurso de patologização da conduta de Antonio Conselheiro. No entanto, no caso de Antonio Conselheiro, aparentemente não é um “olhar adestrado” que diagnostica a monomania. Parece justamente o contrário, pois teria sido com base principalmente nessas informações presentes nos jornais que Nina Rodrigues escreveria seus artigos sobre a loucura epidêmica de Canudos, publicados em 1897. Teríamos aqui um caso de vulgarização do discurso psiquiátrico? Uma capilarização desse discurso, repercutindo nos longínquos sertões do norte da Bahia? Não teremos condições, nos limites dessa pesquisa, de explorar esse problema. No entanto, é notável, nos jornais publicados na capital baiana nesse período, a circulação de um vocabulário médico. Uma das hipóteses para essa circulação é a existência da Faculdade de Medicina da Bahia, que inclusive mantinha nessa época uma publicação periódica: a *Gazeta Médica da Bahia*. Considerável também é o fato de parte dos intelectuais, e mesmo políticos, terem sido formados por essa instituição, o que implicaria uma familiaridade com essas discussões.

Em carta publicada na edição de 14 de junho de 1893 do *Jornal de Notícias*, temos outra manifestação que se refere à “mania religiosa” da qual Antonio Conselheiro seria devoto. Trata-se de uma carta enviada por Durval V. Aguiar, coronel da polícia baiana, que no início dos anos 1880 já havia dado notícia de Antonio Conselheiro para o jornal *Diário da Bahia*<sup>14</sup>.

(Ex. 11)

Antonio Conselheiro

Eis a carta que o nosso amigo coronel Durval de Aguiar enviou-nos ontem, a propósito do célebre fanático Antonio Conselheiro:

Amigo sr. redator. – Já tendo uma vez me referido, na página 76, de uma obscura obra que corre a imprensa, sob o título de *Descrições Práticas da Bahia*, ao indivíduo conhecido por Antonio Conselheiro, do qual se tem ocupado ultimamente a imprensa, e, já pela segunda vez, o governo da Bahia, que aqui já o mandou buscar, há cerca de 10

---

<sup>14</sup> Ver acima: Ex. 7.



anos, sou obrigado a vir à imprensa declarar que esse indivíduo, longe de ser um facínora perigoso, é apenas um inofensivo ente devotado a uma mania religiosa – há cerca de 16 anos em que vegeta pelos sertões do Norte, rezando nas igrejas e fazendo prédicas, que são assistidas pelas populações inteiras das localidades em que se acha, onde sempre procura prestar algum serviço na edificação e reedificação de templos e cemitérios.

[...]

É verdade que o Conselheiro, nas suas peregrinações, anda acompanhado por enorme séquito; mas essa gente, também inofensiva, só se assanha na defesa do Conselheiro, o qual mantém as mesmas honras, as mesmas práticas e o mesmo acompanhamento de que se rodeiam os missionários, pois, como estes, aconselha o casamento, os batizados, as orações e os bons costumes, se bem que em linguagem menos correta.

[...]

O crime de hoje é o mesmo de outrora; por cuja razão parece mais humano, mais prudente e mais patriótico, que em lugar de massacrar esses grupos de fanáticos, à pólvora de bala, se lhe envie um virtuoso e inteligente missionário para os conter, e boas doutrinas para os chamar ao trabalho.

Fora disto é ensaguentar-se inutilmente o sertão e prevenir-se o tão descuidoso espírito de nosso sertanejo para uma rancorosa resistência, com a qual a política, de certo, viria em breve especular.

Sou, com maior estima e consideração, vosso patrício e amigo – Durval V. Aguiar. (Jornal de Notícias 14 junho de 1893. Grifos nossos).

Da correspondência, destacamos as expressões “célebre fanático” e “grupos de fanáticos”, termos comuns entre os que consideravam necessária a ação violenta (caso das manifestações publicadas no *Diario de Noticias*) e os que defendiam medidas pacíficas a fim de dispersar a multidão de seguidores do Conselheiro. O correspondente argumenta então que, “longe de ser um facínora perigoso”, o peregrino é somente um inócuo “ente devotado a uma mania religiosa”. E se posiciona contra a solução armada como desfecho da situação. Sugere então o envio de “um virtuoso e inteligente missionário para conter [o grupo de fanáticos]”.

O envio de uma missão religiosa é também sugerido em outra carta publicada no *Jornal de Noticias*, em 16 de junho de 1893. O missivista apela para que sejam adotados “meios brandos” para restituir o povo que acompanha o Conselheiro ao “seio de suas famílias”. E argumenta em defesa do caráter inofensivo do peregrino cearense, com o qual teria entabulado conversa quando de passagem pela localidade de Bom Jesus.

(Ex. 12)

Antonio Conselheiro  
Sr. redator do Jornal de Noticias

Tenho acompanhado a questão que atualmente se tem agitado na imprensa relativamente a Antonio Conselheiro e julguei dar a minha opinião.

Conheço-o pessoalmente.

[...] há dois anos, por incômodo de saúde, segui desta capital para os banhos de Cipó, e ao passar no arraial Bom Jesus, termo de Itapicuru, lá se achava o Conselheiro.

Levado pela curiosidade, visitei-o, sendo pelo mesmo recebido afetosamente.

A sua conversação é agradável.

Tinha por abrigo uma casa imunda, sem um móvel ao menos onde me pudesse sentar.

A minha visita durou apenas 10 minutos.

Em suas praticas, só aconselha o bem do povo; e se este o acompanha é porque quer, disto fui circunstanciadamente informado.

Em sua peregrinação, só tem feito benefícios, levantado templos e cemitérios, dos quais conheço um lindo e elegante templo no Bom Jesus, outro no Mocambo, outro na Rainha dos Anjos, e um cemitério na vila da Ribeira do Pau Grande.

Como, pois, é ofensivo este cidadão?

A quem já fez ele mal?

Reputo o cônego Agripino Borges capaz de retirar o povo, que o acompanha, ao seio de suas famílias.

O Conselheiro aconselha ao povo para não abandonar seus lares por causa dele; o povo recalitra esta ordem e por força do fanatismo o acompanha.

É um homem honrado, tanto assim que se ele quisesse ser rico de um dia para o outro o seria; mas só aceita alimentação e nada mais.

O governo bem pode retirar este povo, em beneficio de tantas famílias abandonadas, por meios brandos, e, como já disse, reputo muito capaz o cônego Agripino Borges.

Seu constante leitor – *Maximiniano José Ribeiro* (Jornal de Noticias, 16 junho de 1893).

No exemplo, notamos a circulação de uma nuance acerca do Conselheiro. Ele é apresentado como um homem inofensivo e, até mesmo, honrado. Entretanto, são seus seguidores, a quem o correspondente atribui fanatismo, que “abandonam seus lares” e acompanham o missionário. Nesse caso, verifica-se uma espécie de polarização dos discursos acerca de Antonio Conselheiro: ora apresentado como um subversivo, um perigo à sociedade; ora apresentado como um homem honrado e inofensivo. Mas, em todos esses discursos, existe algo que permanece: a imagem de um homem com uma conduta incomum, capaz de agregar pessoas, de reunir ao seu redor uma multidão de “fanáticos”. Há, portanto, a configuração e reconfiguração de diferentes discursos que circulam na sociedade nesses primeiros anos da República no Brasil e que mantém, em diferentes níveis, uma relação com uma memória discursiva, segundo a qual todo aquele que – não sendo autorizado pelas instituições mantenedoras da ordem – consegue

agregar em torno de si um grande número de seguidores deve ser analisado com um olhar atento, com cuidado e, algumas vezes, com desconfiança.

### 2.3 A missão capuchinha

Sob forte pressão dessas manifestações da “opinião pública”, formada pela circulação de notícias semelhantes as que temos comentado aqui, mas vacilando diante da atitude a ser tomada no caso de Canudos, as autoridades estaduais acabam por solicitar da Igreja Católica – que desde a década de 1870 se incomodava com a atuação do Conselheiro – apoio para dissolver o “séquito conselheirista”. Após contatos entre o Governador Rodrigues Lima e o Arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva, firma-se a intenção de “dissolver o ajuntamento pela palavra de um missionário habilidoso” (OTTEN, 1990, p.181). O Arcebispo, em acordo com o Governador, decide enviar ao arraial sertanejo dois capuchinhos italianos: Frei João Evangelista de Monte Marciano e Frei Caetano de S. Léo. Em 13 de maio de 1895, eles chegam ao arraial, em companhia do Padre Sabino, vigário de Cumbe. Apesar do “firme propósito de dispersar o movimento”, a iniciativa será frustrada pela atitude não muito diplomática de Frei João Evangelista que havia criticado “severamente o Conselheiro pela não aceitação da República” e exigido a imediata dissolução do agrupamento conselheirista (OTTEN, 1990, p.181).

Como resultado dessa missão, é apresentado ao arcebispado da Bahia um relatório sobre “Antonio Conselheiro e seu séquito no Arraial dos Canudos”, que traz “uma notícia geral da comunidade messiânica” e conclui por pedir a intervenção do governo estadual. O relatório, “além de publicado em diversos jornais da Bahia, foi impresso e distribuído em folhas avulsas pelo governo do Estado” (BARTELT, 2009, p.96). A partir desse momento, intensificou-se a campanha propagandística movida pelo ódio ao Conselheiro. Na edição de 27 de junho de 1895 o *Correio de Noticias* repercute a missão capuchinha publicando o relatório, precedido da seguinte introdução:

(Ex. 13)

Antonio Conselheiro

Damos em seguida o consciencioso relatório que de sua missão sacerdotal ao arraial dos Canudos apresentou ao reverendíssimo sr. provisor do Arcebispado o intelligente e caridoso missionário frei

João Evangelista do Monte Marciano sobre a attitude e intuitos d'aquelle fanatico e dos proselytos, já innumerous, que o rodeiam.

Esse valiosíssimo documento, redigido com calma, imparcialidade e unção religiosa que resumbra da linguagem moderada do reverendo sacerdote, encerra a noticia exacta e verdadeira da situação daquelles espíritos transviados, dos males que a perniciosa seita tem causado e vae causando a população incauta que tem sido attrahida para aquelle foco, iludida por vans esperanças e promessas falaciosas, e dos perigos de que ella ameaça a ordem publica, sem falar dos males com que infecciona a religião catholica, que é a de maioria dos bahianos, pervertendo traiçoeira e insidiosamente a sua san doutrina.

Nós mesmos, ante a leitura do relatório do virtuoso missionário, tivemos dissipadas algumas duvidas que trabalhavam o nosso espirito a respeito do procedimento e propósitos de Antonio Conselheiro.

Já hoje não pode haver mais hesitações urge que providencias sejam tomadas para se prevenir mal maior.

Pela nossa parte, publicando esse valioso documento, temos por fim dar a conhecer aos nossos concidadãos do centro as misérias e perigos que aguardam os infelizes que, illudidos por mentirosas promessas, abandonando seus lares, seus parcos haveres e seu trabalho, se tem ido alistar no séquito de Antonio Conselheiro. (Correio de Noticias, 27 de junho de 1895, apud Correio de Noticias, 20 de fevereiro de 1897).

As expressões destacadas indicam a persistência de uma interpretação que apresenta o Conselheiro como um perverso, traidor e pregador de “falsas promessas”, e os seus seguidores como “iludidos”, “espíritos transviados”, “infelizes”, “população incauta”. Sugere antes que os “propósitos e procedimentos” de Antonio Conselheiro constituem-se em uma seita com perniciosos efeitos para ordem pública, “pervertendo traiçoeira e insidiosamente a [...] san doutrina” católica. De acordo com o texto, o relatório dissiparia dúvidas a respeito dos propósitos de Antonio Conselheiro, constituindo-se assim como “valioso documento” sobre o Arraial dos Canudos.

Também chama atenção na introdução feita pelo jornal o apelo para “que providencias sejam tomadas para se prevenir mal maior”. Daí em diante, essas providências estariam a cargo das autoridades estaduais. Otten (1990, p.181) argumenta que, a partir do relatório, a Igreja encontrou um meio de propalar o caráter político do movimento que se processava em Canudos e nesse sentido incumbir o Estado da solução da questão. Diante do insucesso da missão religiosa, estava aberto o caminho para a solução armada contra o arraial. O seguinte trecho do relatório demonstra esse argumento:

(Ex. 14)

[...] A seita político-religiosa, estabelecida e intrincheirada nos Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo e um pequeno schisma na egreja bahiana; é, principalmente, um nucleo, na

apparencia desprezível, mas um tanto perigoso e funesto de ousada resistencia e hostilidade ao governo constituído no paiz. [...] (MARCIANO, 1895. Grifos nossos).

As passagens grifadas nesse trecho mostram a justificativa elaborada pelo frei Evangelista. Além de ser problema da Igreja, Canudos se apresenta também como perigo para “o governo instituído”. Prossegue, no entanto, o emprego do termo “fanatismo” para caracterizar o movimento liderado pelo Conselheiro. No decorrer do relatório, entre a narração da viagem e a chegada da missão, vários aspectos registrados anteriormente nos jornais são repetidos. Em meio a essa narração é elaborada uma classificação do movimento conselheirista enquanto seita político-religiosa.

O relatório principia com um registro do percurso até Canudos. As dificuldades da viagem são apresentadas. Nesse percurso, descreve-se também o prenúncio do que iriam testemunhar em Canudos: “insubordinação e anarquia”.

(Ex. 15)

[...] Principiarei por dizer que, partindo a 26 de abril, só a 13 de maio conseguimos entrar no povoado dos Canudos, apesar do nosso empenho em transportar-nos o mais depressa possível. As dificuldades em obter conducções e encontrar agasalho nas estradas, e guias conhecedores do caminho, retardaram a viagem, forçando-nos a uma demora de muitos dias no Cumbe, que ainda fica a 18 leguas dos Canudos.

Ainda tão distante, já deparavamos os prenúncios da insubordinação e anarquia de que íamos ser testemunhas, e que se fazem sentir por muitas leguas em derredor do referido povoado. [...] (MARCIANO, 1895. Grifos nossos)

É nesse sentido que se reforça a ideia de que Canudos, além de um problema religioso, é, sobretudo, um problema político; e que, por isso, as autoridades civis deveriam reagir. No relatório, alguns detalhes sobre o arraial são apresentados. A disposição das ruas, das casas, da igreja em construção revela alguns aspectos do funcionamento do arraial conselheirista:

(Ex. 16)

A fazenda Canudos dista duas leguas do *Riacho das Pedras*, no lado opposto á serra geral. Á uma legua de distancia o terreno é inculto, porém optimo para a creação miúda, principalmente nas cheias do rio Vasa-Barris.

Um kilometro adiante descobre-se uma vasta planície muito fertil, regada pelo rio, na baixada de um monte, de cuja eminência já se avistam a casa antiga da fazenda Canudos, a capella edificada por

*Antonio Conselheiro*, e as misérrimas habitações dos seus fanatisados discípulos.

Passando o rio, logo se encontram essas casinholas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta, sem janella, e não arruadas.

[...] Vimos depois a praça, de extensão regular, ladeada de cerca de doze casas de telha, e nas extremidades, em frente uma à outra, a capella e a casa de residencia de *Antonio Conselheiro*. Á porta da capella e em vários pontos da praça apinhavam-se perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d'armas ou melhor d'um acampamento de beduinos.

[...] Refeitos um pouco da nossa penosa viagem, dirigimo-nos para a capella onde se achava então *Antonio Conselheiro*, assistindo aos trabalhos de construção; mal nos perceberam, os magotes de homens armados cerraram fileiras junto á porta da capella, e ao passarmos, disseram todos: “*Louvado seja Nosso Senhor Jesus Christo*”, saudação freqüente e commum, que só recusam em rompimento de hostilidades. Entrando, achamo-nos em presença de *Antonio Conselheiro*, que saudou-nos do mesmo modo.

[...]

Entre essa turba desorientada, ha varios criminosos, [...].

[...]

Quanto a deveres e praticas religiosas, Antonio Conselheiro não se arroga nenhuma funcção sacerdotal, mas também não dá jamais o exemplo de aproximar-se dos sacramentos, fazendo crer com isto que não carece delles, nem do ministerio dos padres [...]. (MARCIANO, 1895. Grifos nossos)

Como podemos verificar numa das passagens destacadas, apesar de reconhecer que Antonio Conselheiro não exerce função sacerdotal, as suas práticas religiosas são descritas como fanáticas. Outro elemento evidente nas passagens destacadas é a descrição de Canudos como uma “praça d’armas”. O arraial é apresentado como “um acampamento de beduinos” e os seus habitantes como “fanatisados discípulos” ou uma “turba desorientada” repleta de “criminosos”.

Pondo termo em sua missão, frei João Evangelista relata ter sacudido o “pó das sandálias” à maneira dos apóstolos ante as cidades que os rechaçavam. Essa imagem simboliza a ruptura definitiva com o Arraial de Canudos, como se pode conferir no trecho em que se narra um dos episódios finais da missão.

(Ex. 17)

Fóra [...] ligeiras interrupções, a missão correu em paz até o quarto dia [17 de maio de 1895], em que eu preguei sobre o dever da obediência á autoridade, e fiz ver que, sendo a Republica governo constituído no Brazil, todos os cidadãos, inclusive os que tivessem convicções contrarias, deviam reconhecê-lo e respeitá-lo. Observei que neste sentido ja se pronunciara o Summo Pontifice, recomendando a concórdia dos catholicos brasileiros com o poder civil; e concluí, declarando que se persistissem em desobedecer e hostilizar um governo que o povo brasileiro quase na sua totalidade acceitara, não

fizessem da religião pretexto ou capa de seus odios e caprichos, porque a igreja catholica não é nem será nunca solidaria com instrumentos de paixões e interesses particulares ou com perturbadores da ordem publica.

[...] Exasperava-os a franqueza e a energia, com que o missionario lhes censurava os maus feitos, e não perdiam occasião de rugir contra elle, mas não se animavam a pôr-lhe mãos violentas, porque havia mais de seis mil pessoas assistindo a missão, e a mór parte era gente de fora que só a isto viera e reagiria certamente se elles me tocassem.

Limitaram-se a injurias, acenos e ditos ameaçadores, até o dia 20 de maio, sétimo da missão, em que já não se contiveram nessas manifestações isoladas e organisaram um protesto geral e estrepitoso do grupo arregimentado. [...] ao meio dia estava a Praça coalhada de homens armados, mulheres e meninos que, a queimar foguetes, e com uma algazarra infernal, dirigiam-se para a capella, erguendo vivas ao Bom Jesus, ao Divino Espirito Santo e a Antonio Conselheiro, e de lá vieram até nossa casa, dando foras aos *republicanos, maçons e protestantes*, e gritando que não precisavam de padres para se salvar, porque tinham o seu *Conselheiro*.

[...] À tarde, verberando a cegueira e insensatez dos que, assim haviam procedido, mostrei que tinha sido aquillo um desacato sacrilego á religião e ao sagrado character sacerdotal, e que, portanto, punha termo á santa missão, e, como outr'ora os apóstolos ás portas das cidades que os repelliam, eu sacudia alli mesmo o pó das sandálias, retirava-me, annunciando-lhes que se a tempo não abrissem os olhos á luz da verdade, sentiriam-se um dia o peso esmagador da Justiça Divina, a qual não escapam os que insultam os enviados do Senhor e despresam os meios de salvação. E os deixei, não voltando mais á latada, nem me prestando a exercer o meu ministerio em logar ou acto publico. [...] (MARCIANO, 1895. Grifos nossos).

Além de registrar o encerramento da missão, as passagens destacadas descrevem os procedimentos adotados pelo frei para tentar dispersar a população concentrada em Canudos. Um dos argumentos utilizados é o “dever da obediência á autoridade” que o bom cristão deveria observar. Nesse sentido, a audiência da missão deveria reconhecer e respeitar “a Republica governo constituído no Brazil”. Prossegue sua declaração recomendando que “não fizessem da religião pretexto ou capa” para desobedecer e hostilizar a República. Afirma ainda a disposição da “igreja catholica” em respeitar a ordem vigente observando que “não é nem será nunca solidaria com [...] perturbadores da ordem publica”. No sétimo dia da missão, os canudenses, que até então, conforme relata o frei, tinham se limitado a “injurias, acenos e ditos ameaçadores”, reagem a essa defesa do “governo constituído” protestando de maneira veemente. O frei relata o episódio valendo-se de uma antítese. A “algazarra infernal” dos “homens armados, mulheres e meninos” contrasta assim com “vivas ao Bom Jesus, ao Divino Espirito Santo e a Antonio Conselheiro” bradados por esses mesmos indivíduos, os quais são considerados cegos e insensatos.

Em síntese, materializados na imprensa periódica baiana, os registros analisados neste capítulo contribuem para um entendimento da circulação de uma série de noções mobilizadas para descrever a conduta de Antonio Conselheiro e de seus seguidores. Entretanto é possível notar nesse percurso um traço de permanência. Desde o tempo de sua peregrinação pelos sertões do norte da Bahia até as sucessivas tentativas de dispersão da população concentrada no Arraial de Canudos, foi se constituindo uma memória discursiva na qual tanto o Conselheiro quanto seus seguidores são tratados como fanáticos. No entanto, vimos que nos registros analisados neste capítulo também são mobilizados outros conceitos que ora argumentam para a loucura (como pudemos ver no uso das noções de “mania” e “monomania”); ora apelam para a atribuição de criminalidade (“bandidos”) do movimento conselheirista. Com o insucesso da missão religiosa, esses discursos serão retomados e se complementarão justificando a perseguição feita ao Conselheiro e aos habitantes do arraial de Canudos. É o que mostraremos no próximo capítulo.



### 3 A “Guerra” de Canudos nos jornais de Salvador (1896-1897)

*Os direitos da imaginação e da poesia não de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome dêles protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antonio Conselheiro. Êste homem fundou uma seita a que se não sabe o nome nem a doutrina. Já êste mistério é poesia. (ASSIS, 31 de jan. 1897. in: \_\_\_\_\_, 1962, p. 401).*

Neste capítulo e no seguinte, analisaremos uma amostra de textos, que tratam de Antonio Conselheiro e da “Guerra” de Canudos, registrados em editoriais, telegramas, artigos assinados ou anônimos, notícias e cartas, todos publicados na imprensa baiana entre a deflagração do conflito armado – em novembro de 1896 – e o momento de retorno da expedição vitoriosa em outubro de 1897. Os textos, publicados nas páginas dos jornais analisados, fazem circular uma série de adjetivos atribuídos a Antonio Conselheiro e seus seguidores. “Perverso”, “fanático”, “celerado”, “bandido”, “sicário”, “assassino”, “monarquista”, “guerrilheiro” são alguns desses termos usados para designar o líder religioso. Durante a escalada de violência no sertão de Canudos, com o envio de tropas cada vez mais numerosas e bem armadas, as expressões usadas para definir Antonio Conselheiro surgem como indícios da construção de um consenso em torno da destruição do Arraial de Canudos. Entre essas expressões, isolaremos três termos que predominam em determinados momentos nas manifestações da imprensa, a qual, no intuito de definir Antonio Conselheiro, o acusa de monarquista, fanático e/ou bandido. Apesar do predomínio de uma das designações, em algumas formulações elas se combinam e são acrescidas de outras em algumas manifestações registradas na imprensa baiana. Tais designações reforçam uma imagem que já circulava na sociedade acerca do Conselheiro, funcionando, portanto, como uma espécie de rótulo por meio do qual Antonio Conselheiro passou a ser identificado.

Desde o período que antecedeu à “guerra” de Canudos, circulavam, em torno do nome de Antonio Conselheiro, boatos, lendas, histórias arrepiadoras que contribuíram para a montagem do personagem que apareceu rotulado como inimigo da República. Há também uma trajetória cíclica dos termos que apresentam e denominam Antonio Conselheiro e seus seguidores. Assim, antes da campanha militar “os canudenses eram um bando de incultos fanáticos” (OTTEN, 1990, p.17). Com a derrota da terceira expedição, em março de 1897, passaram a ser considerados agentes da restauração monarquista e deveriam ser aniquilados. Depois de massacrados, sem nenhuma

comprovação de que se tratava de uma restauração monárquica, “a nação se decepciona; e fazem-se necessárias outras explicações que voltam com força desdobrada à primeira designação: os sertanejos são uma horda de bandidos e fanáticos liderados por um místico e louco” (OTTEN, 1990, p.32).

Alexandre Otten, em estudo sobre a mensagem religiosa de Antonio Conselheiro, observa que o qualificativo “fanático”, atribuído ao líder religioso e seus seguidores, é “usado como termo genérico para um homem que se comporta de uma maneira incomum, que leva uma vida que não se enquadra nos moldes gerais” (OTTEN, 1990, p.33). Entretanto, o termo fanático impregnou de maneira tal a figura de Antonio Conselheiro que, durante muitos anos, esse adjetivo serviu como base para os estudos acerca do movimento sócio-religioso por ele liderado.

Antes de se fazer presente nos textos posteriores à campanha militar, a atribuição de fanático ao peregrino e a seus seguidores foi amplamente registrada nos jornais contemporâneos ao conflito. Nesse sentido, a imprensa baiana foi por excelência o lugar privilegiado no qual se urdiu a trama que possibilitou a projeção alcançada por Antonio Conselheiro e Canudos.

### **3.1 O Combate de Uauá**

Como vimos no capítulo anterior, o nome do líder sertanejo circulava pelos jornais baianos desde os tempos de peregrinação nas décadas de 1870 e 1880, até a fundação do arraial, em 1893. A peregrinação de Antonio Conselheiro pelos sertões e seu crescente prestígio entre os “mal aventurados” causou incômodo entre fazendeiros e autoridades civis e eclesiásticas. Desde pelo menos 1876, por ocasião da prisão do peregrino em Itapicuru, na Bahia, os jornais de Salvador registraram ocasionalmente em suas páginas o nome de Antonio Conselheiro. Apesar da dificuldade em definir o peregrino, as formulações discursivas presentes nesses jornais oscilavam, até a véspera do conflito, entre considerá-lo louco ou criminoso. Entretanto, esses registros são unânimes na atribuição de fanatismo ao Conselheiro e a seus seguidores. Repetida nas diversas ocasiões em que se registrava o nome do peregrino nos jornais, o termo fanático terminou por cristalizar-se como paradigma de (in) compreensão do movimento liderado pelo Conselheiro. Pois, com esse argumento, manifestações registradas na imprensa exigiam a completa aniquilação do arraial sertanejo. Exemplo disso é a coluna

assinada Gil e publicada no *Jornal de Noticias*, em 02 de dezembro de 1896. Nela, somos informados do combate entre as forças comandadas pelo tenente Pires Ferreira e os conselheiristas, ocorrido no final do mês anterior na localidade de Uauá.

(Ex. 18)

Notas – XVIII

O caso de Uauá

A piedade hypocrita dos sentimentalismos banaes está offendida, segundo ouço, com a carnificina de Uauá, por elles declarada uma desgraça inconciliavel com a bondade christã de almas bem formadas.

Ao juízo desses *bons-moços* [...] mais acertado fora deixar ao fanatismo o caminho de suas dissoluções perniciosas, do que combatel-o e destruil-o, arriscando na luta, que as audacias de seus servidores demudaram em guerra de ódios sanguinários, algumas existências preciosas, e outras que, volvidas á actividade do trabalho, poderiam prestar á industria dos campos, necessitada de braços, valiosos e importantíssimos serviços.

Não tenho empedernido o coração para receber com desdenhosa indiferença a nova triste de uma cruel e horrída hecatombe, qual o foi a refrega de Uauá, assignalada nos seus destroços pela morte lamentavel de um punhado de heróicos e bravos soldados da nação pelo sacrificio inevitável de um bando de almas brutalizadas na credence de um embusteiro perverso, que as havia aparelhado para a ociosidade e para o crime. (Jornal de Noticias, 02 de dezembro de 1896. Grifos nossos).

Curioso observar a espécie de cisão que o articulista estabelece entre os “soldados da nação” e as “almas brutalizadas na credence de um embusteiro perverso”. Dos primeiros, lamenta a morte de “um punhado de heróicos e bravos soldados”. Dos segundos, os sertanejos, registra o “sacrifício inevitável” em nome do fanatismo. Também é possível verificar no exemplo acima um argumento central que louva a atitude do governo em enviar uma força para “promover a extinção do reducto de Canudos”. Logo de início, são afrontados aqueles que com “piedade hypocrita” teriam se ofendido com a “carnificina” que foi o embate de Uauá. O colunista insinua que esses teriam preferido deixar o fanatismo prosperar ao invés de combatê-lo. Indica também uma preocupação com a carência de “braços” para o trabalho no campo. Carência agravada pelo afluxo de gente em direção ao arraial fundado pelo Conselheiro<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Em uma longa carta publicada nas edições de 04 e 05 de março de 1897, do *Jornal de Noticias* Cícero Dantas Martins, o Barão de Geremoabo, historia os episódios da trajetória de Antonio Conselheiro. Na ocasião, o missivista tece algumas considerações em torno da ação do líder sertanejo no decorrer das décadas de 1870 e 1880 e observa que nessa época: “O povo em massa abandonava suas casas e affazeres para acompanhá-lo [Antonio Conselheiro]. Com a abolição do elemento servil mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delirio

Ao alegar preocupação com a sociedade, que deveria ser priorizada em relação aos “direitos naturais do indivíduo”, o colunista justifica que é necessário defendê-la:

(Ex. 19)

[...] contra os que a degredam e a infamam, perturbando o seu equilíbrio, afrontando as suas leis e fazendo-a retroceder ao barbarismo inoportavel de épocas que a civilização não pode admitir ressuscitadas, quando uma necessidade impreterível o desperta das hordas fanatisadas nos ritos de um fetichismo perigoso, sempre que ultrapassando os limites da possível tolerância, se constituem em terrível ameaça á ordem social.

[...]

Preferível fora, bem o sei, e o sabem todos, vencer o fetichismo dos fanaticos de Canudos, onde impera a insânia incurável de um leproso d'alma e do corpo, aventureiro histrião e bandido impenitente, sem o sacrificio deplorável de vidas tantas; mas, insubmissa a legião dos adoradores de Antonio Conselheiro ao domínio da razão, revoltada contra a verdade, desobediente ás imposições da lei, triste seria, que, por temor do sangue a derramar, se accorrentasse á inacção o poder publico, deixando que as hastes do mal prosseguissem no empenho selvagem das depredações, dos incendios, dos saques, dos roubos, perturbando o trabalho na sua actividade, a industria no seu labor, a agricultura na sua faina, a propriedade dos seus direitos, e, por peor, ferindo o povo em sua paz e nas garantias do seu viver. (Jornal de Noticias, 02 de dezembro de 1896. Grifos nossos).

Em seguida, em relação à tese segundo a qual seria preferível “vencer o fanatismo” sem o sacrificio de muitas vidas, o texto contra-argumenta, mostrando que “a legião dos adoradores de Antonio Conselheiro” é “insubmissa [...] ao domínio da razão”, o que obrigaria o poder público a atitudes mais severas. Aqui, mais uma vez, há uma caracterização, por meio de termos como “legião de adoradores”, que se refere aos seguidores do Conselheiro; e “leproso d'alma e do corpo”; “aventureiro histrião” e “bandido impenitente”, que se referem ao próprio Antonio Conselheiro. Há também uma tentativa de enquadrar o líder religioso num quadro patológico, acusando-o de “insano” e “leproso”. Entretanto, o que predomina é a atribuição de fanatismo ao Conselheiro e a seus seguidores. Fanatismo que explicaria a insubmissão dos “adoradores de Antonio Conselheiro” e que o teria levado a cometer uma série de crimes além de ferir “o povo em sua paz e nas garantias do seu viver”. O artigo transfere, dessa maneira, toda a responsabilidade para o lado dos conselheiristas. Justifica dessa forma a ação violenta do Estado, pois esse estaria em defesa da sociedade e da paz do povo.

---

ou extase e a tudo quanto não fosse util e agradável ao inculcado enviado de Deus, facilmente não prestava.” (Jornal de Noticias 04 de março de 1897).

O artigo encerra retomando o ataque aos “hypocritas” que teriam lamentado os “sucessos de Uauá”.

(Ex. 20)

Tendo nítida a compreensão de seus deveres, ouvindo, zelosamente, os clamores da sociedade prejudicada com esse tão insupportavel flagello, e bem avaliando os benefícios a colher do extermínio dessa monstruosa calamidade, bem andou o governo do estado em promover a extinção do reducto de Canudos, de longa data reclamada pela opinião unanime dos espíritos reflectidos e providentes como uma necessidade social do mais inestimável preço.

[...]

A piiedade pharisaica dos choramingas hypocritas, revoltados contra os sucessos de Uauá, terá, então, para compensal-a os applausos da sinceridade patriótica da opinião sensata que deseja e quer a paz e o trabalho onde o fanatismo fez fructificar, como perigosos males funestissimos, a ociosidade, a desordem, o embuste e o crime. Gil (Jornal de Noticias, 02 de dezembro de 1896).

O tom do artigo publicado em 02 de dezembro é, como temos visto, de elogio à ação do governo baiano. O colunista constantemente se refere à iniciativa do governo no sentido de extinguir o arraial conselheirista. Iniciativa que seria aplaudida unanimemente pela opinião dos “espíritos reflectidos e providentes”. A esses, o articulista confronta os “choramingas hypocritas” que teriam se “revoltado contra os sucessos de Uauá”. Mas quem seriam esses “espíritos reflectidos e providentes”? A quem o articulista se referia quando falava que “choramingas hypocritas” e “bons moços” se horrorizaram com a refrega de Uauá?

Essa reação diante das notícias da “refrega de Uauá” sugere que nessa ocasião ainda havia espaço para o dissenso em relação ao que fazer para dispersar o arraial conselheirista. No capítulo anterior, analisamos algumas manifestações desse dissenso. Alguns argumentavam que Antonio Conselheiro era um homem honrado, pacífico e inofensivo. Defendiam então a iniciativa de dispersar a comunidade de Canudos por meios pacíficos. Por outro lado, os que argumentavam que Antonio Conselheiro era um “individuo perigoso” e liderava um exército de “malandros, vagabundos e até criminosos”, defendiam a ação policial<sup>16</sup>.

Ainda em relação ao artigo de 02 de dezembro, a referência à “extinção do reducto de Canudos” pode ser encarada como uma estratégia para causar entre os leitores a sensação de superioridade das forças oficiais. Pois o combate de Uauá,

---

<sup>16</sup> Cf. capítulo 2, seção 2.

ocorrido em 21 de novembro de 1896, foi oficialmente considerado desastroso para as forças oficiais, que sequer avistaram o arraial conselheirista. Nas palavras do próprio Ministro da Guerra, na ocasião General Argolo, o combate de Uauá teria significado para as forças oficiais uma “improdutiva vitória” (VILLA, 1997, p.145). O governador da Bahia, em carta ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra, mostrou descontentamento em relação à atitude de marchar contra Canudos. Teria sido Arlindo Leoni, juiz de direito da comarca de Juazeiro, o responsável pela precipitada ação das forças oficiais. Nas palavras de um historiador contemporâneo ao episódio:

Fosse por que Canudos não tinha sido atacado, fosse por que a retirada da força impressionara mal os espíritos, fosse enfim por que os soldados voltaram para Juazeiro numa completa desordem; certo é ninguém acreditou que aquele triunfo pudesse servir de corretivo à gente do Conselheiro, ou produzir qualquer efeito favorável à tranqüilidade das paragens que ela estava alarmando (MILTON, 1902, p.45-6).

O tenente Pires Ferreira sustentou, entretanto, a versão de que a força sob seu comando foi vitoriosa pelo fato de terem morrido mais conselheiristas do que seus soldados (MILTON, 1902, p. 47). No entanto, a confiança demonstrada no artigo é justificada em parte pelas notícias truncadas que chegavam do combate e também pelas informações oficiais. A distância entre Salvador e o lugar onde ocorreu o confronto, somada à confiança na ação da força estadual teriam feito que o articulista acreditasse que os conselheiristas, de fato, teriam sido aniquilados? No dia 24 de novembro, o *Jornal de Notícias* havia publicado o seguinte telegrama que justificaria essa sensação de vitória expressa no exemplo anterior.

(Ex. 21)

Acaba de chegar soldado expresso communicando victoria da força e derrota completa dos atacantes. O tenente Pires Ferreira deve chegar hoje. (*Jornal de Notícias*, 24 de novembro de 1896. Grifos nossos).

Diante dessas notícias, é justificável a crença de que a expedição teria saído vitoriosa do embate. O telegrama, enviado pelo comissário de polícia do Joazeiro ao comandante do distrito militar na Bahia, tinha a chancela de documento oficial, trocado entre autoridades. Entretanto, uma ambiguidade atravessa essa curta mensagem publicada no jornal da capital baiana. A indeterminação contida no trecho destacado deixa dúvidas em relação a quem de fato havia sido derrotado. A “victoria da força e derrota completa dos atacantes”. Ambiguidade que constitui também um sentido na circulação dessas notícias. É tanto que o reconhecimento oficial de que o episódio foi

uma “improdutiva vitória” fez com que o governo estadual organizasse nova força para combater os conselheiristas.

O *Jornal de Noticias* publica, no dia 05 de dezembro, um curto editorial seguido de uma carta escrita de Monte Santo endereçada “a um pobre filho, que a esta hora deve ter ainda o coração amarguradissimo”. Não discutiremos aqui a autenticidade da carta, mas é curioso verificar a proliferação delas nessa e em outras ocasiões, quando é notória a carência de informações sobre os acontecimentos relacionados a Canudos. Supostamente enviadas às redações dos jornais, essas cartas repetem em seu teor as formulações acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Vejamos, primeiramente, o editorial, que faz referência à celebridade de Antonio Conselheiro.

(Ex. 22)

Antonio Conselheiro

Temos sobre a mesa diversas informações sobre providencias contra o celebre fanatico e assassino Antonio Conselheiro. Não damos publicidade a essas informações afim de não perturbarmos a acção da lei. É sabido que o Conselheiro tem *amigos* por toda a parte, e aqui mesmo, quem sabe? de sorte que é facilmente avisado do que porventura a imprensa anunciar sobre as referidas providencias, como já succedeu na primeira remessa da força. (Jornal de Noticias, 05 de dezembro de 1896).

Além de empregar o termo “fanático” e acusar Antonio Conselheiro de assassino, o editorial indica que possui informações sobre providências contra o beato. Mas, com a justificativa de não comprometer a ação da lei, se recusa a publicar essas informações. Levanta a suspeita conspiracionista de que “amigos” de Conselheiro estariam por toda parte e que poderiam informar sobre o que foi anunciado na imprensa.

Em relação à carta, esta, com a justificativa de preservar o nome do missivista, não traz assinatura. Vejamos, então, seu conteúdo:

(Ex. 23)

Monte Santo, 29 de novembro de 1896.

“Lhe communico que o Antonio Conselheiro matou seu pae e todos de sua família, inclusive os filhos de Volvindo e algumas mulheres, e dizem até que dois foram queimados vivos (isto não parece possivel).” Matou também o Pedro, seu cunhado. Parece que tudo foi no domingo 22 á noite, depois que soube da derrota do Uauá, isto é, no sabbado, 21 andante. Dizem que deu logar a isto a carta que v. escreveu, pedindo para elle ir á Bahia, e elle para poder sahir foi pedir licença ao tal *Conselheiro*, que exigiu a carta e vendo o conselho que você dava para elle retirar-se, porque ia força, elle *Conselheiro* ficou muito indignado, não consentiu que elle sahisse, e mandou intimal-o e os

outros para irem ao Uauá, aos que elles negaram-se; o velho por doente e os rapazes por outros motivos. Depois de atirar muito sobre elles, que não morreram logo, mas foram agarrados e sangrados. Um até no tal santuario agarrado com a imagem de Santo Antonio; dizem que foi sangrado um menino de 2 a 3 annos de idade e seu pae foi traspasado por facão pelos rins e ainda viveu mais de 21 horas. O Pedro Barra escapou correndo e embora perseguido não foi achado por elles, e está hoje aqui. Dizem que o tal *Conselheiro* mandou arrasar todas as casas de todas as fazendas em roda até a distancia de 2 leguas para a força que for não achar recurso n'ellas nem acampar. Segundo uns, a força que foi ao Uauá era de 300 homens, e segundo outros de 500, tendo morrido 150 e sahido mais ou menos feridos todos os que não morreram e tinham entrado no fogo.

Entraram no Uauá á traição e o Quinquim Horacio foi o traidor principal, que indo a noite á casa do B. garantiu que não iria alli gente dos Canudos, já tendo passado por elles na Maria Preta, e interrogado pelo tenente comandante da força declarou e garantiu que nada havia por parte do *Conselheiro*. De modo que os perversos pela manhã de sabbado 21, entraram encontrando a força acampada nas casas, ainda dormindo pela maior parte, invadiram as casas, arrombando e, se entricheirando n'ellas, de onde faziam fogo na força, que embora pouca os destroçou e repelliu até o São Bento, (meia légua distante).” (Jornal de Noticias, 05 de dezembro de 1896).

Com o pretexto de informar sobre a morte de pais e familiares do destinatário, a carta acaba por descrever um episódio que teria ocorrido na véspera do encontro dos conselheiristas com a tropa acampada em Uauá. Dispara uma série de acusações sobre Antonio Conselheiro, inclusive a de que ele próprio teria matado o pai e toda a família do destinatário pelo fato de eles terem se recusado a seguir para Uauá. A carta traz também, com alguns duvidosos detalhes, a descrição do sangramento de uma criança de 2 a 3 anos e da perfuração de seu pai “por facão pelos rins” que “ainda viveu mais de 21 horas”.

O missivista não deixa claro, mas não teria sido ele próprio a testemunhar esses fatídicos acontecimentos. Faz referência a um indivíduo por nome Pedro Barra que escapou e se encontrava em Monte Santo. Entretanto, o efeito de sentido que podemos observar em manifestações deste tipo está relacionado a uma tentativa de suprir carências de noticias. Alimentam a dimensão misteriosa das ações que se desenrolam no sertão de Canudos. A repetição cotidiana de relatos terríveis sobre a personalidade do Conselheiro contribuiu para consolidar uma memória na qual Antonio Conselheiro é apresentado como um sujeito perverso.

Outro elemento que chama a atenção nesse registro é a descrição de detalhes acerca do combate de Uauá. Número de mortos, sobreviventes, feridos são registrados. Há também a revelação de que os conselheiristas contaram com a colaboração de um



morador de Uauá para tomarem o povoado de surpresa. E que esse morador, chamado Quinquim Horacio, teria garantido ao tenente Pires Ferreira “que não iria alli gente dos Canudos”. Outro detalhe indica que os conselheiristas teriam agido quando os militares ainda estavam dormindo, o que reforça a imagem de ação traiçoeira. Percebe-se, então, o esforço na constituição de uma imagem negativa de Antonio Conselheiro e de seus seguidores.

Os dados analisados mostram que houve, na imprensa baiana, a divulgação de apelos por uma atitude mais incisiva por parte do governo. É dessa maneira que, em 03 de novembro de 1896, três dias antes da saída da tropa de Salvador, o *Jornal de Noticias* publica o seguinte editorial, registrando o antigo clamor da imprensa contra os “bandos de fanatisados” do “celebre Antonio Conselheiro”.

(Ex. 24)

Grave

O celebre Antonio Conselheiro, contra cujos bandos de fanatisados e pernicioso influencia na zona sertaneja clama toda a imprensa há longos annos, entrevedo dias de graves conseqüências e difficuldades, ameaça Joazeiro e Petrolina, á frente de numeross ociosos e bandidos segundo nos telegrapha o nosso correspondente do Recife e segundo o telegramma seguinte, enviado com data de hontem ao negociante Sr. Hirsch pelo seu sócio, actualmente em Joazeiro:

“Communique cõsul receios iminentes saque provável invasão cidade, numerozo sequito bandidos chefiados fanaticos Antonio Conselheiro. Peço governo garantir commercio mandando já força às auctoridades. Demorando providencia impossível será governo agir, porque assaltantes cortarão fios telegraphos, levantando trilhos estrada. Publique Jornal de Noticias, – Hess.”

---

O governo esperamos que dará as promptas e enérgicas providencias que o caso requer. E porque não se trata de enfrentar resolutamente a captura d’aquelle desordeiro e a dissolução do seu nocivo cortejo, que tantos males um e outro causam ao trabalho agrícola e aos créditos de civilização de nosso estado? (Jornal de Noticias, 03 de novembro de 1896. Grifos nossos).

A representação de Canudos enquanto abrigo de “bandos de fanatisados” mostra o posicionamento da imprensa que “clama há longos annos” por uma providência. Trata-se, portanto, de uma representação da imprensa como órgão de denúncia, como a responsável por mostrar certa verdade. Há ainda, no trecho em análise, a expressão referencial “toda a imprensa” que cria uma ideia de unidade, como se a expressão fizesse referência a um objeto homogêneo, que não apresenta nenhuma diversidade em

sua constituição. O registro que temos analisado reforça também o enorme incômodo causado pelo Conselheiro entre os defensores da ordem.

O editorial transcreve ainda telegrama de um comerciante estrangeiro instalado em Juazeiro que pede que seja comunicado ao cônsul – não menciona de qual nacionalidade – o receio de “invasão” da cidade pelos conselheiristas. O pretexto para a propagação de rumores da “invasão” de conselheiristas à cidade de Juazeiro está relacionado à encomenda de madeiras para a conclusão da Igreja Nova em Canudos. Arlindo Leone, juiz de direito da comarca de Juazeiro e antigo desafeto de Antonio Conselheiro, impediu a entrega da encomenda e espalhou pela cidade que os conselheiristas iriam resgatar à força o carregamento de madeira comprado. Criou-se, assim, um clima de medo entre setores da população de Juazeiro (VILLA, 1997, p. 141).

Ao se referir aos conselheiristas como “bando de fanatisados” e “nocivos bandidos”, o editorial do *Jornal de Noticias* reforça a circulação de textos difamatórios que vêm sendo publicados nos jornais desde a década de 1870. É nesse sentido que verificamos o apelo do *Jornal de Noticias* por uma pronta e enérgica providência por parte das autoridades estaduais. O editorial conclui então com a sugestão da captura de Antonio Conselheiro e a dissolução do seu “nocivo cortejo”. Mas, a quem prejudicavam os conselheiristas? Qual o motivo de tanto ódio contra esses indivíduos? Evidente nas expressões que temos visto até aqui é a incompreensão, por parte dos enunciadores, da ação do Conselheiro. Junte-se a isso a perseguição das autoridades religiosas, que desautorizavam a ação do peregrino, e as autoridades civis que, principalmente após a proclamação da República, encaravam Canudos como perigo para a manutenção da ordem. O grande número de adeptos do Conselheiro incomodava, sobretudo, aos grandes proprietários de terra, que tinham seu domínio, sobre a população sertaneja, comprometido pelo prestígio da comunidade fundada pelo peregrino e seus seguidores.

Podemos entrever de alguma maneira a preocupação causada pela “celebridade” de Antonio Conselheiro entre as classes proprietárias nas palavras finais do editorial que examinamos acima. Conforme o referido editorial, a simples existência de Antonio Conselheiro causava desordem, comprometia e prejudicava o “trabalho agrícola” e os “créditos de civilização de nosso estado”. Sendo assim, em nome dessa ordem, exigia-se a dissolução do Arraial de Canudos.

É assim que, atendendo a esses apelos, o governo envia para a cidade de Juazeiro uma tropa para manter a ordem e impedir a possível ação dos conselheiristas. É o que nos informa a seguinte nota publicada em 13 de novembro de 1896, em Salvador.

(Ex. 25)

Notas do centro

Santa Luzia, 10 de novembro de 1896.

No dia 7 passou por esta localidade o trem especial conduzindo um forte destacamento federal, com destino á cidade do Joazeiro, ameaçada de ser invadida pelo fanatico “Antonio Conselheiro” e seus não menos fanaticos companheiros.

Uma das manias actuaes do “Conselheiro” é impedir o domínio republicano “na beira do rio” segundo diz elle, só reconhecendo como governo legitimo a monarchia.

Todos confiam na acção do governo actual, para a pacificação deste vasto e futuroso estado. (Jornal de Noticias, 13 de novembro de 1896. Grifos nossos).

Nos trechos destacados, verificamos que há uma oposição de sentido entre as designações utilizadas para se referir às tropas do exército e àquelas usadas para designar os seguidores do Conselheiro. O “destacamento federal” é adjetivado como “forte”, na nota enviada de Santa Luzia. Apesar de o “triste sucesso” de Uauá, ter demonstrado que esse número era insuficiente para dar combate a Canudos. Por outro lado, a repetição da expressão “fanatico” e suas variantes, como em: “pelo fanatico ‘Antonio Conselheiro’ e seus não menos fanaticos companheiros”, mostra que tal termo já se tornara um *clichê* no que se refere ao tratamento conferido a Antonio Conselheiro. Utilizamos aqui o termo *clichê* para explicar o tratamento conferido ao Conselheiro, pois, segundo Ruth Amossy e Anne Pierrot (2001), além de revelar um procedimento tipográfico, o *clichê* remete também à repetição. E nessa direção, é notável a repetição de termos como “fanático” e “fanatismo” quando os jornais analisados fazem referência a Antonio Conselheiro. Essa operação de repetição contribuiu sobremaneira para cristalização de discursos acerca de Antonio Conselheiro, de seus seguidores e do Arraial de Canudos. Ainda de acordo com Amossy e Pierrot, o *clichê* “está relacionado com a produção massiva (a literatura folhetinesca) e a questão da quantidade: quantidade de leitores, quantidade de eleitores” (AMOSSY y PIERROT 2001, p.15-7. Tradução nossa). Isso mostra que, quanto mais circula, mais um *clichê* se cristaliza. E, por essa razão, é a imprensa um lugar privilegiado para se notar a constituição desses *clichês*.

Outros dois elementos que compõem a descrição de Antonio Conselheiro é a atribuição de “manias” ao Conselheiro e a disseminação da ideia de que ele iria invadir a cidade de Juazeiro para impedir o “domínio republicano”. Aí também, temos registrado o apelo pela pacificação comandada pelo governo.

Outra noção definida por Pierrot e Amossy, também relacionada ao universo tipográfico, contribui para entendermos essa estratégia discursiva. É a noção de estereótipo. Como procedimento mental, os estereótipos esquematizam e categorizam, entretanto “são indispensáveis para a cognição, ainda quando conduzem a uma simplificação e generalização às vezes excessivas” (AMOSSY y PIERROT, 2001, p. 33. Tradução nossa). O conceito de estereótipo permite analisar as relações do sujeito com o outro e consigo mesmo, ou relações entre grupos e seus diferentes sujeitos. Frequentemente se assemelha ao clichê, quando se insiste em seu caráter trivial, automático, redutor (AMOSSY y PIERROT, 2001, p. 30-34). Entretanto, o estereótipo também é apresentado como uma representação simplificada, associada a uma palavra. Dessa forma, poderíamos entender o termo fanatismo como resultado de uma estereotipização de Conselheiro e de seus seguidores. Processo tão forte que perdurou durante anos nas interpretações sobre o acontecimento Canudos. Tal processo indicava também uma zona de incompreensão em relação aos sertanejos. Em 28 de setembro de 1897, poucos dias antes do assalto final ao arraial sertanejo, Euclides da Cunha sintetizou essa relação com a seguinte expressão, registrada em uma de suas reportagens enviadas ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Incompreensível e bárbaro inimigo” (CUNHA, 2003, p. 104). Na falta de uma explicação razoável para a perseguição feita a Conselheiro e a seus seguidores, o discurso que justificava a ação armada se valia da acusação vaga de fanatismo.

### **3.2 A segunda expedição militar**

O ataque a Juazeiro pelos conselheiristas não foi consumado e a tropa comandada pelo tenente Pires Ferreira havia decidido marchar para Bello Monte após cinco dias de espera. No dia 21 de novembro de 1896, a tropa é surpreendida pelos conselheiristas em Uauá, distante de Canudos cerca de 110 quilômetros. Depois de sofrer ataque surpresa, o comandante recua a tropa, alegando que os conselheiristas haviam se apoderado de “algumas casas abandonadas, que se achavam desguarnecidas

por insuficiência da força e de onde [...] fizeram algum mal [às tropas]” (*apud*. MILTON, 1902, p.41). Ao saber da “improdutiva vitória”, o governador decide enviar nova tropa, desta vez comandada por um major.

Notícias enviadas da cidade de Juazeiro informavam já no final de 1896, sobre a volta da normalidade após os rumores de invasão da cidade pelos conselheiristas. Na edição de 15 de janeiro de 1897, do *Jornal de Noticias*, é publicada a seguinte nota do correspondente do interior:

(Ex. 26)

Joazeiro, 30 de dezembro de 1896.

Após os alvoroços de que tem sido protagonista o scelerado de *Bello-Monte*, vae a população d’esta cidade perdendo a agitação dos sobresaltos, e entrando n’uma calma seraphica, apenas perturbada por um ou outro acontecimento de maior vulto, que entretem por algum tempo o espírito pacifico da burguezia sertaneja. [...] (*Jornal de Noticias* 15 de janeiro de 1897).

Podemos notar nesse registro da imprensa o reforço do discurso que tem como estratégia a criminalização do movimento liderado pelo Conselheiro. O jornal o apresenta como celerado. Sinônimo de criminoso e facínora, o termo é empregado como variação de *bandido*, termo usado em outras ocasiões no mesmo jornal. No polo oposto, destaca-se a “calma seraphica” da cidade e o “espírito pacifico da burguezia sertaneja” que haviam sido perturbados com a agitação causada pelo líder do Arraial de Bello Monte.

Nomeado para comandar essa nova expedição, o major Febrônio de Brito, do 9º Batalhão de Infantaria do Exército, foi autorizado pelo governador a despender, por conta do Estado baiano, o que julgasse necessário para bom êxito da incumbência que lhe estava cometida. Formada por 609 praças, 10 oficiais, um médico, um farmacêutico e um enfermeiro, armada com dois canhões Krupp 7,5, três metralhadoras Nordenfelt e centenas de fuzis Mannlicher, além de milhares de cartuchos e munição para os canhões, a expedição partiu de Salvador em 25 de novembro de 1896 (MILTON, 1902, p. 54-64. VILLA, 1997, p.147-156).

Entretanto, divergências políticas entre o governador Luis Viana e o general Sólón, comandante do distrito militar, atrasariam a ação da tropa comandada por Febrônio de Brito, que já se encontrava em Queimadas desde o dia 26 de novembro de 1896. A crise findou com a exoneração do general Sólón e somente em 18 de janeiro de 1897, mais de um mês após a organização das tropas, ocorre o primeiro encontro entre

os soldados e os conselheiristas na Serra do Cambaio. No dia seguinte, após combate, inúmeros corpos restavam estendidos no chão. A maioria, de conselheiristas. Entretanto, mesmo com um maior número de conselheiristas mortos ou feridos, a fuga dos tropeiros, o esgotamento da munição e a falta de animais, obrigaram o comandante a iniciar a retirada. No percurso de volta, os soldados, maltrapilhos, com fome e arrastando consigo os feridos e os canhões, foram fustigados pelas emboscadas organizadas por Pajeú<sup>17</sup> (MILTON, 1902, p. 54-64. VILLA, 1997, p.147-156).

Menos de uma semana depois da chegada das tropas na cidade de Queimadas, já havia reclamações quanto à demora da ação. Na coluna “Notas do centro”, na qual o *Jornal de Noticias* publicava informações enviadas por correspondentes interioranos, lê-se, no dia 03 de dezembro de 1896, a seguinte nota enviada de Juazeiro:

(Ex. 27)

Notas do centro – Joazeiro, 30 de novembro de 96.

Continua a preocupar o espirito publico a audacia do Fanatico Conselheiro e seus scelerados agentes. Hontem (domingo) foi alarmada toda a população da cidade com a noticia que geralmente espalhou-se de ter um individuo communicado ao sr. tenente Pires Ferreira a aproximação do celebre bandido, disposto á desforra contra a força, auctoridades, imprensa e população, pelos tristes successos de que foi theatro o infeliz povoado do Uauá.

[...]

A *Cidade do Joazeiro*, em editorial de hontem, declara ter suspenso por algum tempo a sua publicação pelas serias ameaças de que são alvo suas officinas, e particularmente os seus illustres redactores.

O malvado Santo, causa mais este mal privando o publico da boa orientação da gazeta [que] tem prestado enorme serviço à causa publica e particularmente á sociedade joaseirense.

[...]

Notamos não haver certa orientação e a firmeza de um plano para o movimento das forças expedicionárias. Longas demoras, incertezas, trocas de telegrammas, pedidos de força d’aquelle para este ponto, o que impede por alguma forma o bom resultado da expedição. Até hoje conserva-se em Queimadas a força que dahi veiu em trem especial.

O Santo tem tido muito tempo de pôr-se ao abrigo do fresco matto com os seus apóstolos. [...] (Jornal de Noticias, 03 de dezembro de 1896. Grifos nossos).

Das expressões usadas para se referir a Antonio Conselheiro e seus seguidores grifamos as que o associam à perversidade e ao crime. Nessa direção, as expressões

<sup>17</sup> Em seu livro “Quase biografias de Jagunços” José Calasans (2000) faz a seguinte descrição de Pajeú: “Negro, ex-soldado de linha, enxotado e perseguido pela polícia de Baixa Verde, em Pernambuco, por ocasião do motim de Antonio Diretor, onde cometera diversos crimes”. O pesquisador acrescenta ainda que Pajeú “era apontado como um dos *apóstolos* do Conselheiro. Critério de classificação da gente do litoral, certamente. Sem dúvida, porém, um eficiente chefe de guerrilhas” (CALASANS, 2000 p. 27).

“audacia do *Fanatico Conselheiro* e seus scelerados agentes”; “celebre bandido”; “malvado Santo” apontam para o prosseguimento de uma campanha difamatória, cujo alvo era os conselheiristas e, em última instância, seu líder. Essa estratégia de difamação registra também a fama alcançada pelo Conselheiro. É o que se deduz do emprego crescente, nas notícias analisadas neste trabalho, do adjetivo “celebre” atribuído a Antonio Conselheiro. O grande número de adeptos do Conselheiro, dispostos a tudo para proteger seu líder, se constitui como um dos elementos que alarmavam os responsáveis por garantir a ordem cobrando impostos ou fiscalizando o monopólio do sagrado pelos sacerdotes católicos. Já os conselheiristas são invariavelmente rotulados como *bandidos*. Na notícia em apreço, são classificados como celerados, que como já vimos acima, é sinônimo de indivíduo capaz de cometer algum crime. A expressão: “malvado Santo” enfatiza a malvadeza de Antonio Conselheiro por meio do emprego de termos opostos, o que caracteriza o oximoro<sup>18</sup>.

Nessa mesma edição do *Jornal de Noticias*, aparecem algumas manifestações mais contundentes e que contribuem para descrever Antonio Conselheiro como um indivíduo perverso, perigoso. A seção “Notas”, assinada GIL, narra uma lenda que circulava sobre Antonio Conselheiro. A narrativa aborda brevemente a trajetória de Antonio Conselheiro, alternando referências ao líder religioso ora como “embusteiro louco”, ora como “peregrino audaz”. Ao comentar a “lenda do Conselheiro”, o correspondente ironiza a promessa de ressurreição dos conselheiristas mortos no combate de Uauá e contrapõe a “Bahia civilisada” à loucura de Antonio Conselheiro.

(Ex. 28)

Notas – XIX – A lenda do Conselheiro

[...]

Isso se conta, por historia certa, da vida do louco Antonio, feroz bandido que a ignaras hostes a ociosidade ensina e o crime anima, espalhando em volta dos Canudos, seu covil e seu reducto, o pânico e terror!

Os mortos de Uauá, não resuscitando em Canudos, como os bravos de Lopez não resuscitaram em Assumpção, a fé do *Conselheiro* está para cair, relegada a legenda das misérias tristes, a que o fanatismo induz. Também já era tempo de cessar esse pernicioso embuste de um doudo ou de um perverso, que na Bahia civilisada estava fazendo reviver, por vergonha nossa, as épocas sinistras da antiga barbaria.

GIL (Jornal de Noticias, 03 de dezembro de 1896).

<sup>18</sup> Figura de linguagem cujo sarcasmo se oculta a partir da combinação de palavras de sentido oposto que parecem excluir-se mutuamente, mas que, no contexto, reforçam a expressão (p.ex.: obscura claridade, música silenciosa). (HOUAISS, 2011; AULETE, 2011).

Loucura, banditismo, ignorância, fanatismo, ociosidade, perversidade, malvadeza compõem então o arsenal vituperante mobilizado pelo articulista para se referir ao Conselheiro e a seus seguidores. Confiante na ideia de que a “fé do *Conselheiro*” cairia, o articulista não contribui para esclarecer ou discutir aspectos relacionados à questão de Canudos. Essa manifestação de ódio marcará uma parte considerável da cobertura da campanha de Canudos. A imprensa diária da Bahia contribuirá assim para a constituição de um consenso em torno da necessidade de se destruir Canudos e seus defensores. Pois a partir de manifestações como a acima apresentada, vão se difundir justificativas para a perseguição da gente de Canudos.

A escrita da “lenda do Conselheiro” é obra, principalmente, desses órgãos da imprensa. Assim, enquadram as manifestações das camadas populares no âmbito da anormalidade. Registram em letras de forma o confronto desses indivíduos com o poder<sup>19</sup>.

A dimensão lendária de Antonio Conselheiro é alimentada pela sua celebridade. Dupla celebridade. Entre os seus seguidores ele é um exemplo de conduta. Tanto que deixam seus teréns para acompanhá-lo. Para a imprensa da capital, sua fama advém da infâmia. E contribui para a venda de jornais. É assim, que, de acordo com os jornais soteropolitanos, a população ansiava por notícias sobre Antonio Conselheiro. Anseio que também passa a compor a notícia.

(Ex. 29)

Antonio Conselheiro

No espírito publico cresce, cada vez mais, a anciedade por noticias sobre esse perverso fanático, que não contente de desviar do trabalho centenas de braços, tem ultimamente mandado assassinar famílias inteiras pelo facto de não quererem mais acompanhá-lo.

A não serem os planos, de nada mais se sabe sobre a acção da força, cujo commandante está procedendo com a maxima tactica, por isso que o reducto do *Conselheiro*, tão protegido, aliás, torna-se quase inacessivel.

Os morros estão guarnecidos e os *apóstolos* armados até de arcos e flechas! (Jornal de Noticias, 21 de janeiro de 1897. Grifos nossos).

---

<sup>19</sup> “O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido” (FOUCAULT, 1977, p. 207).



Além dos habituais termos empregados na descrição de Conselheiro e seus seguidores, o exemplo acima se destaca pela informação de que os morros que cercam o Arraial de Canudos estavam repletos de gente armada, inclusive com arcos e flechas. Essa informação indicia a presença, entre os defensores de Canudos, de povos indígenas da região. A esse respeito, há pesquisas que informam sobre a participação dos índios Kiriri e Kaimbé, da região de Massacará, na guerra e sua presença na comunidade conselheirista (MASCARENHAS, 1997; REESINK, 1997). Baseada em fontes orais, Maria Lúcia Mascarenhas (1997) informa que entre os Kiriri, na época do Conselheiro, corria a notícia de que em Canudos “tinha um rio de leite; os morros, os barrancos e as ribanceiras eram de cuscuz para encher a barriga” (MASCARENHAS, 1997, p.61). Mascarenhas informa ainda que muitos Kiriri morreram lutando e após a guerra “outros se espalharam, pois quando voltaram a [sua] terra estava ocupada pelos brancos” (MASCARENHAS, 1997, p.67).

A acusação de que Antonio Conselheiro, designado no exemplo pela expressão “perverso fanático”, tenha ordenado o assassinato de famílias que se negaram a acompanhá-los repete o teor incriminador da carta publicada na edição de 05 de dezembro de 1896 (Ex. 16). A indefinição do número de famílias reforça a propagação do medo entre a população e alimenta o ódio ao Conselheiro. Contradiz também as notícias que informam do fluxo de pessoas em direção ao arraial, confirmando a celebridade do Conselheiro entre parcelas da população sertaneja. É o que se pode verificar em nota publicada no dia 28 de janeiro de 1897, uma semana depois da notícia acima, no mesmo *Jornal de Noticias*.

(Ex. 30)

Notas do centro

ANTONIO CONSELHEIROS [sic] – ULTIMOS ENCONTROS

Santa Luzia, 26 de janeiro de 1897

Hontem, as 2 horas da tarde, chegou aqui um positivo do Monte Santo, trazendo noticias frescas da expedição dos Canudos e telegrammas officiaes do sr. major Febronio de Britto para a capital e para essa illustrada redacção.

[...]

Affirmam tambem que as hordas dos bandidos são enormes e a despeito da grande mortandade, era tanta a quantidade que parecia que estavam em pleno século 8º, quando Carlos Magno com 30 mil homens apresentava batalha aos reis mouros, com 800 mil.

Essa circumstancia, unida á falta d’agua e de viveres, obrigou o major Febronio a voltar para Monte Santo, onde se acha com toda a força, á espera, provavelmente, de ordens do governo.

Consta também que devido a sua retirada, grande quantidade de fanaticos tem seguido para se unir de novo ao Bom Jesus Conselheiro, como se deu, quando por circunstâncias que não se sabe a quem cabe a responsabilidade, a força voltou á primeira vez de Monte Santo.

[...]

Era tal o fanatismo da horda de sicarios, que mesmo dentro de um quadrado, onde se achava uma peça de artilheria, um d'elles, segundo narra o positivo chegado, matou a tiros de pistola um cabo do 5º batalhão de artilheria.

Os mortos conselheiristas dizem que resuscitarão, segundo afirmativa do *Conselheiro*, *que andava voando, como um beija-flor*, não se importando com o sibilo das balas, nem o ribombo da artilheria.

Muito pode o fanatismo e a ignorancia do povo!

Logo informarei o que souber, minuciosamente. Tudo quanto narro é apenas exposto pelo positivo. O essencial é que venha mais força e que se destrua os Canudos, do contrário estamos perdidos.

A volta da força será um desastre, si não tiver para isso motivos muito justificados.

Consta também que toda a munição de artilheria foi acabada (Jornal de Noticias, 28 de janeiro de 1897 - Grifos nossos).

O fluxo de pessoas em direção ao arraial é registrado na seguinte passagem: “grande quantidade de fanaticos tem seguido para se unir de novo ao Bom Jesus Conselheiro”. Não são expostos os motivos para essa afluência. Entretanto, o desastre das forças oficiais comandadas pelo tenente Pires Ferreira contribuiu para o aumento do prestígio do arraial conselheirista. Daí a atração exercida pelo arraial entre aqueles que, de alguma maneira não se enquadravam na ordem estabelecida. No registro impresso no jornal esses seguidores são referidos então pelas expressões “hordas dos bandidos”; “horda de sicários”; “o fanatismo e a ignorancia do povo”. Quanto ao uso do termo fanático/fanatismo, a nota procede de maneira semelhante às anteriores manifestações da imprensa. Proliferam pelo texto menções ao fanatismo e à ignorância dos conselheiristas.

Outro aspecto que destacamos é novamente o registro lendário de Antonio Conselheiro. Dialogando com a lenda de que os conselheiristas mortos ressuscitariam, o correspondente narra, a partir da exposição de um mensageiro, um episódio digno de uma narrativa fantástica. Afirma que o Conselheiro “andava voando, como um beija-flor” sem ligar importância às balas que cruzavam os ares. O registro também informa sobre as fontes de informações dos redatores dessas notícias. Importante notar que, nesse momento da atuação das forças oficiais, as notícias não eram redigidas diretamente pelas testemunhas dos fatos relatados. O correspondente em questão redige sua nota com base em informações de “um positivo”, uma espécie de mensageiro, incumbido de uma missão. Somente no decorrer da quarta expedição, a partir de abril, é

que os jornais iriam publicar relatos produzidos por indivíduos que estavam no campo de batalha para esse fim. Sendo assim, o que temos é uma visão passional dos acontecimentos. Aquilo que diziam os conselheiristas não foi registrado por esses jornais. Algumas décadas depois de terminada a guerra, pesquisadores e jornalistas se interessaram por ouvir alguns conselheiristas sobreviventes do conflito<sup>20</sup>.

A incompreensão em relação à prática religiosa e social de Antonio Conselheiro é aspecto relevante no desencadeamento do conflito armado. Outro aspecto que se revela na repercussão dessas notícias é a atração causada pelo peregrino sobre uma parcela da população sertaneja.

Algum tempo antes de Canudos se tornar um problema de dimensão nacional, a celebridade de Antonio Conselheiro já havia repercutido, ainda que pontualmente, em jornais europeus. Em janeiro de 1897 o nome de Antonio Conselheiro aparece impresso em jornais de Paris e Lisboa. Pelo menos é o que informa a edição de 23 de fevereiro de 1897 do *Jornal de Noticias*, que publica a seguinte nota:

(Ex.31)

A proposito do “Conselheiro”

Diz o *Jornal do Commercio*, de Lisboa, em sua edição de 29 de janeiro ultimo:

“O *Journal des Débats*, que é sem duvida um dos jornais parisienses mais escrupulosamente redigidos, querendo noticiar o aparecimento d’esse Messias brasileiro, chamado Antonio Conselheiro, nativo do Ceará, e que aparece aos habitantes da Bahia como sendo uma segunda encarnação de Jesus Christo – principia assim seu artigo:

“Une religion se fonde, em ce moment *au Mexique*, dans l’etat de Bahia.”

E dando o Messias, como nativo do Ceará, torna a chamar-lhe “*le Messie mexicain*”.

Recommendamos o disparate ao bom humor dos nossos collegas brasileiros. Não seria máo que o “Club dos Reporters” do Rio de Janeiro, enviasse de presente ao redactor do *Journal des Debats* em signal de reconhecimento e boa confraternidade jornalística – um compendio de geographia. (*Jornal de Noticias*, 23 de fevereiro de 1897).

---

<sup>20</sup> Em 1947, o jornalista Odorico Tavares visita o sertão de Canudos com o intuito de produzir uma série de reportagens, que seriam posteriormente reunidas com o título *Canudos: 50 anos depois*. O jornalista entrevista sobreviventes do conflito, os quais viviam ainda nas proximidades do arraial que havia sido destruído. Outro trabalho que se insere nessa iniciativa de registrar a fala dos sobreviventes é o longo depoimento de Honório Vilanova ao escritor Nertan Macedo. Publicado em livro com o título *Memorial Vilanova* (1964), o depoimento traz informações sobre o cotidiano do arraial conselheirista. O depoente era irmão do comerciante Antonio Vilanova, considerado importante conselheirista. Outra referência nessa iniciativa é o trabalho de José Calasans. O historiador se valeu abundantemente, a partir dos anos 1950, de depoimentos de participantes do conflito, principalmente do lado dos conselheiristas.

Além da confusão quanto a qual país pertence o Ceará e a Bahia, chamamos atenção à estratégia de reprodução e circulação das notícias. A notícia publicada no “escrupuloso” jornal francês, da qual só aparece um pequeno trecho, é transcrita no jornal português, que o corrige e por fim é republicada no jornal baiano. Outro aspecto que destacamos na notícia é a designação de Antonio Conselheiro como “Messias”, e a vaga referência de que os habitantes da Bahia o tomavam como “segunda encarnação de Jesus Christo”. Por um lado essas expressões marcam um posicionamento sutilmente diferenciado em relação ao Conselheiro, pois apresenta um teor de distanciamento, sem o uso do termo fanático. Por outro reforçam a ideia de que Antonio Conselheiro era o portador de uma mensagem divina.

Diante da celebridade alcançada pelo Conselheiro, a imprensa de outros estados brasileiros também registra o nome do fundador do Bello Monte. Mas não é só a repercussão do nome. Há também o registro de uma proliferação de líderes religiosos em outros estados. No dia 05 de março de 1897, o *Jornal de Noticias* publica a seguinte notícia acompanhada de um telegrama de Curitiba:

(Ex. 32)

Outro Conselheiro

*Os Conselheiros* estão surgindo no Brazil como cogumelos em tempo de chuva.

Pernambuco tem o seu, o nosso estado é o que se vê, o Rio Grande do Sul já possui também um para o *gasto da casa*.

Agora cabe a vez ao Paraná, conforme se depreende do seguinte telegrama publicado pelo *Republica*, da capital federal:

Curityba, 28. – Preoccupa a atenção do governador do estado e do commandante da guarnição a existência de um grupo de mais de 300 individuos em Canoinhas, dirigidos por um intitulado Monge milagroso.

Pelas noticias chegadas dessa localidade sabe-se que alli se faz propaganda monarchica, tendo ultimamente descido o rio Negro um sujeito desconhecido a annunciar próxima restauração.

Receia-se que se trate de um caso idêntico ao do famoso Antonio Conselheiro (*Jornal de Noticias*, 05 de março de 1897).

Essa nota apresenta um leve tom de galhofa que o redator se permite ao indicar a proliferação de líderes religiosos pelo país. Formulações “como cogumelos em tempo de chuva” e “já possui também um para o gasto da casa” conferem esse tom descontraído à nota. Esse tom destoa do teor do telegrama, que além de informar sobre a

preocupação das autoridades do Paraná, indica também a ocorrência de “propaganda monarchica” e o anúncio de “próxima restauração”.

### 3.3 A expedição Moreira Cezar e a emergência do discurso de conspiração monárquica

Em 05 de fevereiro de 1897, o *Correio de Noticias* anuncia a chegada da nova expedição, agora sob o comando de um coronel do exército nacional. A transcrição de telegrama, enviado ao governador da Bahia pelo Ministro da Guerra, expõe essa informação.

(Ex. 33)

Força federal

Segundo o telegramma que publicamos abaixo, o qual é de comunicação feita ao dr. governador do Estado pelo distincto sr. general Ministro da Guerra, vê-se que deve chegar aqui amanha a expedição organizada pelo mesmo exm. sr. general Ministro da Guerra para entrar em operações contra os fanaticos e bandidos de Antonio Conselheiro, expedição que foi confiada à direção inteligente e solicita do sr. coronel Antonio Moreira Cezar.

“Rio, 3 de fevereiro – Governador do Estado – Bahia – Communico-vos partida hoje as 3 horas vapor *Maranhão* conduzindo coronel Moreira Cezar e parte força que ahi se destina, e ainda uma vez espero vosso valioso auxilio em prol objectivo que temos em vista. Saudações – General Argollo” (*Correio de Noticias*, 05 de fevereiro de 1897. Grifos nossos).

Logo de início, chama atenção o título da notícia: “Força federal”, pois, como a nota deixa claro, a expedição foi organizada pelo próprio Ministro da Guerra, o general Argollo. Nesse sentido, caracterizar a expedição com a expressão “força federal” produz um efeito de sentido segundo o qual a expedição representa a força da nação. Mais uma vez, a referência a Antonio Conselheiro é precedida dos termos fanático e bandido. Par de expressões que se tornou um dos principais aspectos da produção discursiva em relação a Antonio Conselheiro e a questão de Canudos.

À medida que a questão Canudos passa a demandar mais mobilização das autoridades, com o envio de tropas mais numerosas e bem armadas, Antonio Conselheiro vai se tornando um dos principais assuntos dos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que constituíam o centro econômico e político da nação. A partir desse

momento outra expressão será empregada para enquadrar os conselheiristas e justificar sua perseguição. Nesse sentido, a associação com o monarquismo e a propagação de boatos sobre uma conspiração contra a República emergem durante a vigência da expedição comandada pelo coronel Moreira Cezar. A edição de 05 de março de 1897, do *Correio de Noticias*, nos oferece indícios desta configuração. Na seção intitulada “Confabulações”, publica-se o seguinte texto:

(Ex. 34)

Os monarchistas agitam-se

A policia da capital federal e do Estado de Minas conseguiu provas irrecusáveis da remessa de auxilios em armas e dinheiros, por parte de chefes conhecidos do partido restaurador ao fanatico dos Canudos.

Os inimigos da Republica ainda uma vez estão provando que todos os meios lhes parecem bons para chegar aos seus antipatrióticos intuitos. Aproveitando-se da cegueira de um infeliz desequilibrado, a quem certamente falta por inteiro a noção mais rudimentar das doutrinas de governo, os adeptos do regimen decahido querem fazer delle um instrumento de suas ambições, perturbando a paz publica, creando difficuldades ao governo do paiz, aggravando sua situação financeira pelo descredito que causa no estrangeiro a noticia dessas lutas armadas tão prejudiciaes ao trabalho e a fortuna publica.

Ao benefico movimento produzido na gestão dos negocios publicos nestes ultimos tempos, pela política de severas economias praticada com firmeza pelo vice-presidente da Republica, vem contrapor as sublevações dos grupos barbarisados pela ignorancia e atirados brutalmente de encontro aos mantenedores da lei e da ordem.

[...]

O caso de Sete Lagoas tem a gravidade necessaria para despertar a acção do governo na repressão energica desses manejos monarchistas. Segundo affirmam os jornaes da capital federal o governo conhece os interessados na dilação do estado anomalo em que se acha a região bahiana dominada pela superstição de Antonio Conselheiro.

Precisamos de uma vez por todas acabar com esse gérmem nocivo á normalidade da vida da família brasileira, avida de paz e de progresso. Que as penas severas da lei recaiam sobre os inimigos da Patria.

*Gambetta*. (Correio de Noticias, 05 de março de 1897. Grifos nossos).

Assinada *Gambetta*<sup>21</sup>, a coluna refere-se, logo de início, ao “caso de Sete Lagoas”. Noticiado por vários jornais do país, esse caso consistiu na interceptação, na cidade mineira de Sete Lagoas, de uma remessa de armas e munição supostamente destinada aos conselheiristas no sertão da Bahia. O articulista aproveita para insinuar uma ligação entre os “chefes do partido restaurador” e Antonio Conselheiro. O rol de expressões usadas para se referir a Canudos, a Antonio Conselheiro e aos seus

<sup>21</sup> Provavelmente um pseudônimo inspirado em Léon Gambetta, político francês que chegou a ser primeiro ministro entre 1881-1882.

seguidores inclui as seguintes expressões: “região bahiana dominada pela superstição”; “fanatico”; “infeliz desequilibrado”; “grupos barbarizados pela ignorância”. Tais expressões, em essência, não diferem de outras, presentes nos jornais e documentos aqui analisados. Expressões que configuram essa memória discursiva tecida através desses jornais e justifica a perseguição dos conselheiristas e de seu líder. Entretanto, esse registro introduz uma espécie de reconfiguração do discurso sobre Antonio Conselheiro até aqui. Esse “caso de Sete Lagoas” será explorado na capital federal pelos florianistas, que viam nesse momento uma oportunidade de desestabilizar o governo de Prudente de Moraes. Era a estratégia do “quanto pior, melhor”. No dia anterior à publicação dessa coluna, ou seja, dia 04 de março de 1897, o presidente Prudente de Moraes havia retornado, depois de quatro meses licenciado por motivos de saúde, à presidência. Nesse ínterim havia-o substituído o vice-presidente Manuel Vitorino, ligado aos florianistas. O retorno de Prudente de Moraes, amplamente divulgado pelos jornais baianos, causou reações entre seus adversários. Esses são alguns elementos que podem ser considerados como a condição de emergência dessas manifestações exaltadas que associam os monarquistas a Antonio Conselheiro, favorecendo um clima de instabilidade política. Instabilidade que não é causada pelas ocorrências do sertão baiano. Mas que são potencializadas e, ao mesmo tempo, potencializam essas ocorrências.

É assim que podemos então encarar o emprego de expressões referenciais para tratar os monarquistas. Apesar de não se constituírem como uma força organizada, os partidários da restauração constituíram-se como elementos centrais nessa trama discursiva. “Os monarchistas agitam-se”: o título já estimula a preocupação, a reação ao perigo que passaria a República com a movimentação dos monarquistas, e com o auxílio prestado pelo “partido restaurador” ao “fanatico dos Canudos”. O texto de *Gambetta* inspira então o medo em relação aos “inimigos da Republica”; “inimigos da Patria”; “os adeptos do regimen decahido”. Esse registro configura também um aspecto do discurso sobre Antonio Conselheiro, que permanece, a despeito da propagação da ideia de conspiração monárquica. Trata-se da argumentação de que falta ao Conselheiro “a noção mais rudimentar das doutrinas de governo”. Isso tornaria a figura de Antonio Conselheiro um elemento incapaz de compreender qualquer doutrina de governo.

Por fim, o artigo defende a necessidade de acabar com a causa do “estado anômalo”, que perturba a paz e a ordem da “família brasileira”. E encerra apelando para que a severidade da lei incida sobre os “inimigos da Patria”. O “caso de Sete Lagoas”, que é a base do argumento do articulista, havia repercutido nacionalmente, mas logo

caiu em descrédito por não conseguirem comprovar essa associação. Entretanto, o esquema de interpretação baseado na “conspiração monárquica” já se disseminara nos registros da imprensa e, nos meses seguintes, daria o tom da cobertura jornalística do acontecimento Canudos.

A divulgação, no dia 08 de março, da morte do coronel Moreira Cezar e o desbaratamento da expedição por ele comandada, instigaram os ânimos da imprensa. Após noticiar a derrota da expedição e publicar algumas notas de “demonstrações de pesar”, a edição desse dia do *Correio de Noticias* traz o seguinte artigo assinado *Gambetta*, na seção “Confabulações”:

(Ex. 35)

Há acontecimentos que abalam tão violentamente o espirito publico que chegam a determinar uma especie de obsessão, cuja tenacidade é impossivel dominar.

Eis que, porem, ao amanhecer de hontem, veio despertar-nos, como um lúgubre dobre, o echo de uma tremenda catastrophe, de um infortúnio tão grande que traz a consternação á Patria inteira.

[...]

Um official do exercito veio trazer a desoladora communição de que da luzida columna expedida para combater as hordas fanatisadas por Antonio Conselheiro nada mais resta do que os destroços de uma derrota completa, onde foram aniquiladas centenas de vidas preciosas, entre os quaes as dos distinctos coroneis Moreira Cezar e Tamarindo.

O pânico que apoderou-se das forças, após a morte desses dois chefes, completou o sacrifício de todas as esperanças, com a perda de todo o material bellico que ficou em poder do inimigo, impedindo assim qualquer tentativa de uma retirada em ordem.

Foi uma fatalidade!

[...]

A farda gloriosa do soldado brasileiro não pode ter sido rota pelo punhal dos assassinos dos Canudos, sem que um grito de indignação irrompa de todos os corações, exprimindo a dor e a resolução de vingar essa ousadia ainda não praticada, sem a mais vehemente repulsa.

Os bons cidadãos que não vêem os negocios de sua patria através do prisma falso das paixões partidárias devem ver neste lutuoso acontecimento um perigo imminente, a que convém oppor efficaz remedio, pela união de todos os patriotas na preocupação nobre de servir ao seu paiz, defendendo suas instituições, apoiando os depositarios da confiança popular, collocados n’uma situação melindrosa, onde lhes é indispensavel contar com a solidariedade de seus concidadãos.

Se houve erros no passado, já é tarde para recriminações inuteis.

Agora é tempo de agir com firmeza, porque tudo depende de uma identidade de vistas, da unidade de acção.

Continue o povo a confiar na correção e na bravura do exercito, que ha de em pouco tirar uma desforra cabal dos golpes que acaba de



soffrer, nas pessoas de seus dignos camaradas sacrificados á sanha das feras que indignamente trazem o nome brasileiro.

Mas os claros das fileiras precisam ser preenchidos por cidadãos que presem a honra um pouco mais que a vida e que provem, ainda uma vez, o vigor de sua lealdade ao regimen democratico, ameaçado pelo farrapo negro da revolta restauradora, que tomou por testa de ferra um hallucinado.

Só assim será honrada, como merece, a memoria dos heróes victimas do dever e do patriotismo. *Gambetta* (Correio de Noticias, 08 de março de 1897. Grifos nossos).

Nos jornais que consultamos, não encontramos nenhuma edição do dia 07, data em que provavelmente chegou a Salvador a notícia da derrota da expedição, conforme nos indica o artigo em questão. No entanto, é registrada a completa e desesperada debandada dos soldados, que haviam deixado para trás munições e armamentos. Ainda referindo-se ao “espírito publico”, abalado pelos acontecimentos noticiados, o articulista informa que da expedição “nada mais resta do que os destroços”. E lamenta o aniquilamento, entre as centenas de soldados, dos “distinctos coroneis Moreira Cezar e Tamarindo”. No artigo em questão identificamos mais uma vez a estratégia de um enquadramento psiquiátrico de Antonio Conselheiro. Nesse sentido, o líder religioso é referido como um “hallucinado”. Termo empregado pela psiquiatria do século XIX para designar o indivíduo afetado por devaneios, delírios, alucinações. Quanto aos conselheiristas, são tratados com as seguintes expressões: “hordas fanatisadas”, “bandidos”, “assassinos”, “feras que indignamente trazem o nome brasileiro”. A maioria dos termos repete as considerações materializadas anteriormente. Entretanto, é a classificação dos conselheiristas como indignos de serem considerados brasileiros, que estabelece uma clivagem entre as forças oficiais, constituída por bons cidadãos e “heróes victimas do dever e do patriotismo”, e os conselheiristas, o “farrapo negro da revolta restauradora”. Enquanto os conselheiristas são execrados por meio das expressões referenciais que os designam de forma negativa, os soldados são tratados com os seguintes termos: “vidas preciosas”, “farda gloriosa do soldado brasileiro”, “bons cidadãos”, “dignos camaradas”, “heróes victimas do dever e do patriotismo”.

O apoio da nação à iniciativa de aniquilamento do Arraial de Canudos se consolida sob o argumento de que o referido arraial estava articulado numa conspiração restauradora. Com o fracasso da terceira expedição, o presidente Prudente de Moraes buscou a todo custo encontrar um general que pudesse impedir um novo insucesso das forças oficiais em Canudos. Além da dimensão militar do combate a Canudos e a Antonio Conselheiro, nota-se também, como temos visto até aqui, a articulação de uma

campanha difamatória. Campanha baseada em palavras que reconfiguram discursos acerca de Canudos e de Antonio Conselheiro, corroborando a proposta de aniquilamento do arraial. A partir de tais discursos, podemos compreender a importância da imprensa na reprodução e na circulação de uma memória acerca de Canudos e de Antonio Conselheiro.

A despeito das intrigas políticas – entre partidários e adversários do governador Luiz Vianna, no âmbito estadual; e entre florianistas e apoiadores do presidente Prudente de Moraes, no plano federal – havia, em relação à perseguição de Antonio Conselheiro e à destruição de Canudos, uma espécie de consenso. Consenso estabelecido após a derrota da expedição Moreira Cezar e constituído discursivamente. O que não impediu – mesmo durante a quarta expedição – a continuação das acusações mútuas entre essas facções rivais. É o que podemos notar na seguinte manifestação do barão de Geremoabo, membro eminente do grupo gonçalvista e, assim sendo, adversário do governador Luiz Vianna.

(Ex. 36)

Antonio Conselheiro

Parabens ao sr. dr. Luiz Vianna!

Parabens á Associação Commercial desta importante praça, que, em 11 de fevereiro, depois de duas victorias de Antonio Conselheiro sobre o exercito brasileiro, e quando ainda em caminho da via dolorosa seguia a terceira expedição, felicitava o sr. dr. Governador em nome do Commercio que diz representar, e da lavoura, de cuja classe faço parte e que não lhe conferiu poderes, pela paz desta terra, seu progresso e bem estar.

Parabens, repito, ao sr. dr. Luiz Vianna por haver conseguido o seu objectivo com a mesma serenidade de Nero, quando, no monte Aventino, assistia satisfeito o incêndio da cidade de Roma!

[...]

S. ex. sacrificou o coronel Moreira Cezar, que confiou em suas blandícias e em seus agentes de intima confiança.

S. ex. alcançou dar mais um passo para a minha eliminação, a de minha família e a dos meus conterrâneos, cuja altivez carecia ser castigada.

Antonio Conselheiro está com a estrada franca para prosseguir na sua obra de devastação geral, e a esta hora já deve ter lido os meus últimos artigos como confirmação do que lhe mandavam dizer: “que era eu que promovia o seu extermínio”.

[...]

Acautelai-vos, srs. militares da quarta expedição!

Canudos não é uma Sebastopol, Jesus Christo não se livrou de Judas.

Pois bem; evitae os Judas, e sereis victoriosos.

Aos meus conterrâneos que poderei aconselhar sinão que fujam quanto antes para outros estados?!

Repito ainda uma vez; parabens, sr. dr. Luiz Vianna.  
 Vosso tino, vossa sagacidade são ilimitáveis; estaes, como já é  
 corrente, habilitado ao cargo de presidente da Republica, [...].  
 Continuae no vosso programma de impopularisar a Republica, cujo  
 único crime é tolerar os filhos degenerados, que vieram do Império  
 pobres e hoje estão nababos.  
*Ave, Cezar! Morituri te salutant?*  
 Bahia -9-3-97  
 Barão de Geremoabo. (*Jornal de Noticias*, 09 de março de 1897).

Da carta do barão, notamos já nas primeiras palavras os limites do efeito de consenso representado na figura do porta-voz. Nessa direção, o barão critica a atitude da Associação Comercial da Bahia, de felicitar a atitude do governador Luiz Vianna “em nome do Commercio [...] e da lavoura [...]”. Não se reconhecendo como representado pela dita associação, o barão deixa explícita sua rivalidade com o governador. Quanto a esse, o barão o compara com Nero. Da mesma forma que o imperador romano, diante de Roma em chamas, o governador Luiz Vianna mantinha-se sereno diante das ocorrências no sertão de Canudos. Isso, porque essa região era onde se concentrava as propriedades do barão, sendo a própria fazenda Canudos, onde Antonio Conselheiro fundou o arraial, uma delas. E nesse sentido, o governador Luiz Vianna pretendia fazer terra arrasada, prejudicando dessa forma seu principal adversário. Na carta, o governador é acusado de pretender a eliminação da família e dos conterrâneos do Barão de Geremoabo. O barão ousa, mesmo sustentando um título nobiliárquico, ironizar a carreira política de seu adversário, que estaria contribuindo para impopularizar o novo regime. E observa que o único crime da República “é tolerar os filhos degenerados, que vieram do Império pobres e hoje estão nababos<sup>22</sup>”. O barão atribui a Antonio Conselheiro a obra de devastação geral franqueada pela atitude do governador da Bahia. Insinua ainda que o líder religioso possuía acesso às informações publicadas na capital baiana. Chama atenção também o contraponto estabelecido entre o Arraial de Canudos e a cidade de Sebastopol<sup>23</sup>, na Rússia. O barão insinua que, diferentemente da bravura que marcou a resistência da cidade russa durante a guerra da Criméia (1854-1856), os desdobramentos do conflito no sertão da Bahia eram decorrentes do conluio entre o governador e os conselheiristas. Para o barão, o governador da Bahia se beneficiava com a desestabilização da região de Canudos. Isso se explicaria pelo fato de ser essa região

<sup>22</sup> Quanto à fortuna do Barão, teria sido acumulada em vários anos, ainda durante o império, a partir da administração de lavouras de cana-de-açúcar na região de Itapicuru, área de atuação de Antonio Conselheiro. (Cf. DANTAS, 2011).

<sup>23</sup> Situada ao sul da atual Ucrânia, a cidade de Sebastopol ficou célebre depois de sofrer um longo cerco durante a Guerra da Crimeia (1854-1856).

uma das principais áreas de influência do Barão de Geremoabo. Daí o aconselhamento de cautela aos militares da quarta expedição. Cautela contra “os Judas”.

Canudos aparecia então como pretexto que inflamava a rivalidade entre grupos políticos da Bahia. Apesar disso, havia a estratégia de costurar um consenso e registrar o apoio recebido pelo governador da Bahia. Contudo, o que causará na imprensa soteropolitana um grande impacto, contribuindo para que ela assuma uma postura unificada, vai ser a insinuação de que a Bahia era um reduto monarquista. Em reação a essa acusação, feita por jornais da capital federal, os jornais publicados em Salvador partirão em defesa “da Bahia”. Dessa mobilização da imprensa e das implicações para se pensar questões relacionadas à identidade nacional nesse momento da república brasileira, trataremos no próximo capítulo deste trabalho.

A derrota da expedição Moreira Cezar foi motivo para que o fantasma da restauração monárquica viesse à tona com toda a força. O tema da campanha de Canudos vai então preencher as páginas dos jornais de todo o Brasil. Nas manifestações impressas nos jornais aqui consultados, notamos a defesa de interesses que, apesar de supostamente se ligarem aos ideais de civilização, paz e ordem, se relacionam com as demandas das classes proprietárias. Entretanto, no decorrer da campanha militar, a ideia de destruição de Canudos se consolidará entre essa “opinião pública” registrada nos jornais. É o que se comprova na ocasião das festividades pela recepção das “forças vitoriosas” na cidade de Salvador, após o ataque final a Canudos, em 05 de outubro de 1897. Vinte dias depois, por ocasião da passagem do chefe da quarta expedição pela capital baiana, os jornais baianos voltam a se juntar para render homenagem às “forças vitoriosas”. Depois de terminada a campanha militar, é possível observar a emergência de um discurso que reconhece nos sertanejos mortos em Canudos mártires de uma campanha sanguinolenta. É nesse sentido que se encaixam um discurso não pronunciado de Rui Barbosa e o manifesto dos estudantes de direito da Faculdade da Bahia. Essas manifestações, no entanto, não repercutiram nos jornais baianos da época.

O discurso de Rui Barbosa, que marcaria uma mudança de atitude pessoal diante dos conselheiristas, afeta uma admiração acerca do heroísmo e tenacidade dos sertanejos e denuncia a crueldade da guerra. O jurista baiano, que logo após a derrota da expedição Moreira Cezar havia considerado os sertanejos “mentecaptos e galés” (OTTEN, 1990, p. 23), partia agora em defesa daqueles “[...] por quem eu não pude, vivos, requerer o *habeas-corpus* [...] obrigam-me, mortos, a impetrá-lo de Deus para a

minha consciência, do país para o seu governo, do mundo civilizado para a nossa terra [...]” (BARBOSA, s/d *apud* OTTEN, 1990, p.28-29).

Quanto ao manifesto dos estudantes de direito, ocorre um movimento semelhante. Após a derrota da terceira expedição, em março de 1897, os estudantes das escolas superiores da Bahia haviam lançado um manifesto no qual o Arraial de Canudos era considerado “uma nódoa, uma vergonha que cumpre extinguir de prompto e completo” (*apud* OTTEN, 1990, 24. Grifo nosso). Por ocasião da passagem do general Artur Oscar pela cidade de Salvador, os estudantes de Direito se negaram a participar dos festejos que tomaram conta da cidade. Lançaram então um manifesto expondo suas razões. No manifesto, os estudantes denunciavam então o “cruel massacre que [...] foi exercido sobre prisioneiros indefesos, e manietados em Canudos [...] praticado, talvez, na insciência das leis [da] culta república brasileira [...]” (*apud* MILTON, 1902, p. 143). Os acadêmicos de Direito concluem ainda que aquelas “mortes pela jugulação foram [...] uma desumanidade sobreposta a flagrante violação da justiça” e encerram posicionando-se contra a “estrondosa harmonia dos hinos triunfais e o concerto atroador das deificações miraculosas” (*apud* MILTON, 1902, p. 145).

O manifesto dos estudantes de Direito e o discurso não pronunciado de Rui Barbosa podem ser considerados como uma espécie de “tomada de consciência” do horror da “guerra” de Canudos. Entretanto, esse exame de consciência se ocupava efetivamente com o futuro do Brasil enquanto Nação. O choque entre o exército e os habitantes do Arraial de Canudos evidenciou o caráter ambíguo da civilização. Pois, em nome dos ideais da Nação, da República, da Civilização, o exército havia cometido graves violações. Mesmo assim, o que predominou nos primeiros momentos após o fim da campanha militar foram os festejos na cidade do Salvador. É o que veremos no capítulo seguinte.

#### 4 Memória, Imprensa e Republicanismo nos jornais de Salvador

*É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...* (CUNHA, 2002, p.761).

Como vimos até aqui, a campanha militar contra o Arraial de Canudos foi amplamente registrada na imprensa soteropolitana da época. Vimos também que, desde pelo menos 1876, jornais publicados em Salvador noticiavam esporadicamente as ações do líder religioso Antonio Conselheiro e seus seguidores. A partir de março de 1897, após a morte do Coronel Moreira Cezar, a campanha militar torna-se questão central no noticiário da imprensa brasileira, repercutindo em jornais da Europa e outros países das Américas. Nesse contexto, o arraial sertanejo fundado por Antonio Conselheiro é encarado como um foco monarquista e aliado de adeptos do regime decaído que pretendiam minar as bases da recém-instaurada República. Esse argumento, entretanto, seria combatido pelos jornais da Bahia, na medida em que a acusação compromete a imagem do estado baiano. E então, Antonio Conselheiro voltará a ser considerado um mero fanático religioso que teria levado ao sacrifício os seus inúmeros seguidores.

Dito isto, pretendemos discutir, neste capítulo, a relação entre memória, imprensa e República, com base em algumas manifestações registradas em jornais publicados em Salvador no decorrer da quarta expedição militar. Mais especificamente, abordaremos aqui os registros da reação da imprensa baiana contra a acusação de que a Bahia era um reduto monarquista; a organização e atuação da quarta expedição entre abril e outubro de 1897; e, por fim, a recepção das forças vitoriosas na cidade de Salvador. Nessas ocasiões, os jornais publicados na Bahia registraram e contribuíram para a circulação de um discurso que, basicamente, operava uma divisão entre os sertanejos de Canudos/Bello Monte e os cidadãos da Bahia republicana. De um lado, os membros de uma comunidade bárbara, atrasada, supersticiosa, mestiça. Do outro, os civilizados, avançados, habitantes da cidade, eleitores, leitores e redatores dos jornais.

Primeiramente, trataremos de esboçar uma compreensão da atuação dos jornais baianos na divulgação/circulação de um discurso sobre a República e suas implicações para constituição de certa imagem da nação brasileira. Daí a necessidade de proceder a uma sumária reflexão sobre a ideia de Nação. Em seguida, uma apresentação das condições de possibilidade de circulação do discurso que justifica a destruição do

Arraial de Canudos. Por fim, uma análise de exemplos tirados dos jornais baianos aqui analisados.

#### **4.1 Memória, Nação e República: aproximações...**

Quanto à definição do termo nação, podemos dizer que a palavra deriva do latim, *nascor* (nascer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nação (CHAUI, 2001, p.15). Para os romanos antigos, as nações eram predominantemente os bárbaros e os povos subjugados que se organizavam “em termos de modos de vida e antepassados comuns, e não como instituições realmente políticas” (CALHOUN, 2008, p.39). Nesse sentido, portanto, as possíveis origens do nacionalismo – pelo menos do que se desenvolveu na Europa do século XIX – remontam à dissolução do Império Romano e ao desenvolvimento de diferentes agrupamentos político-culturais na Europa medieval (CALHOUN, 2008, p.39). Entretanto, Benedict Anderson (2008, p. 84-106), ao se referir à emergência do nacionalismo, chama atenção para o “pioneirismo crioulo” e considera que o “final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa” (ANDERSON, 2008, p.107). É desse mesmo autor a definição de nação enquanto “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p.32). Mas voltemos à definição de nação.

Em 1882, o historiador francês Ernest Renan sugeriu a seguinte definição: “ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas” (RENAN, 2006, p. 6). Essa reflexão nos permite conectar a problemática da nação com a memória. No caso, veremos como, nos jornais que examinamos, circula um discurso que se propõe a forjar uma memória nacional. Isso foi feito, em um primeiro momento, pela exclusão dos seguidores de Conselheiro, encarando-os como indignos de pertencer à nação brasileira. E, num segundo momento, depois de encerrada a ação militar, reconhecendo-se a necessidade de incorporar esses mesmos indivíduos à nação.

Acerca da relação entre memória e nação, o esquecimento desempenha uma importante função. Pois, para que a nação seja possível, é preciso que os indivíduos que fazem parte dela tenham esquecido muitas coisas (RENAN, 2006, p. 6). Esse sugestivo “dever de esquecimento”, que encontramos na definição de nação apresentada por

Ernest Renan, historiador do século XIX, constitui-se num “mecanismo típico na construção posterior das genealogias nacionais”. Esse mecanismo consiste, conforme Benedict Anderson, em “dever ‘já ter esquecido’ tragédias que precisam ser incessantemente ‘lembradas’” (ANDERSON, 2008, p. 273). Anderson explica esse paradoxo observando que as expressões usadas por Renan para designar as tragédias abrangem “indistintamente quem matou e quem morreu”. Com efeito, designadas dessa maneira, as tragédias lembradas por Renan são representadas como “fratricídios tranquilizadores” (ANDERSON, 2008, p. 273).

Com base nessa reflexão sobre os “fratricídios tranquilizadores”, podemos ensaiar uma aproximação com a “guerra” de Canudos. Canudos também passaria a ser lembrada como um trágico momento da história nacional, logo depois de terminada a campanha militar, em outubro de 1897. Momento trágico em que não só os sertanejos seguidores de Antonio Conselheiro morreram, mas também um grande número de soldados do exército nacional. No entanto, no caso do Brasil, Canudos expõe um complexo arranjo do discurso sobre a nacionalidade, o qual invocava, entre os intelectuais contemporâneos ao conflito, a questão da mestiçagem e a dimensão continental do território.

Das reflexões de Anderson (2008), também nos interessa o seu conceito de nação enquanto “comunidade imaginada”. Encarada dessa maneira, a nação apresenta uma dimensão discursiva. Sobre esse caráter discursivo da nação, Calhoun (2008) faz as seguintes observações:

As nações não existem “objetivamente” antes de existirem em termos discursivos. Da mesma forma, porém, nações surgidas a partir da fala e do sentimento também são estruturas materiais “reais” de solidariedade e reconhecimento (CALHOUN, 2008, p.37-8).

Para Calhoun, a nação é produto das “circunstâncias da modernidade, incluindo-se não somente os Estados, mas também a alfabetização popular e, com ela, jornais e romances, sistemas de educação de massa, museus e histórias” (CALHOUN, p.38).

Outra consideração teórica que nos permite uma reflexão sobre memória e nação nos jornais baianos durante a campanha de Canudos é a que considera que “quase toda a retórica política depende do passado como dispositivo de legitimação” (FENTRES e WICKHAM, 1992, p.157). Nessa direção, mostraremos como o discurso materializado nesses jornais baianos faz uso do passado para justificar a perseguição contra o



Conselheiro e seus seguidores, e serve também para construir uma memória discursiva na qual a Bahia é apresentada como portadora de uma tradição republicana e civilizada.

Da instauração da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, o historiador José Murilo de Carvalho (2004), observou que muito pouco foi feito “em termos de expansão de direitos civis e políticos” em relação ao Império (CARVALHO, 2004, p.45). Em termos de direitos sociais, pode-se dizer que houve até retrocesso (CARVALHO, 2004, p.45). A introdução do federalismo e a eliminação do Poder Moderador do senado vitalício e do Conselho de Estado não foram acompanhadas por uma expansão significativa da cidadania política. O projeto republicano vencedor não foi o dos sonhos de muitos republicanos<sup>24</sup>.

Na Bahia, o republicanismo “foi uma tendência que se originou ligada a um processo de formação da classe média” (ARAÚJO, 1992, p. 169). Nesse sentido, diferenciava-se, por exemplo, do movimento republicano paulista, que era ligado às elites cafeicultoras. No entanto, poucos desses republicanos ocuparam posições políticas importantes nos primeiros instantes do regime instaurado em 1889. O Partido Republicano da Bahia, fundado em maio de 1888, não subsistiu à instalação da República. Após a proclamação, os republicanos históricos “submeteram-se aos velhos monarquistas recém-convertidos e acomodaram-se nas fileiras dos partidos políticos que foram sendo organizados por liberais ou conservadores do antigo regime” (SAMPAIO, 1975, p.18).

Após o golpe de estado de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, um episódio marca o surgimento de duas novas agremiações políticas. A partir do rompimento entre Luis Vianna e o governador José Gonçalves, são fundados o Partido Republicano Federal da Bahia (vianista) e o Partido Republicano Constitucional (gonçalvista). A acirrada disputa pelo poder entre essas duas facções políticas contribuiu para a escalada da violência nos sertões baianos. Entretanto, até o ano de 1896, Canudos

---

<sup>24</sup> José Murilo de Carvalho (1990, p.35-54) indica pelo menos três grupos que disputaram a hegemonia política nos primeiros anos da República no Brasil. Os militares, que não tinham “uma visão elaborada de República”, mas acabaram liderando o golpe que instaurou a República (CARVALHO, 1990, p. 39). Os positivistas, “inimigos abertos da democracia representativa” e defensores de uma República Sociocrática (CARVALHO, 1990, p.40-41). E os republicanos históricos, adeptos de um projeto liberal e principais propagandistas civis da República desde os anos 1870. Os integrantes desse último grupo, divididos entre os que acreditavam numa via revolucionária (Silva Jardim) e os que a desejavam pela via pacífica (republicanos paulistas), foram comunicados da “conspiração que derrubaria o império” apenas quatro dias antes de seu desfecho. No entanto, passados os primeiros momentos conturbados, seriam esses republicanos paulistas, ligados à lavoura cafeeira, que iriam dominar o cenário político (CARVALHO, 1990, p.48-49).

era uma questão secundária para o governo da Bahia, na ocasião chefiado por Luis Vianna (SAMPAIO, 2000, p. 50).

Como vimos anteriormente, foi a partir da derrota da força militar, organizada para impedir a propalada invasão da cidade do Juazeiro pelos conselheiristas, que Canudos demandou a intervenção armada, sob o comando do governo estadual. Derrotada a segunda expedição, em janeiro de 1897, o governo estadual apela para a intervenção federal, que envia forças comandadas pelo coronel Moreira Cezar. Numa interpretação do caso de Canudos a partir da construção do medo pelas facções políticas em confronto, Consuelo Sampaio (2000) observa que, a partir de então, o nome de Antonio Conselheiro seria usado nas “mais torpes manipulações políticas em todos os planos do poder”:

No *plano nacional*, jacobinos e florianistas afinados com o vice-presidente em exercício, Manuel Vitorino, conspiravam pelo não-retorno do presidente Prudente de Moraes ao poder. [...] no *âmbito estadual* o Conselheiro foi manipulado, tanto pela facção *vianista* como pela *gonçalvista*. A primeira, aliada do governador Luis Vianna, julgava, pelo menos até a terceira expedição, que Antonio Conselheiro e seus seguidores poderiam ser elementos de desestabilização, no [...] reduto eleitoral dos seus rivais *gonçalvistas*. Para os membros dessa facção, a alteração da ordem pública que os *conselheiristas* poderiam causar-lhes seria conveniente, na medida em que lhes permitiria recorrer ao art. 6º da Constituição Nacional e pedir a intervenção de forças federais no Estado – único artifício que, no contexto político oligárquico, lhes possibilitaria recuperar o poder (SAMPAIO, 2000, p. 33).

#### **4.2 A “solidariedade patriótica” entre os “órgãos da opinião publica da capital baiana”**

A partir dessa síntese, apresentada por Sampaio (2000, p. 33), encararemos o momento de divulgação da derrota da terceira expedição como uma suspensão temporária da rivalidade entre as facções políticas baianas. A manifestação dessa trégua é a reunião ocorrida em 14 de março de 1897 entre os principais jornais publicados em Salvador. Esses jornais reagiram contra as insinuações de que a Bahia era um reduto monarquista, e partiram em defesa de uma suposta tradição republicana. Em editorial de 15 de março de 1897, o *Jornal de Noticias* faz referência a essa reunião da imprensa e registra o apelo em defesa da Bahia.

(Ex.37)

Pelo nome da Bahia

Calha a primazia das nossas palavras de hoje sobre o acontecimento que tanto continua impressionando a nossa população e o paiz inteiro, a importante reunião hontem celebrada pela imprensa desta capital, em sua unanimidade, sem matizes partidários e sem pensamentos de politica local.

A solidariedade patriótica em que uniram-se todos esses órgãos da opinião publica e o accordo a que, sem a mínima divergencia, chegaram quanto á necessidade de defender o glorioso nome da Bahia da suspeita injuriosa de ser essa terra um reducto do monarchismo intransigente e pertubardor, assumem de facto, na grave situação presente, alta importancia.

[...]

Sim! Si ao obcecado fanático Antonio Conselheiro juntam-se elementos subversores das instituições vigentes, justiça é proclamar que não são os nossos dinheiros, nem os esforços da Bahia, que alli concorrem, que não é entre nós que se trama, e se resolve, e se emprehende a lucta ao regimen inaugurado a 15 de novembro de 1889.

Conservadora por excellencia, desejando antes de tudo a paz e a ordem, capitaes condições de vida do seu grande commercio e das suas industrias, a Bahia tem até hoje, e sempre, revelado as suas convicções republicanas [...].

A ignorancia em que os sessenta annos de monarchia nos educaram é que está explodindo na superstição barbara com que os crendeiros defendem a pessoa e as falsas doutrinas religiosas de Antonio Conselheiro, julgado santo pelos seus fieis.

[...]

Consideral-a [a Bahia] subversora é esquecer-lhe as honrosas tradições de paz e ordem, que constituem a sua escola e a sua convicção, desde que do alto das suas montanhas a civilização occidental apresentou ao mundo o Brazil, como brilhante até então occulto á lapidação do progresso; suspeital-a de reducto monarchista é não aprofundar bem, desde o seu distante principio, a historia do fanatismo conselheirista, hoje desdobrado em acontecimentos que, tristemente para todos nós, estão preocupando e movendo o espirito nacional, e que, alem do luto em que lacrimem familias bahianas, trazem-nos a mais, o pungente golpe e de estarmos assistindo á suspeição da terra veneranda, de onde nasceram para a Patria os primeiros raios de amor e de gloria, e em cuja longa vida de heroismos tem sido sempre um sacerdocio o engrandecimento do nome brasileiro (Jornal de Noticias, 15 de março de 1897. Grifos nossos).

A “solidariedade patriótica [entre os] órgãos da opinião publica da capital baiana”; o conservadorismo da Bahia; sua “tradição de paz e ordem”; sua alegada convicção republicana; e a expressão que a identifica como berço do “Brazil”<sup>25</sup> são

<sup>25</sup> Sobre a “baianidade” na Primeira República (1889-1930), Rinaldo Leite observa a recorrência dessa noção que considerava a Bahia “lugar a partir de onde foi gerado, se não a nação, o espaço-território chamado Brasil” (LEITE, 2002, p.6).

alguns aspectos merecedores de destaque nesse longo editorial do *Jornal de Notícias*. Também é relevante a repetida atribuição de falsidade às “doutrinas religiosas” de Antonio Conselheiro e de ignorância e fanatismo aos sertanejos que o seguiam. Tópicos que – como vimos no primeiro e segundo capítulos desta dissertação – fazem parte dos discursos sobre Canudos e Antonio Conselheiro, que circularam nos órgãos da imprensa baiana.

O anunciado conservadorismo demonstra, por parte da imprensa, ligação com a defesa da manutenção da ordem e da paz como fatores importantes para o bom andamento do comércio, das indústrias e das finanças do Estado. O que sugere que eram os interesses dessa parcela da sociedade que preocupavam o jornal. Alega-se também uma tradição pacífica e ordeira da Bahia, tentando afastar indícios de rebeldia e de violência, que seriam atributos dos “fanáticos e ignorantes” seguidores de Antonio Conselheiro.

Em outra passagem do editorial, a “ignorância”, a “superstição barbara” e as “falsas doutrinas religiosas de Antonio Conselheiro” são associadas aos “sessenta annos de monarchia”. Também chama atenção, nessa manifestação, a observação de que a “história do fanatismo conselheirista” deveria ser examinada desde “o seu distante principio”. Esse exame dissiparia, então, a suspeita que recai sobre a Bahia. Apela, assim, para um efeito de sentido que relaciona o fenômeno religioso liderado por Antonio Conselheiro a algo que remete a um passado já longínquo, mas que teima em permanecer. Sugere, assim, que a responsabilidade por Canudos caberia ao regime monárquico, que teria feito proliferar a ignorância e a superstição entre os sertanejos. Explora também a oposição de sentidos entre Canudos, que seria o lugar do passado, da barbárie, da monarquia; e a Bahia republicana, civilizada, ordeira e pacífica.

Por fim, a ideia de berço da civilização brasileira remete à narrativa que indica o território baiano como o local em que a história do Brasil teria começado. Começo que teria ocorrido quando da apresentação “ao mundo [d]o [...] brilhante até então occulto á lapidação do progresso”. Dessa narrativa, provém também a filiação do Brasil à “civilização occidental”, que teria suas “raízes” na colonização ibérica. O editorial em questão recorre a um lugar comum, no qual “o começo histórico” do Brasil é relatado como sendo um evento pacífico. Acerca desse ato fundador, é elaborada uma memória que oculta “a discórdia entre as coisas, o disparate” (FOUCAULT, 2008 [1971], p. 263). Em seu lugar é apresentada uma potencial identidade nacional representada pela Bahia, que aparece aí como berço da nação brasileira. Esse gesto atualiza uma memória

discursiva que remete à narrativa que indica a Bahia como o lugar no qual o Brasil foi apresentado à civilização.

No primeiro parágrafo, o editorial em questão menciona a reunião “celebrada pela imprensa” da capital baiana. Articulada com o objetivo de responder à acusação de que a Bahia era um reduto monarquista, a reunião teria adotado a estratégia de não responder diretamente ao artigo publicado no jornal carioca *A Notícia*, que levantava suspeitas em relação ao republicanismo das autoridades baianas. Preferiram adotar uma estratégia de defesa, elencando atributos que justificariam o republicanismo da Bahia.

Na mensagem dirigida à imprensa carioca, a imprensa baiana reivindica para si o papel de detentora de um consenso da sociedade baiana. O telegrama, enviado à imprensa da capital federal no dia 14 de março e reproduzido pelos jornais que se reuniram, apresenta o seguinte teor:

(Ex. 38)

A imprensa bahiana, unânime, pelos orgaos infra designados, sciente de que na capital federal se procura formar a falsa opinião de considerar-se a Bahia reducto monarchista, protesta em nome de todas as classes sociaes que legitimamente representa, contra tão injusta e offensiva suspeita, affirma, como incontestáveis verdades, a opinião republicana deste estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes.

Assignados – *Correio de Noticias – Estado da Bahia – A Bahia – Jornal de Noticias – Diario da Bahia – Gazeta de Noticias – Pantheon – Diario de Noticias – Cidade do Salvador (Jornal de Noticias, 15 de março de 1897. Grifos nossos).*

A imprensa baiana se apresenta então como porta-voz das classes sociais do Estado, que legitimamente representaria. Porém, não evidencia quais seriam essas classes. Sobre essa figura do “porta-voz”, Mónica Zoppi-Fontana (1997) chama atenção para que seja observado como seu funcionamento enunciativo “[...] é afetado pela inscrição do sujeito do discurso em diversas e conflitantes FDs (formações discursivas) a partir das quais ele enuncia”. Indica também, que no cerne dessa figura se produz “o efeito de ilusão de exterioridade” que pode levar ao “lugar-comum que considera o funcionamento da figura do porta-voz como a voz do consenso” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 77). Esse “efeito de ilusão de exterioridade”, no caso do discurso materializado na “imprensa baiana”, apresenta uma fragilidade quando observamos que esta imprensa

materializa o(s) discurso(s) de uma parcela da população, preocupada em manter a ordem social inalterada em formações discursivas<sup>26</sup>.

Essa preocupação fica mais explícita no seguinte editorial, publicado pelo *Correio de Notícias*. Trata-se ainda da cobertura da reunião da imprensa e do envio do telegrama aos jornais da Capital Federal.

(Ex. 39)

Contra a verdade dos factos que se têm succedido neste Estado n'uma honrosa e brilhante serie de accentuações republicanas, forma-se na Capital Federal e procura-se impor á opinião de que a Bahia é um reducto contra as instituições vigentes. [...]

Os sacrificios do devotamento e da abnegação provada, a franqueza de crenças, a tradicional orientação democratica, que consagraram-na em heroína lendária dos seios titânicos, é que revestem-na desta gravidade e compostura serena com affronta todas as difficuldades, senhora de si, intemerata, forte e prudente, enérgica, mas exemplar no criterio e admiravel na superioridade de vistas com que procede sempre.

Injustiça clamorosa, portanto, é que se erijam em opinião corrente essas supposições que vêm echoar neste meio como uma offensa á pureza de nossas crenças, uma suspeição á lealdade de nossos esforços, uma injuria á grande maioria de cidadãos que constituem a população activa decidida do povo bahiano, que calmo, laborioso e precavido mantem-se vigilante pela estabilidade do regimen.

Interprete da opinião, zelosa por sua fé de republicana insuspeita, que é a do povo, bem andou a imprensa local repellindo a suposição infundada, e com a responsabilidade que lhe assiste, dirigiu-se á sua irman da Capital Federal para assegurar em nome dos créditos que são a dignidade do seu sacerdocio, – que é uma verdade inconcussa a correcção republicana deste Estado e a sinceridade do seu apoio ás instituições vigentes.

[...]

Nimiamente pacifica, porém heróica quando é preciso que o seja, a sua população comprehende que a desordem, a anarchia é o maior inimigo que o povo pode ter; sabe que entregue a momentaneas explosões de ódio ou vingança, collabora para a obra damnada dos inimigos da Republica, que exaggerando o pânico no interior transmittem a falsidade para o exterior, solapam o credito nacional, desacreditam os nossos homens e as nossas coisas. [...] (*Correio de Notícias*, 15 de março de 1897. Grifos nossos.).

A definição da Bahia como a “heroína lendária dos seios titânicos” se liga a uma estratégia discursiva de engrandecimento, exaltação da força e personificação do Estado

<sup>26</sup> De acordo com Fonseca-Silva (2007a), a partir da segunda fase da Análise de Discurso de linha francesa, há um deslocamento de sentido do conceito de Formação Discursiva (FD) delineado por Foucault. Se para Foucault, “as condições de produção não são estáveis e homogêneas, pois são invadidas por elementos que vêm de outro lugar”, dentro do quadro da Análise de Discurso de linha francesa as Formações Discursivas funcionam “dentro do quadro materialista de (de)subjetivação da linguagem, juntamente com o conceito de formação ideológica (FI)”. (2007 a, p. 88-89)

baiano. Sugere também uma relação de maternidade da Bahia em relação à nação. De alguma maneira, coincide com a descrição que aparece no editorial do *Jornal de Notícias*, publicado nesse mesmo dia. O que indica o compartilhamento de uma memória discursiva materializada nessas manifestações da imprensa. Uma memória que torna possível esses enunciados e não outros.

Merece destaque nesse editorial do *Correio de Notícias* a referência à “imprensa local”, ou seja, à imprensa baiana, como a “interprete da opinião, zelosa por sua fé de republicana insuspeita, que é a do povo”. Gesto que coincide com o do editorial do *Jornal de Notícias* de 15 de março de 1897 (Ex.37), analisado acima. É assim que se repete uma estratégia discursiva que consiste em apresentar a imprensa como porta voz de um consenso, que representa a sociedade baiana. Entretanto, no trecho em que se argumenta que o exagerado pânico difundido pelos inimigos da República solapa “o crédito nacional, desacredita [...] os nossos homens e as nossas coisas”, podemos verificar indícios que mostram quais interesses estariam representados nesses discursos. Apesar de se apresentar como portador de um consenso da sociedade baiana, a “imprensa local”, nessa expressão, sugere que a sua preocupação coincidia com a das classes proprietárias. Ao informar sobre a “maioria de cidadãos que constituem a população activa”, o jornal indica também que não é a sociedade como um todo que ela representa. A expressão “população activa” mostra que, segundo esse discurso, existe uma parte da população baiana que é inativa. Mas quem seria essa população inativa? Ao que parece, há um gesto de exclusão inerente a esse discurso materializado no editorial acima. Certamente não estavam incluídos nessa população activa da Bahia aquela parcela de vadios, desocupados, analfabetos, que habitavam as margens da sociedade baiana.

Outros indícios apontam também para a relação entre os discursos materializados na imprensa e certos setores da sociedade baiana, no caso as oligarquias rurais representadas pelas facções políticas que disputavam a participação no Estado republicano. Essas oligarquias concentravam em suas mãos, além das propriedades rurais, o direito à fala pública. A respeito da reserva do discurso por determinados grupos da sociedade, Foucault observa que:

[...] em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – está reservada de

fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos [...] (FOUCAULT, 2010 [1969], p.75. Grifos nossos).

Com base nas considerações acima apresentadas, defendemos um duplo entendimento em relação a Canudos. Se por um lado, o conflito se investiu de um caráter militar, com o envio de forças armadas para o arraial sertanejo, por outro, verificamos a dimensão discursiva sendo mobilizada e registrada pela imprensa. Há um choque entre as autoridades instituídas (tanto a Igreja, quanto a República) e a prática conselheirista. É nesse sentido que identificamos um procedimento que consiste na constituição de um discurso consensual acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Esse processo prossegue no decorrer da campanha e será materializado novamente em outra manifestação conjunta dos jornais publicados em Salvador. Desta vez, por ocasião da passagem do chefe da quarta expedição, o General Arthur Oscar, pela capital baiana, em 25 de outubro de 1897. Ocasão em que a “imprensa bahiana” voltaria a se pronunciar conjuntamente.

Entretanto, após a divulgação da morte do Coronel Moreira Cezar e da derrota da terceira expedição, a ideia de conspiração monárquica tornou-se hegemônica no noticiário político. De acordo com a tese de conspiração, havia uma conexão entre os sertanejos instalados em Canudos e os partidários da restauração. Na capital federal, jornais monarquistas foram empastelados e um clima de terror foi instaurado. Na Bahia, as manifestações públicas de luto foram numerosas e solenes. De acordo com Aristides Milton – historiador contemporâneo desses eventos – “a Bahia afirmou sua solidariedade com o regime atual, e suas simpatias ao exército republicano” com “exéquias pomposas em várias igrejas; votos de condolência pelos conselhos municipais; moções de pesar lançadas na ata da Associação Comercial e na de outras sociedades [...]” (MILTON, 1902, p. 87).

Ao manifesto da imprensa baiana, materializado na mensagem enviada à imprensa carioca no dia 14 de março de 1897, seguiram-se outros. No dia 15, o governador Luiz Vianna enviou uma longa mensagem ao Presidente da República “sobre os antecedentes e ocorrências das expedições contra Antonio Conselheiro e seus sequazes”. Em 19 de março, os estudantes das escolas superiores da Bahia dirigiram aos seus “collegas e aos republicanos dos outros estados” um manifesto no qual acusam os conselheiristas de fanáticos e afirmam o republicanismo da sociedade baiana.

No jornal *Correio de Noticias*, encontramos numerosas manifestações por parte



de autoridades municipais baianas. O jornal, que apoiava francamente o governo de Luiz Vianna, vai publicar essas manifestações em várias de suas edições entre março e abril de 1897. Ao mesmo tempo em que comunicavam pesares pelas mortes dos coronéis Moreira Cezar e Pedro Tamarindo, e “todos os bravos defensores da República, da ordem e liberdade”, essas manifestações das autoridades municipais comprovam a trama de discursos que envolvia a divulgação de notícias sobre Canudos e Antonio Conselheiro. Discurso materializado nos registros da imprensa e, a partir desse suporte, propagado entre leitores de outras regiões da Bahia.

Além de indicar a circulação de notícias sobre Canudos e Antonio Conselheiro, em outras regiões do interior da Bahia e não só nas proximidades de Canudos, essas manifestações registram a tomada de posição cada vez mais uniforme em relação ao conflito desenrolado nos sertões do norte da Bahia. Principalmente a partir das expressões usadas para se referir ao movimento liderado pelo Conselheiro. É o que notamos na mensagem enviada ao governador Luiz Vianna pelas autoridades municipais de Minas do Rio de Contas.

(Ex. 40)

“Conselho Municipal de Minas do Rio de Contas, em 18 de março de 1897 – Exm. sr. – O Conselho Municipal da cidade de Minas do Rio de Contas, fiel interprete dos sentimentos dos seus munícipes, vem perante v. ex. testemunhar o pungente pezar dos mesmos diante do lamentável insucesso das dilligencias a Canudos, onde a maldade de mãos dadas com a ignorancia e o fanatismo, fizeram desaparecer da communhão dos vivos soldados cheios de brio e patriotismo, patenteados em commettimentos diversos; demonstrando sempre coragem decidida e civismo sem par. A população deste município, lamentando tamanho desastre, confia que em breve tempo sobre as ruínas de Canudos tremularão as flammulas da Victoria e mais uma vez triumphará a lei, para a gloria do governo de v. ex. Este Conselho patentêa a v. ex. a máxima solidariedade e os seus protestos de subida estima e consideração. Saúde e fraternidade. Exm. sr. cons. Luiz Vianna, muito digno governador deste estado. – O Conselho Municipal [seguem assinaturas dos conselheiros]” (Correio de Noticias, 01 de abril de 1897. Grifos nossos).

O interesse no exemplo acima está no fato de ele registrar a repetição de expressões empregadas em outras ocasiões na caracterização dos conselheiristas. Ao lamentar o fracasso da expedição, a mensagem condena “a maldade de mãos dadas com a ignorancia e o fanatismo”. Ora, essa atribuição de fanatismo e ignorância vem sendo insistentemente repetida pela imprensa baiana desde os tempos de peregrinação de Antonio Conselheiro, na década de 1870. A repetição dessas expressões contribui assim para a tessitura de uma memória discursiva. Memória que, como temos visto neste

trabalho, está registrada e ao mesmo tempo constituída nos/pelos jornais baianos do período. Sendo assim, pode-se dizer que esses jornais se constituem como um “lugar de memória discursiva”, na medida em que registram indícios dos usos de uma linguagem. Linguagem que se constitui como tecido dessa memória discursiva (COURTINE, 2006; FONSECA-SILVA, 2007). Memória que é atualizada por meio dos usos dessas expressões. E que circula não só entre leitores da capital baiana, mas ecoa também em outras áreas do território baiano<sup>27</sup>.

Na mensagem do Conselho Municipal de Rio de Contas, é possível observar também o funcionamento da figura do “porta-voz”. Tal funcionamento pode ser verificado na passagem em que o “Conselho municipal” é apresentado como “fiel interprete dos sentimentos dos seus munícipes”. Entretanto, fica a indagação em relação à efetividade do referido Conselho. Pois, como já observamos acima, de acordo com Mônica Zoppi-Fontana (1997) essa figura do “porta-voz” produz “o efeito de ilusão de exterioridade”. Esse efeito pode induzir ao “lugar-comum que considera o funcionamento da figura do porta-voz como a voz do consenso” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 77).

Outro aspecto que destacamos no discurso materializado na mensagem do Conselho Municipal de Minas do Rio de Contas é a demonstração de confiança na rápida vitória das forças oficiais. É o que registra a seguinte passagem “em breve tempo sobre as ruínas de Canudos tremularão as flammulas da Victoria e mais uma vez trumphará a lei, para a gloria do governo de v. ex”. Confiança que, registrada em ocasiões que antecederam as expedições anteriores, acabou sendo frustrada por surpreendentes derrotas das forças oficiais. Mas, mesmo assim, nessas manifestações de apoio ao governo do Estado é comum a confiança, além do anseio de que as forças oficiais alcançassem êxito rapidamente.

No início de julho, os jornais da Bahia ainda se queixavam da falta de notícias sobre a ação da expedição militar chefiada pelo General Arthur Oscar. É o que está registrado, por exemplo, na edição de 03 de julho de 1897, do *Jornal de Noticias*:

---

<sup>27</sup> Para uma definição de memória discursiva cf. Introdução p. 4!

(Ex. 41)

Canudos

Continuamos ainda sem noticias detalhadas sobre as importantes operações militares que, em nome da lei e da honra nacional, estão se desenrolando nas paragens infestadas pelos fanáticos de Antonio Conselheiro.

Podemos affirmar, porém, que depois de vencidas e derrubadas as guardas avançadas dos fanaticos, que se oppunham a marcha das forças leaes, quer do lado de Sergipe, quer neste estado, o general Arthur Oscar, desde o dia 27 de junho, asestara as suas baterias contra o arraial de Canudos, começando nutrido bombardeio.

Sabemos mais que o general, chefe da expedição, obedecendo a um plano sabiamente combinado, só pretendia investir contra o inimigo depois de desbaratados os reductos em que se acoitavam.

Com esse fim continuava o bombardeio, conforme noticia que hontem recebemos da Serra da Itiuba, onde, durante a noite do dia 1º, era ouvido o troar da artilheria. (*Jornal de Noticias*, 03 de julho de 1897. Grifos nossos).

Apesar da queixa em relação à falta de detalhes das “operações militares”, podemos verificar, nesta passagem, a persistente confiança no rápido sucesso das forças legais. É o mesmo efeito de sentido que aparece nesse outro trecho que grifamos: “podemos affirmar, porém, que depois de vencidas e derrubadas as guardas avançadas dos fanaticos”. Essa passagem reforça a difundida confiança na atuação das tropas comandadas pelo General Arthur Oscar. Ou seja, mesmo sem informações detalhadas, o jornal propaga um sentimento de confiança e ao mesmo tempo reforça a descrição dos conselheiristas como “fanaticos”, “inimigos”, fora da “lei”. De acordo com a notícia publicada, o comandante da expedição estaria “obedecendo a um plano sabiamente combinado”. Esse plano consistia, ainda de acordo com as informações divulgadas pelo jornal, em atacar Canudos somente depois de desbaratar as “guardas avançadas dos fanaticos”, que protegiam o arraial tentando impedir o avanço das tropas federais.

Outro elemento que destacamos diz respeito ao que estaria em jogo nas “paragens infestadas pelos fanaticos”. De acordo com o texto, “a lei” e “a honra nacional” estariam em risco pela atuação dos fanáticos de Conselheiro. Ainda segundo o texto, a “honra nacional”, abalada pela derrota da expedição Moreira Cezar, seria agora vingada pela atuação de um efetivo militar bem armado e numeroso.

Apesar da superioridade bélica e numérica, as tropas da quarta expedição levaram pouco mais de três meses para, depois de iniciado o ataque, destruir completamente o arraial conselheirista. Durante esse período, a destruição de Canudos é divulgada e logo desmentida. Isso reforça o anseio pela vitória, traduzido na confiança

em uma rápida e esmagadora vitória das forças oficiais. É nesse tom que o *Correio de Noticias* publica a seguinte notícia na edição de 22 de julho de 1897:

(Ex. 42)

#### CANUDOS

Segundo telegramma do sr. general chefe da expedição, o reducto nefando, onde acastellaram-se o fanatismo inconsciente e o espírito de desordem dos malfeitores e inimigos da lei, acaba de cair, depois das lutas e dos sacrifícios de que somos testemunhas, em poder das forças legaes, cuja intrepidez e civismo tem sido notáveis.

Em breve a Bahia inteira terá de sentir o frêmito das alegrias da noticia da prisão e do aniquilamento do derradeiro dos chefes do abominável centro de desordens contra as autoridades constituídas e o direito commum.

[...]

Está dado o maior passo para que a Bahia possa ver livre de seus hombros o peso iníquo d'aquella arvore perigosa da desordem, exótica para o terreno, mas atrophiadora, sanguisedenta e má.

É com verdadeira e irreprimível satisfação que levamos ao conhecimento publico que o dr. governador do Estado recebeu hontem, às 7 horas da noite, um telegramma de Monte Santo, expedido pelo major Martiniano Ferreira, chefe da praça noticiando, por ordem do general Arthur Oscar, que toda a força sob seu comando tinha acampado dentro de Canudos. (*Correio de Noticias*, 22 de julho de 1897. Grifos nossos).

No decorrer do texto, a informação de que “o reducto nefando [...] acaba de cair” é contradita pelo anúncio de que em “breve a Bahia terá de sentir o frêmito das alegrias da noticia da prisão e do aniquilamento do derradeiro dos chefes do abominável centro de desordens”. O texto da notícia é construído a partir de uma estratégia que pretende alimentar entre os leitores a ideia de que a destruição de Canudos estaria perto de acontecer. Recorre assim aos mesmos recursos empregados na caracterização do Arraial de Canudos em registros anteriores. Nessa direção destacamos três expressões referentes ao arraial conselheirista: “reducto nefando”; “abominável centro de desordens”; “arvore perigosa da desordem, exótica para o terreno, mas atrophiadora, sanguisedenta e má”. Três expressões que projetam uma imagem aterradora, além de estimular o ódio e anunciar o arrasamento do arraial conselheirista. A primeira e a segunda expressões destacadas apresentam uma relação de sinonímia. Abominável ou nefando refere-se a algo que causa horror, repulsa e que não mereceria sequer ser pronunciado. A terceira expressão apresenta uma carga metafórica que associa Canudos à imagem de árvore que cresceu em solo estranho. Esse solo estranho seria a Bahia, que, na ocasião, ansiava por se livrar dessa “arvore perigosa”.

Como havíamos indicado acima, a atuação das tropas comandadas pelo general Arthur Oscar enfrentaram alguns problemas. O que contribuiu para adiar os desejos de pronto sucesso registrados nos trechos dos jornais que analisamos. Historiemos brevemente a trajetória da quarta expedição.

Formada por duas Colunas, que partiram de Monte Santo (BA) e Aracaju (SE), a quarta expedição conseguiu reunir, com dificuldade, entre 10 e 12 mil soldados e chegou a contar com a presença do Ministro da Guerra, o Marechal Machado Bittencourt.

Durante a primeira quinzena de julho, a “escassez de víveres, a indecisão de Artur Oscar, a rivalidade entre os oficiais [...] e a ameaça de uma nova derrota obrigaram o comandante da expedição a tentar, a 18 de julho, o primeiro ataque frontal a Canudos, com cerca de 3.350 homens”. Tal tentativa resultou em um dos mais violentos combates da campanha. As tropas de Arthur Oscar sofreram 918 baixas, cerca de um terço das forças atacantes. Com muita dificuldade foi conquistada uma pequena área do arraial, cerca de 10%, estabelecendo uma longa trincheira, de leste para oeste, chamada desde então de linha negra (VILLA, 1997, p. 188-189).

As dificuldades militares da quarta expedição foram sensivelmente agravadas pela forma de combate dos conselheiristas. Sob o comando de João Abade<sup>28</sup>, desenvolveram um plano que explorava as habilidades dos sertanejos, conhecedores da região e acostumados a longas marchas, alimentação rarefeita e escassez de água. Durante o cerco, os conselheiristas aproveitaram ainda a distribuição desordenada das casas do arraial usando-a como arma contra a força expedicionária. Construíram fossos para abrigar-se durante os tiroteios, transformando-os em trincheiras bem protegidas (VILLA, 1997, p.194-198).

Enquanto no sertão baiano a expedição enfrentava dificuldades em efetuar o cerco definitivo do arraial, em Salvador, noticiava-se o surgimento de grupos de fanáticos no sul do país. É o que lemos no jornal *Cidade do Salvador*, do dia 26 de agosto de 1897:

---

<sup>28</sup> Conhecido como “chefe do povo”, “comandante da rua”, João Abade era o responsável pela organização da Guarda Católica, que cobria a segurança do Conselheiro e a defesa do povoado de Canudos. (CALASANS, 2000, p.36-38)

(Ex. 43)

#### NOVOS FANÁTICOS

Um telegramma de hontem enviado aos nossos collegas d'A Bahia, annunciou que em Santa Catharina, no logar denominado "Entre Rios" surgira um novo grupo de fanaticos, os quaes foram enfrentados pelas forças legaes, travando se renhido e forte combate.

Noticias idênticas a esta, não com character tão grave, tem chegado ao nosso conhecimento, de modo a poder-se dizer que o fanatismo está em moda.

Mas, será verdade que sejam fanáticos esses diversos grupos que tem surgido? Ou são os inimigos das instituições que se acobertam á couraça tenaz e resistente do fanatismo para melhor por em pratica seus planos tenebrosos?

[...]

Porque motivo a idea de fanatismo há de estar ligada necessariamente a idea de restauração?

Si esta é a escada por onde os monarchistas pretendem subir a alta gestação dos públicos negócios estão desastradamente encaminhados.

A historia da monarchia mancomunada com o fanatismo é tristissima e legará á história uma pagina de infâmia.

Não queremos que assim seja, e tanto que esperamos que os partidários sinceros, puros e convictos da restauração, vêm publicamente desmentir a crença geral de que os fanaticos trabalham pelo regimen decahido de accordo com os altos chefes.

[...]

Não somos guardas avançadas das instituições; não temos credenciaes para isto; mas pela ordem, pela paz e pela fraternidade do povo brasileiro, sob a Republica, queimaremos o ultimo cartucho. (*Cidade do Salvador*, 26 de agosto de 1897. Grifos nossos).

Notamos, nesse exemplo, uma argumentação que sugere uma incompatibilidade entre o fanatismo e a ação dos restauradores. É o que mostra a seguinte passagem: "esperamos que os partidários sinceros, puros e convictos da restauração, vêm publicamente desmentir a crença geral de que os fanaticos trabalham pelo regimen decahido de accordo com os altos chefes". Essa passagem permite-nos constatar duas coisas a respeito da contraposição entre os "partidários [...] da restauração" e os "fanaticos". Para o jornal, diferentemente dos "fanaticos", há entre os "partidários [...] da restauração" sinceridade, pureza e convicção. Já isso forneceria legitimidade aos "monarchistas [que] pretendem subir a alta gestação dos públicos negócios". Quanto aos fanáticos, restaria contra eles a ação das "forças legaes".

Apesar de não fazer menção literal a Canudos e a Antonio Conselheiro, o texto foi produzido num momento em que a campanha militar contra o arraial sertanejo estava em evidência. Desde a primeira semana de agosto de 1897, o próprio Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, despachava de Monte Santo, cidade do sertão baiano

onde havia sido instalada a base de operações do exército brasileiro. Os boatos de que os conselheiristas tinham ligação direta com os monarquistas já estavam desgastados nesse momento do conflito. A explicação baseada no argumento de que os fanáticos de Canudos trabalhariam pela restauração do regime decaído já não convencia os leitores dos jornais. E na Bahia, particularmente, havia um interesse em desfazer essa confusão. É o que mostra, de alguma maneira, o exemplo que temos analisado. Construído a partir de indagações que tentam mostrar a possibilidade de ligação entre “a ideia de fanatismo [e] a ideia de restauração”, o texto considera essa aliança tenebrosa. Essa consideração é reforçada na seguinte passagem “A história da monarquia mancomunada com o fanatismo é tristíssima e legará á história uma página de infâmia”. Entretanto, como mostramos acima, a infâmia, a ilegalidade, a tenebrosidade está na aliança entre a monarquia e o fanatismo.

O comentário se utiliza também de uma dupla menção temporal, sobre o passado e o futuro. Em relação ao passado, refere-se, sem precisão, à tristeza resultante da aliança entre monarquia e fanatismo. E observa que, no futuro, permanecerá a lembrança da infâmia de tal aliança. O texto reforça também o engajamento em uma luta “pela ordem, pela paz e pela fraternidade do povo brasileiro, sob a República, queimaremos o último cartucho”. Entretanto, esse “povo brasileiro” poderia até ser composto também por monarquistas, contanto que fossem partidários puros e convictos da restauração, mas, ainda segundo o texto em análise, os fanáticos jamais poderiam fazer parte do povo brasileiro.

Em meados de setembro, fechado o cerco sob o arraial, o General Arthur Oscar programa o ataque final para o primeiro dia do mês seguinte. Com seis mil homens, inicia de madrugada o ataque. No dia seguinte, 02 de outubro, pela primeira vez desde o início da campanha, uma bandeira branca surgia entre as ruínas do arraial. Um grupo se rende e seu líder acaba sendo degolado. O bombardeio intermitente continuava. O avanço das tropas pelas ruas do arraial, a ocupação das igrejas, a morte dos combatentes, tudo conspirava para o fim da luta. Na tarde de 05 de outubro, “os quatro últimos conselheiristas continuavam resistindo, como se estivessem enfrentando o tenente Pires Ferreira, em Uauá” (VILLA, 1997, p.204 e 207-208).

Nos últimos dias da campanha, a fúria dos soldados voltou-se contra os sertanejos feitos prisioneiros ou que se renderam, durante o cerco final – na sua maioria crianças, mulheres e velhos. O massacre dos prisioneiros intensificou-se. A “gravata vermelha”, como ficou conhecida a degola dos conselheiristas, foi prática largamente

utilizada pelos “defensores da lei” (VILLA, 1997, p.211; OTTEN, 1990, p. 197). Entretanto, a destruição do arraial conselheirista e a prática da degola não impediriam que os “defensores da lei” fossem homenageados em Salvador, inclusive com um tributo assinado pela “imprensa baiana”.

Por ocasião da passagem por Salvador do General Arthur Oscar, em direção à capital federal, a “imprensa baiana” novamente se investiu do papel de porta-voz da Bahia. Oito órgãos da imprensa baiana publicaram um extenso tributo, que foi lido nos pronunciamentos públicos na capital baiana, em homenagem à vitória do exército no dia 25 de outubro de 1897. O jornal *Cidade do Salvador* reservou toda a primeira página da edição desse dia para estampar esse tributo, juntamente com um editorial com o título “Heroína”. Examinaremos, a seguir, esses dois textos.

(Ex. 44)

TRIBUTO DE HOMENAGEM DA IMPRENSA DA BAHIA AS FORÇAS QUE VOLTAM VICTORIOSAS DA CAMPANHA DE CANUDOS

É a imprensa, a cooperadora indefessa de todas as conquistas modernas, a agitadora insubstituível nas grandes reivindicações do direito, da liberdade e da lei, ciosa da sua preeminencia de factor social, mantendo sempre nas fecundas campanhas do progresso o seu dilecto posto de sentinella avançada; ella que nas mais brilhantes e generosas revoluções do século tem sido o primeiro grito de guerra como o primeiro anúncio de paz, e tanto é raio para fulminar os réprobos como é tuba estrepitosa para acclamar os heroes: é a imprensa quem hoje vem, numa dessas antecipações de justiça que a historia sanciona, sagrar a espada victoriosa que defendeu e vingou, não só os foraes da Republica, mas ainda as leis da Civilização.

A imprensa bahiana foi durante essa renhida peleja contra o minotauro de Canudos mais do que um apparelho organico, vivo e palpitante por onde corria o plasma da opinião; foi a alma collectiva, o coração da Bahia, o músculo vibrátil e sensível em cujas fibras vinham repercutir, dia por dia, as esperanças e os soffrimentos, as alegrias e as dores, os enthusiasmos e os revezes da legião patriótica. [...] Nas agruras das marchas, ao escalar dos cerros abruptos, na clareira juncada de cadáveres, no cimo dos reductos conquistados ao fanatismo rebelde, ella esteve presente, alimentando sempre com o óleo da convicção republicana d’esta terra a flamma sagrada que todos juramos nutrir, a luz e o calor da nova fé política.

Ella queria ser, e foi, e tem sido a alada mensageira das boas novas, o echo singultoso dos campos de sangue, o pregão dos altos feitos, a testemunha de todos os sacrificios, a testamenteira daquelle thesouro de exemplos que uma geração de mortos queridos legou incondicionalmente para edificação da Patria.

Esta imprensa tem, pois, o dever e direito de falar em nome da Bahia, cujos sentimentos traduz e affirma bem alto nesta homenagem aos legionários da defesa nacional. Às bravas phalanges do Amazonas, do Pará e de S. Paulo, ao exercito invencível, ao grande capitão que



conduziu as nossas armas ao lance final da victoria, é a esses que ella vem tributar solememente, com os penhores da sinceridade e lealdade da alma bahiana, o preito de sua admiração e do reconhecimento commum.

Posto que os mesmos brios, a mesma comprehensão do dever e vehemencia de patriotismo hajam estimulado os paladinos estrênuos da ordem republicana de tal sorte que aos seus triumphos bem se applicariam aquellas nobres palavras do guerreiro atheniense – “tiveram nelles grande quinhão os generaes e os soldados”, seja-nos, todavia, permitido eleger de entre todos, para os fins desta singela consagração cívica, aquelle que pelo seu eminente posto na hierarchia militar, pela culminancia da responsabilidade no governo e nos destinos da valorosa expedição e ainda pelo brilho individual de suas virtudes marciaes dignamente synthetisa a benemerencia e as glorias do exercito vencedor. [...] Arthur Oscar, o general chefe das columns de bravos cuja volta celebramos, tambem hoje nos apparece impondose com um prestigio tal, tão grande e altivo na aureola do seu triumpho [...].

No seu escudo podemos ler a divisa de todos e de cada um dos seus companheiros de jornada. Elle foi o cérebro que planeja, o verbo que comanda e tambem o braço que executa. Na partilha das provações e dos perigos ambicionou a parte leonina. E nessa cruzada pela integridade nas leis da Republica, é certo, nada ha que invejar a essas rudes campanhas que a historia assignala como tropheos de insigne valentia e que a Grecia costumava gravar nos porticos dos edificios públicos para honrar a memória dos seus generaes e milicianos.

[...]

Victimas resignadas, martyres do dever e do patriotismo, a Bahia jamais se esquecerá de tantos sacrificios. Ella, como boa mãe, derramando lagrimas de dor sobre o infortúnio dos filhos que tombara, deplora a desgraça, o erro ou ingratição daquelles que se transviaram da sua continua lição de amor, de paz e fraternidade. Mas para todos esses que vieram expirar no seu regaço – por honra das leis e tradições que ella compartilha, erigiu no seu coração um monumento de saudades perenne como o bronze.

Terminou, afortunadamente, como devia findar, com a victoria da civilisacao e da lei, esse anno climacterico da Republica. Cerrou-se um cyclo de provações, é verdade, mas tambem um cyclo heróico.

[...]

A imprensa bahiana, a Bahia, rejubila affirmando essa convicção, e sente-se feliz por ter a honra de abrir a passagem do general victorioso o primeiro arco triumphal, nesse caminho juncado de flores – caminho do Capitólio – que já lhe foi traçado pela gratidão da Patria.

A Bahia/ Diario da Bahia/ Diario de Noticias/ Jornal de Noticias/ Correio de Noticias/ Cidade do Salvador/ O Republicano/ Revista Popular. (Cidade do Salvador, 25 de outubro de 1897. Grifos nossos).

Para facilitar a análise desse tributo da imprensa baiana, elencamos três aspectos abordados na mensagem. Primeiramente, mostraremos a autorrepresentação da imprensa, registrada em diversas passagens do tributo. Em seguida, destacaremos a maneira como os vencidos, ou seja, os conselheiristas são representados. E, por último,

abordaremos o tratamento dispensado ao chefe da expedição vitoriosa, considerado herói e aclamado pela imprensa baiana.

Sobre a forma como a imprensa em geral é apresentada no tributo, são reveladoras as seguintes expressões, logo nas primeiras linhas: “cooperadora indefessa de todas as conquistas modernas”; “agitadora insubstituível nas grandes reivindicações do direito, da liberdade e da lei”. A imprensa se posiciona, dessa forma, do lado de valores considerados modernos e civilizados. Quanto à imprensa baiana em particular, são empregadas várias expressões no intuito de exaltar a atuação desta imprensa durante a campanha. Numa descrição repleta de artifícios retóricos, a imprensa baiana aparece como “aparelho organico, vivo e palpitante por onde corria o plasma da opinião”; “alma colectiva”; “coração da Bahia”. Essas expressões formam um conjunto que busca exaltar a pretensão da imprensa de representar uma coletividade: a sociedade baiana. Já comentamos anteriormente o efeito de sentido materializado nessa estratégia: nesse caso, a imprensa é apresentada como portadora de um consenso, o que produz um “efeito de ilusão de exterioridade” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 77). Outro conjunto de expressões que destacamos, apresenta a imprensa como testemunha e transmissora dos “altos feitos” das “forças patrióticas”: “alada mensageira das boas novas”; “echo singultoso dos campos de sangue”; “pregão dos altos feitos”; “testemunha de todos os sacrificios”; “testamenteira daquelle thesouro de exemplos que uma geração de mortos queridos legou incondicionalmente para edificação da Patria”. Esse conjunto mostra, por meio de uma estratégia de exaltação, a imprensa como responsável pelo registro de feitos exemplares. A última expressão reforça esse efeito, pois relata a imprensa como uma espécie de guardião de fatos memoráveis. O efeito de sentido registrado no termo “testamenteira” reforça a função da imprensa na transmissão de “exemplos”. É possível encarar esse gesto da imprensa como uma vontade de dificultar o trabalho de esquecimento. Nesse sentido, a imprensa colabora para a elaboração de uma narrativa onde o exército nacional é o herói.

Outro aspecto que chama atenção no tributo da imprensa é a forma como são representados os conselheiristas, ou seja, os vencidos. O tratamento dispensado aos conselheiristas não difere das outras manifestações da imprensa. Destacamos duas sequências que exploram uma imagem aterradora de Canudos e de seus habitantes: “renhida peleja contra o minotauro de Canudos”; “no cimo dos reductos conquistados ao fanatismo rebelde”. Da primeira sequência, chama atenção o gesto que associa Canudos ao “minotauro”. Figura da mitologia grega, metade touro metade homem, o

“minotauro” seria um monstro que se alimentava de carne humana. Uma tripla referência pode ser extraída dessa comparação de Canudos ao monstro mitológico. Por um lado, a confirmação de que o arraial conselheirista era uma aberração, uma anormalidade e daí a legitimidade de sua destruição, seu aniquilamento. Por outro lado, há o fato de Canudos ter derrotado três expedições militares, o que também assemelha o arraial e seus habitantes ao minotauro. Pois este, assim como os canudenses, que “devoraram” as três expedições, gostava muito de carne humana. E, por fim, a comparação com o minotauro eleva o responsável pela destruição do arraial à categoria de herói, pois foi responsável pelo fim de um grande mal: o minotauro de Canudos.

É sobre o chefe da expedição, o General Arthur Oscar, elevado à categoria de herói pela imprensa baiana, que trataremos no último aspecto destacado desse tributo. O tributo em sua quase totalidade faz menção ao comandante da força expedicionária. Entretanto, destacamos a sequência a seguir: “espada victoriosa que defendeu e vingou, não só os foraes da Republica, mas ainda as leis da Civilização”. Defesa e vingança da República e da Civilização, eis o que argumenta o tributo para elevar à categoria de herói o General Arthur Oscar.

Nesse tributo, podemos verificar, mais uma vez, que a campanha contra Canudos e Antonio Conselheiro não se limitou à ação militar. Urdu-se por meio da imprensa uma trama de significados e “com essa mobilização geral da opinião [...] acompanhando as operações bélicas, a Guerra [...] foi afinal ganha, o arraial arrasado a dinamite e querosene juntamente com quem não quis se render [...] [e então a] República estava salva” (GALVÃO, 1977, p.75).

Por fim, as manifestações dos jornais da Bahia, examinadas nesse capítulo, permitem notar uma “manipulação” da memória para afastar as desconfianças que pairavam sobre a postura da Bahia. Ao falar da memória manipulada, retomamos a reflexão do filósofo Paul Ricoeur, que observa serem os acontecimentos fundadores “essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez” (RICOUER, 2007, p.95). Valendo-se dessa estratégia, a “imprensa bahiana” projetou um passado no qual a Bahia aparece como o lugar onde a futura nação brasileira teria sido apresentada à civilização ocidental. Há nesse discurso uma ocultação da violência que marcou o “encontro” entre os europeus civilizados e os “selvagens habitantes” do novo continente. Há também um silenciamento em relação às inúmeras lutas

protagonizadas por índios, escravos, libertos e homens livres que ousaram resistir aos desmandos dos que ocupavam posições de dominação na sociedade baiana.

Em síntese, as manifestações da imprensa baiana examinadas acima permitem verificar uma articulação entre nação e memória. Para tanto, os jornais utilizam-se da estratégia de lembrar/esquecer (ANDERSON, 2008, p. 271-7), pois, ao lembrar a Bahia como lugar onde a nação brasileira teria sido “apresentada” à civilização ocidental, o discurso materializado pela imprensa esquece a violência do “ato fundador” (FOUCAULT, 2008 [1971], p. 263; RICOEUR, 2007, p.95). Quanto aos sertanejos conselheiristas, tachados pela imprensa de “fanáticos rebeldes”, “subversores”, foram incorporados à força pela nacionalidade e, com o tempo, a campanha de Canudos se tornou também um acontecimento fundador, elementar para se abordar a problemática da identidade nacional no Brasil, lembrado como um “fratricídio”.

## 5. Considerações Finais

Indagar sobre a atuação da imprensa baiana no registro e discursivização do acontecimento “guerra” de Canudos foi um dos objetivos de nossa investigação. Outra meta, articulada a essa primeira, foi rastrear, também nesses jornais baianos, registros publicados sobre Antonio Conselheiro no período anterior à campanha militar contra Canudos, ou seja, entre 1876 e 1896. Registros que, a nosso ver, contribuíram para a sedimentação de uma memória discursiva acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Como vimos, essa memória discursiva possibilitou a configuração do acontecimento discursivo “guerra” de Canudos. No decorrer da análise, observamos então dois momentos distintos na trajetória da configuração desse discurso sobre Antonio Conselheiro e Canudos. Inicialmente, os registros da imprensa serviram de suporte para um discurso de dupla face<sup>29</sup> sobre Antonio Conselheiro e seus seguidores que, circulando desde a segunda metade dos anos 1870, se manteve até a derrota da expedição Moreira Cezar, em março de 1897. Depois disso, por conta das suspeitas em relação ao verdadeiro republicanismo da Bahia, esse discurso foi se uniformizando e deslocado para uma defesa da Bahia. Esses dois pontos foram abordados no decorrer dos três capítulos desta dissertação.

A “guerra” de Canudos (1896-1897), nesse sentido, foi um acontecimento que teve sua emergência intimamente ligada à atuação da imprensa baiana. Além de registrar notícias sobre a atuação do peregrino nas décadas anteriores ao conflito pelos sertões do norte da Bahia, os jornais de Salvador divulgaram também apelos de leitores por uma pronta ação das autoridades no sentido de interromper essa atuação. Os registros publicados nos jornais de Salvador sobre a atuação de Antonio Conselheiro entre 1876 e 1895, foram objeto de nossa análise no *capítulo 2*. Percorremos assim um conjunto de manifestações que informaram sobre o crescente prestígio do líder religioso entre as classes populares sertanejas e o conseqüente incômodo causado entre autoridades civis e religiosas. Vimos também que, com o advento da República em 1889, a zona de conflito entre Antonio Conselheiro e as autoridades foi reconfigurada. Assim, em 1893, após um episódio de desobediência civil – a queima das tabuletas de impostos em Masseté, no município sertanejo de Tucano – Antonio Conselheiro e seu

---

<sup>29</sup> De um lado, havia as manifestações que enfatizavam o caráter perigoso de Antonio Conselheiro, considerando-o um sedicioso; de outro, os que defendiam que Antonio Conselheiro era um homem honrado e pacífico, porém devotado a uma mania religiosa, e nesse sentido era enquadrado numa perspectiva patológica.

séquito se instalaram definitivamente numa fazenda denominada Canudos. Dois anos depois desse episódio, a imprensa soteropolitana noticiou também a iniciativa de dispersão do arraial conselheirista levada a cabo pelo Arcebispado da Bahia. A missão religiosa, composta por dois frades capuchinhos e um padre sertanejo, apesar de não ter conseguido dispersar a população do arraial, registrou a iniciativa em um longo relatório publicado pelo *Correio de Noticias* em 1895. O relatório da missão capuchinha e os registros sobre a prisão do Conselheiro em 1876, sobre o “choque de Masseté” e a fundação do arraial em 1893, junto com uma série de correspondências de moradores de cidades do sertão colocaram em circulação e registraram através dos jornais os discursos sobre Antonio Conselheiro e seus seguidores. Discursos que seriam retomados, reconfigurados e novamente colocados em circulação depois de iniciada a campanha militar contra o Arraial de Canudos em 1897.

No *capítulo 3*, analisamos um conjunto de exemplos que informaram sobre a organização e o envio de expedições militares para combater os conselheiristas. As primeiras tropas, enviadas em 1896, foram mobilizadas para impedir um suposto assalto dos conselheiristas à cidade de Juazeiro. Nesse episódio, a imprensa atuou na divulgação de telegramas, correspondências e notícias que registravam os apelos de comerciantes e autoridades da cidade de Juazeiro para que o Governo do Estado enviasse uma força policial, a fim de garantir a ordem na cidade de Juazeiro. Destacada para garantir a segurança da cidade de Juazeiro, a força comandada pelo Tenente Pires Ferreira decidiu ir de encontro aos conselheiristas. O choque ocorreu na cidade de Uauá, que teve parte de suas casas incendiadas ou tomadas pelos conselheiristas. O Tenente Pires Ferreira, argumentando insuficiência da força, ordenou o recuo. Nos jornais de Salvador, esse episódio iria alimentar o ódio contra Antonio Conselheiro e Canudos. Vimos, nesse sentido, a configuração de um discurso que justificaria a destruição do arraial. No entanto, é com a derrota da segunda expedição, comandada pelo Major Febronio de Britto, que Canudos e Antonio Conselheiro passarão a se tornar um problema de âmbito nacional. Nos exemplos analisados, notamos insinuações de que os conselheiristas recebiam colaboração de “amigos” poderosos de fora do arraial. Essa disposição seria um passo para a configuração de um discurso baseado na ideia de que Canudos era parte de uma conspiração monárquica. Essa ideia de conspiração vai tomar força após a circulação das notícias da derrota da terceira expedição, comandada pelo Coronel Moreira Cezar. Na medida em que o conflito armado foi tomando proporções

inesperadas, a partir da derrota das forças oficiais, esse discurso foi se uniformizando, contribuindo para a justificação da destruição do Arraial de Canudos.

Diante dessa configuração, alguns exemplos que analisamos no *capítulo 4* nos permitiram observar esse processo de uniformização a partir da reação conjunta dos jornais baianos aos rumores de que o Estado da Bahia era um reduto monarquista e os conselheiristas estavam articulados com partidários da Monarquia. Nesse sentido, articulamos uma breve reflexão sobre Memória, Nação e sobre o republicanismo na Bahia. Analisamos, nesse terceiro capítulo, alguns registros da imprensa baiana entre os meses de março e outubro de 1897. Privilegiamos as manifestações conjuntas dos jornais da Bahia: a primeira, em março de 1897, no intuito de rebater as acusações de que a Bahia seria um reduto monarquista; e em outubro de 1897, quando os jornais se juntaram e publicaram um tributo “às forças que voltam victoriosas da campanha de Canudos”.

Dito isto, gostaríamos de resumir algumas considerações a respeito da atuação da imprensa baiana na emergência do acontecimento discursivo “guerra” de Canudos. Como vimos no decorrer dos capítulos desta dissertação, os jornais se constituíram como uma fonte privilegiada para o entendimento da trama discursiva que envolveu Antonio Conselheiro e Canudos. Entretanto, queremos tratar, nessas considerações finais, de um curioso gesto identificado em alguns registros da imprensa baiana: uma espécie de “vontade de memória”.

Chamou-nos atenção, nesse sentido, a remissão, em mais de uma ocasião, ao que fora publicado anteriormente sobre Antonio Conselheiro e Canudos. Desse apelo dos jornais, destacamos duas passagens, que demonstram uma preocupação com a escrita da história, a “verdade historica” e com o registro de “documentos para a historia”:

#### COMO SE ESCREVE A HISTORIA!

Em uma de suas varias do Jornal do Commercio de 11 deste mez, lê-se o seguinte:

“Frei Piazza esteve hontem no palácio do governo, a convite do sr. vice-presidente da Republica, a quem informou que há annos frei João Evangelista, residente no estado da Bahia, estivera em Canudos, onde levantou uma carta topographica e escreveu sobre o modo de vida do proprio Antonio Conselheiro, dos seus fanaticos e dos habitantes da zona que percorreu. [...]”.

Essa informação de frei Luiz Piazza não está escoimada de duvidas e exaggeros.

Primeiramente faz ella suppor a estada de frei João Evangelista nos Canudos em data mais remota do que ella realmente o foi.

Frei João Evangelista de Monte Marciano alli esteve realmente em 1895, de 13 a 21 do mez de maio. [...]

De regresso dos Canudos, dando conta de sua missão escreveu Frei João um relatório que foi ter as mãos do dr. governador do Estado, a quem devemos a fineza de obter-nos de Frei João autorização para publicá-lo, o que fizemos em a nossa edição de 27 de junho de 1895, [...].

A nós, que desde então tivemos, para aquelle ponto, solicitada a atenção e que procuramos informar-nos de tudo, não nos constou que frei João Evangelista tivesse levantado carta topographica dos Canudos, nem é provável que o tivesse feito, uma vez que não há sobre isso referencia alguma no seu relatório. [...]

Julgamos conveniente deixar aqui essas notas para que não seja alterada a verdade historica. (*Correio de Noticias*, 20 de fevereiro de 1897. Grifos nossos).

#### A SOLIDARIEDADE DOS ESTADOS

Sob esse titulo, publicamos em seguida, como documentos para a historia, telegrammas dirigidos ao presidente da Republica pelos diversos governadores dos estados, a proposito dos acontecimentos de Canudos [...]. (*Jornal de Noticias*, 20 de março de 1897. Grifos nossos).

Diante desses registros, consideramos notável a configuração do que Pierre Nora chama de “vontade de memória”. Mobilizada por esses órgãos da imprensa baiana através de uma tentativa de intervenção na escrita da história do acontecimento Canudos. O que nos coloca aqui diante da necessidade de tecer algumas observações, mesmo que sumárias, a respeito das noções de “memória arquivística” (NORA, 1993) e de “arquivo” (FOUCAULT, 2000).

Ao refletir sobre a “memória tomada como história”, Pierre Nora (1993, p. 14-21) indica que essa “memória-história”, diferentemente da “memória verdadeira [...] espontânea [...], social, coletiva, globalizante”, é uma “memória arquivística” (NORA, 1993, p.14). Nora observa então que essa memória se “apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (NORA, 1993, p. 14). Indica ainda a existência de uma “obsessão pelo arquivo que marca o mundo contemporâneo” e indica que o que chamamos de memória é “de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 14 e 15).

Ao aplicar essa reflexão de Nora sobre a “metamorfose da memória” na análise desses gestos flagrados nos trechos dos jornais baianos que citamos acima, é possível associar a preocupação desses jornais a uma “vontade de verdade” relacionada a uma escrita da história que estava em voga nesse final do século XIX. Uma concepção de história que valorizava o documento escrito e almejava alcançar, através dessa primeira



preocupação, a verdade sobre o passado, sempre de um ponto de vista oficial. Afinal, quando observarmos as duas passagens que destacamos, podemos verificar que se trata de registros produzidos por autoridades civis ou religiosas. No horizonte do que poderia ser tomado como verdade estava o enquadramento típico de uma escrita da história comprometida com os vencedores. Esse enquadramento é o que tornou possível a circulação desses discursos e não outros acerca de Antonio Conselheiro e de Canudos, respectivamente: indivíduo perigoso, anormal, incomum; e arraial sedicioso, cidadela infame. Diante dessa configuração, só interessaria a destruição do inimigo.

Temos, então, a configuração de uma memória discursiva que marcará indelevelmente o que poderia ser dito sobre Antonio Conselheiro e Canudos. Nesse sentido, a atribuição de **fanatismo** constitui-se como a marca mais comum e permanente na caracterização de Antonio Conselheiro e seus seguidores. Vimos, entretanto, que, em determinados momentos do conflito, essa atribuição foi deslocada, mas, logo depois, voltou a predominar na interpretação sobre o acontecimento. A atuação da imprensa baiana, por meio do registro de notícias sobre as ações de Antonio Conselheiro entre as classes populares do sertão baiano, contribuiu então para problematizarmos a configuração de uma memória discursiva. Memória que ativou uma espécie de arquivo de enunciados que tornou possível a emergência de Canudos como acontecimento discursivo. Contudo, a partir desta dissertação, almejamos problematizar a atuação da imprensa baiana na constituição dessa memória discursiva acerca de Canudos e de Antonio Conselheiro. Nesse sentido, acreditamos que os registros impressos nos jornais da Bahia constituíram-se como uma espécie de *arquivo*. *Arquivo* que podemos considerar, com Foucault, como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2010, p. 147).

Nossa investigação, condicionada por uma série de fatores, também articula e constitui um *arquivo*. A pesquisa nas instituições que guardam esses jornais centenários (no caso, a Biblioteca Pública da Bahia (BPB), o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Unicamp e o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC) – Uneb) nos colocou diante de algumas dificuldades. As péssimas condições dos jornais e a ausência de equipamentos para leitura de microfimes na BPB, em Salvador, fez com que nos restasse – pela impossibilidade de permanecer mais do que alguns poucos dias em Salvador – a opção de fotografar algumas edições desses jornais. O que justifica a permanência de algumas lacunas. Mesmo as edições microfilmadas (AEL – Unicamp)

ou digitalizadas (CEEC – Uneb) apresentam condições precárias de leitura, com ausência de edições e trechos mutilados, manchados, ilegíveis. Essas dificuldades, em parte, condicionaram o que foi possível ser dito nesta dissertação. Assim sendo, no esforço de rastrear o que foi registrado pelos jornais de Salvador na época da “guerra”, encontramos também limites para o que podíamos dizer, acerca dessa época, a partir dessas fontes.

Nos jornais baianos pesquisados nesta dissertação, percorremos alguns traços da trama discursiva que configurou o conflito entre Antonio Conselheiro e as autoridades baianas. Para tanto, focalizamos a atuação dos jornais baianos. Por meio desses jornais, foram veiculados apelos que configuraram a (in)compreensão da atitude incomum de Antonio Conselheiro. O que resultou num enquadramento psiquiátrico e/ou criminal do líder religioso e de seus seguidores. O exame dos discursos materializados nesses jornais possibilitou compreendermos os diversos aspectos responsáveis pelo desencadeamento de uma guerra. E, através dos resultados aqui apresentados, esperamos ter contribuído para entender a campanha de Canudos como um acontecimento discursivo, construído socialmente e produto dessa trama de interesses e incompreensões.

## Referências

- ALVES, Lizir Arcanjo. **Humor e Sátira na Guerra de Canudos**. Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/ EGBA, 1997.
- AMOSSY, Ruth e PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y Clichés**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2001.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanismo e Classe Média em Salvador 1870-1889**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **A Semana (1896-1900)**. Edição de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc, v3. 1962.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo, Edusp, 2009.
- BEN [JOR], Jorge. Queremos guerra. Intérprete: Gilberto Gil. In: **Gilberto Gil - 1969**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1998. 1 CD acústico (encarte). Faixa 14.
- CALASANS, José. Aparecimento e prisão de um messias. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. n 35. 1988.
- \_\_\_\_\_. Canudos não euclidiano. In: **Canudos – Subsídios para sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 1997.
- \_\_\_\_\_. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. n 39. 1993
- \_\_\_\_\_. **Quase biografias de jagunços**. São Paulo: Edições GRD. 2000
- \_\_\_\_\_. **Notícias de Antônio Conselheiro**. [1969] republicado in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 33: 2000 – 2002. p. 9-19
- \_\_\_\_\_. Textos de José Calasans. **Revista USP. Dossiê Canudos**. São Paulo, nº20. 1994
- CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In. DOYLE, Don e PAMPLONA, Marco (Orgs). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CARVALHO, Alfredo de “A Imprensa Bahiana de 1811 a 1899”. **Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia**. 6, 21. 1899. p. 397-420
- CARVALHO, Aloysio de. “A Imprensa na Bahia em 100 anos.” (1923) in: TAVARES, L. G. P. (org.) **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2005.
- CARVALHO FILHO, Aloísio de. “Jornalismo na Bahia: 1875-1960” (1960) in: TAVARES, L. G. P. (org.) **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil – Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho

histórico nas ciências da linguagem. Trad. Roberto Leiser Baronas & Nilton Milanez. **Polifonia**. Cuiabá EdUFMT v. 12 n.2. p. 1-13. 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: (campanha de Canudos). Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo Bernucci. 4ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Diário de uma expedição. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

DANTAS, Monica Duarte. O “Sertão do Conselheiro”: Dinâmica social e transformações econômicas na comarca de Itapicuru (Século XIX) in: NEVES, E. F. (Org.) **Os Sertões da Bahia**. Salvador: Ed. Arcádia. 2011.

FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992. 278 p.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: \_\_\_\_\_ e POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

\_\_\_\_\_. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999. [1971a]

\_\_\_\_\_. “A evolução da noção de ‘indivíduo perigoso’ na Psiquiatria Legal do século XIX”. In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). **Ditos e escritos vol. V: ética, sexualidade, política**. Trad. de Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, pp.1-25. 2008 [1978]

\_\_\_\_\_. “Nietzsche, a Genealogia, a História”. In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). **Ditos e escritos vol. II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2008[1971b]

FOUCAULT, M. **Os Anormais** – curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora**: A Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª Expedição. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos**. 1ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. “Do Império à República”. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol. 7. Rio de Janeiro: ed. Difusão Européia do Livro. 2004.

HOONAERT, Eduardo. **Os anjos de Canudos, uma revisão histórica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

LEITE, Rinaldo. A Bahia na história: heroísmo, sacrifício e abandono. **Anais I Encontro Estadual de História, “História, Cidades e Sertões”**. Ilhéus-Ba, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002. Disponível em:

<http://www.uesb.br/anpuhba/default.asp?site=artigos/index.html> (capturado em abril de 2011)

MASCARENHAS, Maria Lúcia F. Rio de Sangue e Ribanceira de Corpos. In: **Caderno do CEAS**. Salvador: (número especial Canudos), 1997. p. 59-72.

MILTON, Aristides. **A Campanha de Canudos. Memória lida no Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Revista IHGB**. 1902

MILTON, Aristides. **A Campanha de Canudos**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2003 1ªed. 1902.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OTTEN, Alexandre. **“Só Deus é grande”** – A mensagem religiosa de Antonio Conselheiro. São Paulo, Loyola: 1990.

REESINK, Edwin. A tomada do coração da aldeia: a participação dos índios de Massacará na Guerra de Canudos. In: **Caderno do CEAS**. Salvador: (número especial Canudos), p. 59-72. 1997. p. 73-98.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? (1882). In: **Revista Aulas: Unicamp**, 21p. ago. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/numero1.htm> (capturado em fevereiro de 2011)

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/almanaque/almanaque-junho-2011>).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As Coletividades Anormais**. Brasília, Ed. do Senado Federal, 2006.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na primeira República. Uma política de acomodação**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

\_\_\_\_\_. **Canudos: A construção do medo**. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Canudos. Cartas ao Barão**. São Paulo, Edusp. 2000.

VENTURA, Roberto. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república” In MOTA, Carlos G. (org.) **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira**. São Paulo, Ed. Senac, 2000.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos – o povo da terra**. 2 ed. São Paulo: Ática. 1997.

WANDERLEY, Leandro Aquino. **A romanização católica no sertão de canudos**. 2008 (mimeo)

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidadãos modernos: discurso e representação política**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ZILLY, Berthold. A guerra do sertão como “evento de mídia” na Europa de 1897. **Anos 90**. Porto Alegre (7): 59-87, jul. 1997.

*Fontes impressas*

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979. 1ª Ed. 1888;

DIARIO DA BAHIA. 29 de junho de 1876; 02 de agosto de 1876;

DIARIO DE NOTICIAS. 06 de julho de 1876; 31 de maio de 1893; 05 jun. 1893;

CIDADE DO SALVADOR. 26 de agosto de 1897; 25 de outubro de 1897;

CORREIO DA BAHIA. 07 de julho de 1876;

CORREIO DE NOTICIAS. 05 de fevereiro de 1897; 20 de fevereiro de 1897; 05 de março de 1897; 08 de março de 1897; 15 de março de 1897; 01 de abril de 1897; 22 de julho de 1897;

JORNAL DA BAHIA. 07 de julho de 1876;

JORNAL DE NOTICIAS. 10 de junho de 1893; 14 de junho de 1893; 16 de junho de 1893; 03 de novembro de 1896; 13 de novembro de 1896; 24 de novembro de 1896; 02 de dezembro de 1896; 03 de dezembro de 1897; 05 de dezembro de 1896; 15 de janeiro de 1897; 21 de janeiro de 1897; 28 de janeiro de 1897; 23 de fevereiro de 1897; 05 de março de 1897; 09 de março de 1897; 15 de março de 1897; 03 de julho de 1897;

MARCIANO, João Evangelista de Monte, Frei. **Relatório sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos**. 1895. In: CALASANS, José. Textos de José Calasans. **Revista USP. Dossiê Canudos**. São Paulo, nº20. 1994.